Relatório de Gestão do
COMANDO DO EXÉRCITO
Exercício de 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO DO

COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO DE 2020

No **combate,**
na **estrada** ou na
ação social,
compromisso com a **Pátria**
é o nosso **ideal.**

Tiro dos Blindados Leopard
Campo de Instrução de Santa Maria-RS

Atendimento médico em reserva indígena Kayapó
Região Sudeste do Pará

Relatório de Gestão do Comando do Exército
Exercício de 2020
Produzido pelo Estado-Maior do Exército e pelo
Centro de Comunicação Social do Exército

Imagens pertencentes ao acervo do CCOMSEx.

Este documento pode conter conter fotos retiradas antes do início da pandemia, bem como anteriores à 2020, que foram utilizadas por serem representativas das atividades institucionais.

Disponível em: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas

Brasília, DF
Março de 2021

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO
MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO 8
INTRODUÇÃO 10
MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES 11
EXÉRCITO EM NÚMEROS 12

CAPÍTULO 1
1 GOVERNANÇA DO EXÉRCITO 19
1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL 19
1.2 AMBIENTE EXTERNO 22
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 23
1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO 24
1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO 31
1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO 34
1.7 CADEIA DE VALOR 39
1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 40
1.9 ATUAÇÃO CORRECIONAL 44

CAPÍTULO 2
2 RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS 47
2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL 47
2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL 63
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL 72
2.4. DEFESA CIBERNÉTICA 90
2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE 95

CAPÍTULO 3
3 CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA 105
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 105
3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES 109
3.3 GESTÃO DE CUSTOS 112
3.4 GESTÃO DE PESSOAL 114
3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE 122
3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 126
3.7. GESTÃO DA INFORMAÇÃO 129
3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO 134
3.9 GESTÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA 139
3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 144
3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 146

CAPÍTULO 4
4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 153
4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 153
4.2 BALANÇO PATRIMONIAL 153
4.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 155
4.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 155
4.5 AMPARO LEGAL 157
4.6 INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO COMANDO DO EXÉRCITO 157

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 158
LISTA DE FIGURAS 160
LISTA DE TABELAS 161
LISTA DE QUADROS 162
LISTA DE GRÁFICOS 162
REFERÊNCIAS 163

General de Exército **LEAL PUJOL**, Comandante do Exército Brasileiro

Integrante da estrutura militar de Defesa, o Exército Brasileiro contribui para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento do País e com o bem-estar social.

Compete-me, como Comandante do Exército, garantir o preparo para o emprego da Força Terrestre, o Braço Forte da instituição, mantendo-a em elevado nível de operacionalidade e permanente estado de prontidão.

Para permitir o cumprimento da missão constitucional do Exército, o Tesouro Nacional disponibilizou recursos orçamentários e financeiros que possibilitaram, no ano de 2020, manter e até mesmo expandir o poder de combate da Força Terrestre, priorizando novas capacidades, advindas do portfólio de programas estratégicos.

E isso ocorreu em um ano singular. A pandemia da covid-19, considerada uma das maiores crises vividas pelo nosso País nos últimos tempos, dominou a cena, tanto em nível nacional como mundial, cenário em que se destacou o amparo proporcionado pela Mão Amiga da instituição. Os soldados de Caxias foram diretamente afetados e postos à prova, contribuindo, de forma decisiva, para mitigar os efeitos da dolorosa e dispendiosa crise sanitária que se instalou no País, sem se descuidar das demais missões constitucionais e mantendo significativa média de 30 mil militares em 105 operações/dia.

Da mesma forma, o Exército se desdobrou no enfrentamento das ameaças ambientais na Amazônia e no Pantanal, somando-se aos esforços governamentais de enfrentamento da problemática ambiental.

PREPARO DA FORÇA TERRESTRE
Tiro dos Blindados Leopard
Campo de Instrução de Santa Maria-RS

EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE
Apoio à população
Teste de COVID-19 em Índios Xavante
OPERAÇÃO XAVANTE (CMO)

Ao findar o ano, com orgulho, posso afirmar que a Nação brasileira, uma vez mais, como sempre ao longo da história, pôde contar com os integrantes da Força Terrestre.

Cumpre-me, portanto, com elevado sentimento do dever cumprido, apresentar o presente Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) para a sociedade brasileira.

O trabalho foi elaborado em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União e oferece uma visão clara sobre como os recursos postos à disposição do Exército Brasileiro foram aplicados e levaram à geração de valor público.

Esse valor está alinhado ao planejamento estratégico do Exército, bem como às diretrizes e às condicionantes previstas nos planejamentos estratégicos setoriais do Ministério da Defesa e plurianual do governo federal, considerando o horizonte temporal 2020-2023.

Nesse contexto, destaco que o arcabouço normativo do Brasil, principalmente a Constituição Federal, as Leis Complementares nº 97/1999, nº 117/2004 e nº 136/2010, a Política e a Estratégia Nacional de Defesa regem e orientam a definição dos objetivos estratégicos do Exército.

Assim, o planejamento estratégico do Exército estabelece 15 (quinze) objetivos estratégicos em que a eficácia, a eficiência, a economicidade e a excelência são permanentemente buscadas. A efetividade, passo final de um planejamento virtuoso, caracteriza-se quando esses objetivos são atingidos, o que, em última análise, concretiza o cumprimento da missão constitucional da Força.

Registro que, para cumprir suas missões, o Exército mantém uma estrutura organizacional que tem a responsabilidade de dar solução às grandes exigências operacionais do preparo para a defesa externa, ao mesmo tempo em que se desdobra para responder às inúmeras demandas de uma nação em desenvolvimento, reconhecendo as servidões impostas a um país com as dimensões continentais do Brasil.

Tenho a intenção de que este relatório contribua para uma melhor compreensão do Exército Brasileiro e possibilite reconhecê-lo como uma instituição de Estado indutora do desenvolvimento nacional e promotora da Defesa do Brasil.

O Relatório de Gestão do Comando do Exército sintetiza a maneira pela qual o Exército Brasileiro trabalha pela nossa Pátria e demonstra o compromisso da instituição perante a sociedade brasileira, pelo que asseguro a fidedignidade, a precisão, a completude e a integridade das informações nele prestadas.

Boa leitura!

General de Exército Edson Leal Pujol
Comandante do Exército

INTRODUÇÃO

Cumprindo o dever de prestar contas da gestão do bem público, previsto no parágrafo único do artigo nº 70 da Constituição Federal, e em conformidade com a Decisão Normativa-TCU nº 187/2020 e a Instrução Normativa-TCU nº 84/2020, observando os princípios da integridade e da transparência, o presente Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) tem por finalidade apresentar o emprego dos recursos alocados à instituição, bem como as principais entregas e benefícios à sociedade brasileira no ano de 2020.

O RGCE foi elaborado pela Assessoria de Governança e Gestão do Estado-Maior do Exército. Fruto do trabalho colaborativo, teve participação ativa dos órgãos de direção setorial, do órgão de direção operacional, dos órgãos de assistência direta e imediata ao Comandante do Exército e dos integrantes da Força Terrestre.

O trabalho buscou integrar as informações disponíveis para a necessária transparência e prestação de contas aos cidadãos brasileiros.

O RGCE está organizado em cinco capítulos, sinteticamente descritos a seguir:

1. INTRODUÇÃO

- É apresentado como o RGCE está organizado e como foi elaborado.

- Na seção "Exército em Números" são apresentadas informações em que se evidencia a complexidade do EB, mormente em um país como o Brasil. Também são descritas as ações mais relevantes desenvolvidas pelo EB em 2020.

2. GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

- É fornecida uma visão geral da organização, o ambiente em que está inserida, o seu modelo de governança e as políticas e os programas de governo de que participa.

- Também são apresentados o planejamento estratégico do Exército, a cadeia de valor agregado, a gestão de riscos e controles internos e a atuação correcional.

Tiro da Viatura Blindada Antiaérea Gepard
Operação Sagitta Primus III (CMP)

3. RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

- As entregas de valor público para a sociedade brasileira são o foco deste capítulo.

- São destacados os principais objetivos estratégicos do Exército, os programas mais relevantes, os indicadores e as ações correspondentes de preparo e emprego da Força Terrestre, tais como os Programas Estratégicos do Exército GUARANI, ASTROS 2020 e SISFRON e as operações Covid-19, Eleições, Pipa, Regresso, Ágata e Verde-Brasil.

Apreensão de madeira em Cachoeira do Arari-PA
Operação Verde-Brasil 2 (CMN)

- Também é abordada a liderança que cabe ao EB na operacionalização do setor cibernético, definido como um dos eixos prioritários na Estratégia Nacional de Defesa.

- Os resultados estão organizados em cinco eixos temáticos: dissuasão extrarregional, projeção do Exército no cenário internacional, desenvolvimento sustentável e paz social, atuação no espaço cibernético e preparo da Força Terrestre.

4. CONFORMIDADE E RESULTADOS DE GESTÃO INTERNA

- São apresentados os resultados da avaliação das áreas essenciais do EB, face aos recursos alocados.

- Guardando forte correlação com a cadeia de valor agregado, são avaliadas as áreas de gestão econômica, orçamentária e financeira; a gestão de aquisições e contratações; a gestão de custos; a gestão do pessoal; a gestão da logística militar terrestre; a gestão patrimonial e da infraestrutura; a gestão da informação; a gestão da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação; a gestão da educação e cultura; a sustentabilidade ambiental e o relacionamento com a sociedade.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- Este capítulo apresenta dados referentes às execuções orçamentária, financeira e contábil do Comando do Exército, responsáveis por transformar o recurso público em poder de combate para o cumprimento das missões constitucionais do EB.

A estrutura básica do documento e a forma de organização do conteúdo foram definidas com base nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de prestação de contas integrada e com base em experiências anteriores na realização de trabalhos desta natureza.

A seleção dos temas a serem incluídos no relatório foi realizada em função, sobretudo, do disposto na Portaria do Comandante do Exército nº 987, de 18 de setembro de 2020 (EB10P-01.007), que instituiu a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB), do desenho da Cadeia de Valor Agregado e do Mapa Estratégico do Exército e das principais entregas realizadas pelo Exército no exercício de 2020, considerando o impacto que tiveram nas partes interessadas, fruto do cumprimento da sua missão institucional.

Como principais partes interessadas, poderíamos citar, de forma abrangente e exemplificativa: o Estado, os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade brasileira.

A seguir, é apresentado um diagrama que contém as etapas para a elaboração do RGCE em 2020:

Praça dos Três Poderes
Brasília-DF

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE

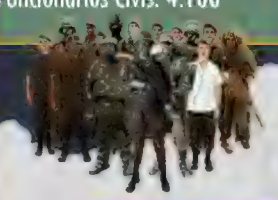
EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal confere às Forças Armadas o status de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado.

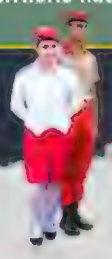
Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do EB, perante o País, de só usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão estabelecida pela Constituição Federal.

Nesta seção, serão apresentados resumidamente alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do Exército Brasileiro no ano de 2020.

293.708
PESSOAS
Militares na Ativa: 206.571
Inativos: 82.969
Funcionários Civis: 4.168



13.415
ESTUDANTES DOS CM
14 Colégios Militares espalhados em todo território nacional.



17
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Com investimentos de R$1,1 bilhão no ano de 2020

20.370
PRÓPRIOS NACIONAIS
Administrados e mantidos pela Força para atender à família militar

655
ORGANIZAÇÕES MILITARES
403 UNIDADES GESTORAS

1.169.346
ATENDIMENTOS
Atendimentos médico ambulatorial em 35 OMS/2020.

7,5 MILHÕES
SEGUIDORES
114 milhões de acessos em 2020

R$ 52,5 BI
ORÇAMENTO EB
Aprovimadamente 89% com pessoal e encargos sociais.

80,3%
ÍNDICE DE CONFIANÇA

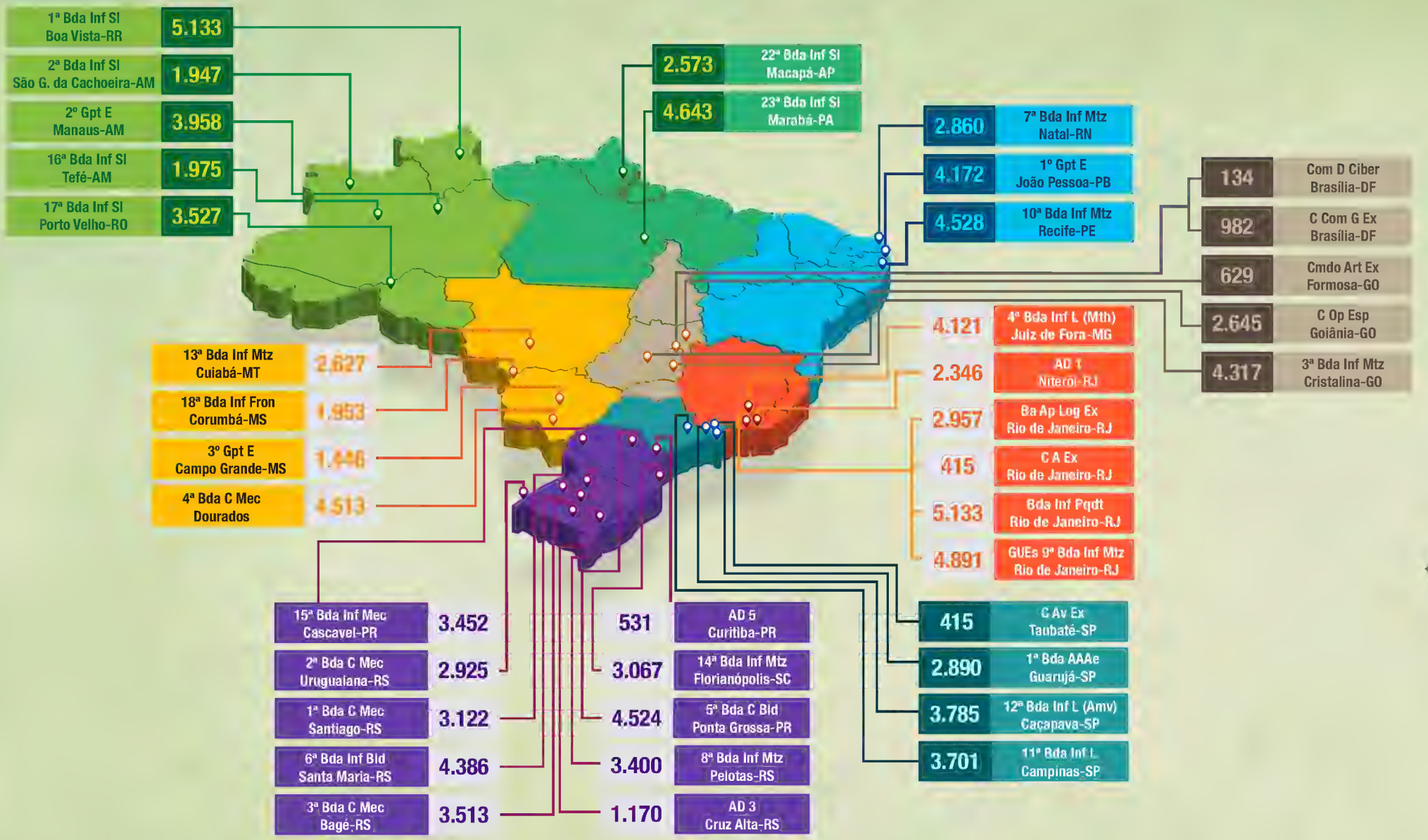
R$ 417 MILHÕES
OBRAS DE ENGENHARIA
1.592 serviços de manutenção em Organizações Militares.

65.635
RECRUTAS INCORPORADOS EM 2020

COMPLEXIDADE
de um Exército de país continental

PODER DE COMBATE

para um Exército de país continental



26 Brigadas;
3 Artilharias Divisionárias;
3 Grupamentos de Engenharia; e
Grandes Unidades das Forças de Emprego Estratégico.

114.949 homens e mulheres de um efetivo do Exército de 206.571.

Braço Forte

A vertente "Braço Forte" abrange a atuação do Exército na Defesa da Pátria, na Defesa dos Poderes Constitucionais e na Garantia da Lei e da Ordem.

As operações a seguir descritas foram realizadas em atendimento ao previsto no art. 142 da CF/88 na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em 640 municípios, localizados em nove estados brasileiros.

Seus resultados, como bem o atestam as notícias veiculadas na mídia em geral e nos relatórios finais de cada operação, foram coroados de êxito, tendo sido cumpridas as missões na íntegra, com a efetividade característica do EB, graças ao judicioso emprego da tropa e as respectivas regras de engajamento exaustivamente praticadas pela tropa empregada.

Tiro do Astros 2020
OPERAÇÃO AMAZÔNIA (CMP)

Salto em massa d'água
OPERAÇÃO AMAZÔNIA (CML)

Tiro da viatura blindada Leopard
CAMPO DE INSTRUÇÃO DE SANTA MARIA (CMS)

Desembarque aeromóvel
OPERAÇÃO AMAZÔNIA (CMA)

Patrulha fluvial
OPERAÇÃO ÁGATA (CMA)

OPERAÇÃO ELEIÇÕES

Contribuir para a regularidade do processo eleitoral, em apoio ao TSE, com atuação de apoio logístico de transporte de pessoal e material e ações de Garantia de Votação e Apuração, durante as Eleições 2020.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO MILITAR DO NORDESTE
COMANDO MILITAR DO NORTE
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO MILITAR DO SUL

10.793 militares/dia

R$ 20,2 milhões

100% de atendimento às solicitações do TSE

Período
9 a 29 novembro de 2020

OPERAÇÃO CÉRBERO

Operação de GLO, em coordenação com as OSP e com apoio dos agentes penitenciários do DEPEN, para proteger o perímetro externo do penitenciário federal de Brasília-DF.

COMANDO MILITAR DO PLANALTO

360 militares/dia

R$ 6,4 milhões

100% de atendimento às solicitações realizadas

Período
7 fevereiro a 6 maio de 2020

OPERAÇÃO MANDACARU

Operação onde a Força Terrestre assumiu o controle operacional dos efetivos e meios pertencentes aos órgãos de segurança pública federais e estaduais.

COMANDO MILITAR DO NORDESTE

2.805 militares/dia

R$ 5,3 milhões

100% de atendimento às solicitações realizadas

Período
21 fevereiro a 4 março de 2020

OPERAÇÃO ÁGATA

Operação Conjunta das Forças Armadas Brasileiras em coordenação com outros órgãos, para combater ilícitos transfronteiriços.

COMANDO MILITAR DO NORTE
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO MILITAR DO SUL

187 militares/dia

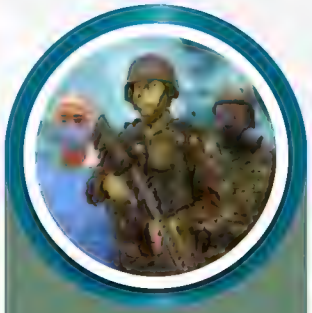
R$ 8,9 milhões

100% de atendimento às solicitações realizadas

Mão Amiga

A vertente "Mão Amiga" abrange a participação do Exército no apoio à Política Externa do país, em operações internacionais de paz e ajuda humanitária; na cooperação com outros órgãos públicos, a exemplo da Defesa Civil e quando se fizer necessário, com apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução e na execução de obras e serviços de engenharia; na atuação na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais e na cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

Atendimento médico à Índios Xavante
OPERAÇÃO XAVANTE (CMP)



Operação COVID-19

Operação voltada para mitigar os impactos causados pela pandemia do novo Coronavirus na população brasileira.

7.191 militares/dia

R$ 179,1 milhões

Média de + 200 missões/dia em 130 localidades/dia

Desde 22 de março de 2020

Operação VERDE BRASIL 2

Contribuir com o emprego na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), na Amazônia Legal, atuando contra crimes e incidentes ambientais em faixas de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais.

2.500 militares/dia

R$ 148,5 milhões

Madeira apreendida (m³): 183.721,19
Autos e Multas (R$): 1.367.344.217,29
Materiais apreendidos: 3.659
Detidos:177
Combustível Apreendido: 54.751 litros
Maio a dezembro de 2020

No ano de 2020, destacam-se as seguintes ações:

Operação ACOLHIDA

Operação de acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima e sua interiorização nos diversos estados da federação.

565 militares/dia

R$ 250,8 milhões

Média de Abrigados: dia: 1.000/dia

Interiorizados: + 16.000 imigrantes

1º janeiro a 31 dezembro 2020

Operação REGRESSO

Operação de repatriamento de brasileiros oriundos da cidade de Wuhan, na República Popular da China, com o emprego de ações de apoio a descontaminação em pessoal, material e instalações.

59 militares/dia

R$ 441,5 mil

100% de atendimento às solicitações realizadas

Operação CARRO-PIPA

Cooperação técnica e financeira entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Ministério da Defesa (MD) para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável.

440 militares/dia (fiscalização semanal) e 386 na administração do dia a dia

R$ 563,8 milhões

Municípios atendidos: 637
Pipeiros: 4.266
Efetivo empregado diariamente na fiscalização: 400 militares
população atendida: aproximadamente 2.100.685
água distribuída: 756.739,47 m³

Obras de COOPERAÇÃO

Obras de Cooperação tem por finalidade: gerenciar as atividades relativas às obras de engenharia atribuídas ao sistema Obras de Cooperação, visando ao adestramento da tropa e ao desenvolvimento nacional.

Em 2020 foram finalizadas 20 obras de cooperação espalhadas por todo território nacional.

R$ 238,3 milhões

Projeto SOLDADO CIDADÃO

O Projeto Soldado Cidadão tem por objetivo oferecer anualmente aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas, cursos profissionalizantes.

8.633 formandos em 222 OM participantes

R$ 3,9 milhões

Programa FORÇAS NO ESPORTE

O Decreto Presidencial Nº 10.085, de 05 de novembro de 2019, instituiu o Programa Forças no Esporte Programa Segundo Tempo (PROFESP-PST) e o Projeto João do Pulo (PJP).

12.433 crianças e jovens atendidos em 122 OM

R$ 11,2 milhões

Em 2020, alunos inscritos foram atendidos com cestas básicas, devido à suspensão das atividades presenciais em função da COVID-19.

Combate a incêndio no Pantanal
OPERAÇÃO PANTANAL VERDE (CMO)

Governança do Exército

PRONTIDÃO E OPERACIONALIDADE
Tiro do Astros 2020
Campo de Instrução de Formosa-GO

1 GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O Exército Brasileiro, vinculado ao Ministério da Defesa (MD) e formado pelos órgãos de comando do Exército e o Fundo do Exército, é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem (Art. 142 da Constituição Federal).

Fotomontagem: CCOMSEX

O Exército Brasileiro está presente em todo território nacional, por meio de suas organizações militares, tendo sua administração central sediada no Quartel General do Exército – QGEx, situado na Avenida do Exército, Bloco A, 2º piso, CEP: 70.630-901, Brasília-DF.

1.1.2 MISSÃO E VISÃO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do Século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

Fonte: Política Militar Terrestre (PORTARIA N º 1.986, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019).

Patrulha na selva
OPERAÇÃO AMAZÔNIA (CMA)

1.1.3 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marco Legal, onde se fundamenta o emprego do Exército, é constituído pela Constituição Federal, pelas Leis Complementares Nº 97, de 09 de junho de 1999, Nº 117, de 2 de setembro de 2004, e Nº 136, de 25 de agosto de 2010, e ainda, pelas seguintes normas: Decreto nº 5.751- Estrutura Regimental do EB, Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Política Militar de Defesa, Estratégia Militar de Defesa, Plano Estratégico Setorial de Defesa, Concepção de Transformação do Exército Brasileiro, e Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do EB, derivada da sua missão institucional, estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, pode ser dividida em duas vertentes, conforme a seguir:

BRAÇO FORTE

DEFESA DA
PÁTRIA
ASTROS 2020

GARANTIA DA
LEI E DA
ORDEM
EMPREGO DA TROPA EM GLO

GARANTIA DOS
PODERES
CONSTITUCIONAIS
GARANTIA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO
2020

MÃO AMIGA

ATUAÇÃO NA OPERAÇÃO COVID-19

OPERAÇÃO KAYAPÓ

PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

OPERAÇÃO ACOLHIDA

COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

OBRAS NA BR 116

1.2 AMBIENTE EXTERNO

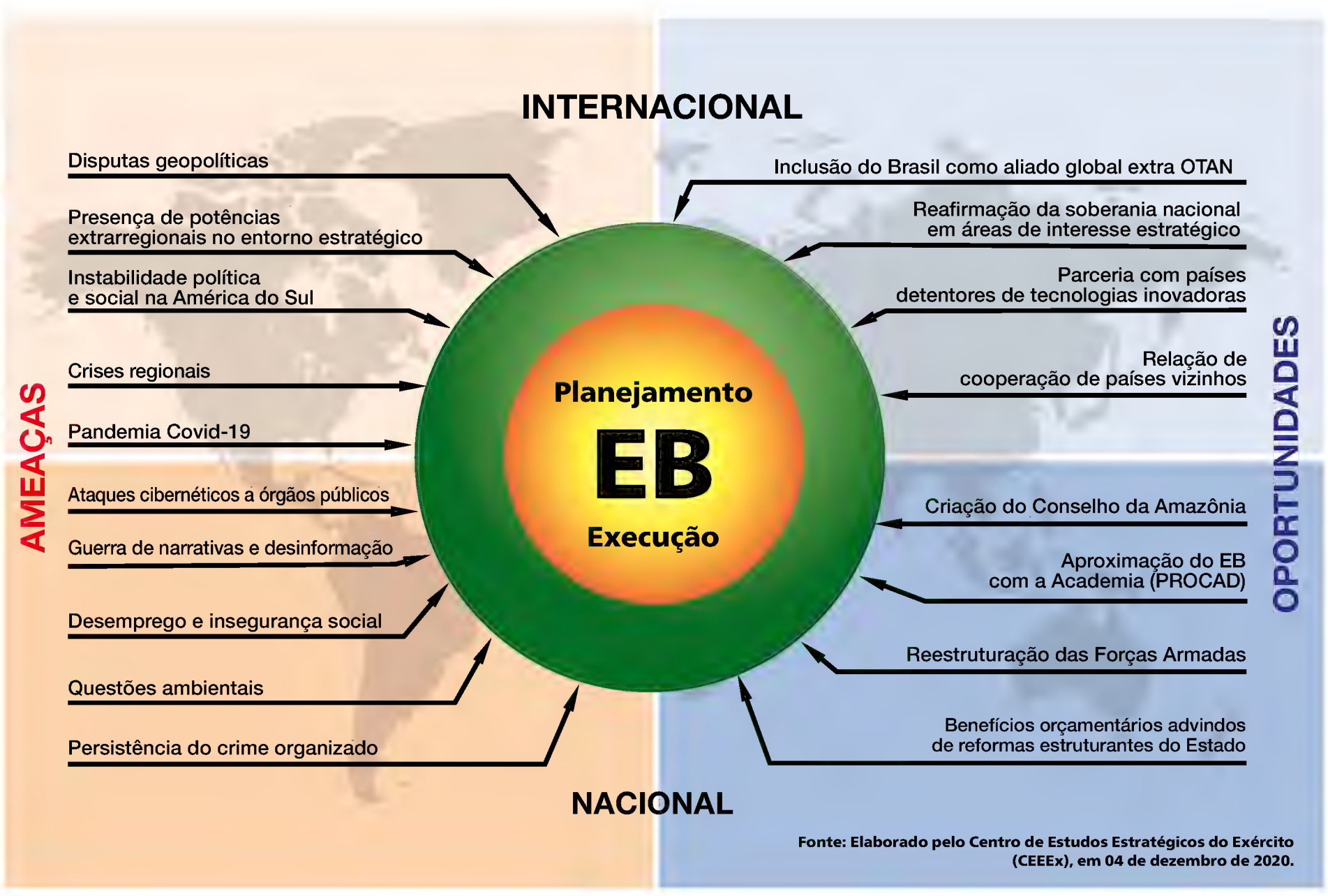
O Ambiente Externo envolve toda e qualquer influência oriunda do contexto nacional e internacional (tendências/fenômenos não controláveis pela Instituição) que constitua ou venha a se constituir em elemento favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do Exército Brasileiro no cumprimento de sua missão. O ambiente externo exerce relevante influência sobre as atividades administrativas e de suporte executadas pelo Exército Brasileiro na medida em que impactam o preparo e o emprego da Força Terrestre para o cumprimento de suas obrigações legais.

Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades.

As **ameaças** correspondem à possibilidade de ocorrência de eventos com potencial de colocar em risco o desempenho do Exército Brasileiro. Elas devem ser constantemente monitoradas, e não necessariamente consideradas perdas líquidas e certas. As principais ameaças que impactaram o planejamento do Exército Brasileiro em 2020 figuram no quadro abaixo.

As **oportunidades** correspondem ao conjunto de situações que podem contribuir para o bom desempenho do Exército Brasileiro. Elas podem ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como "chances" e não como conquistas líquidas e certas. As principais oportunidades que impactaram o planejamento do Exército Brasileiro em 2020 figuram abaixo.

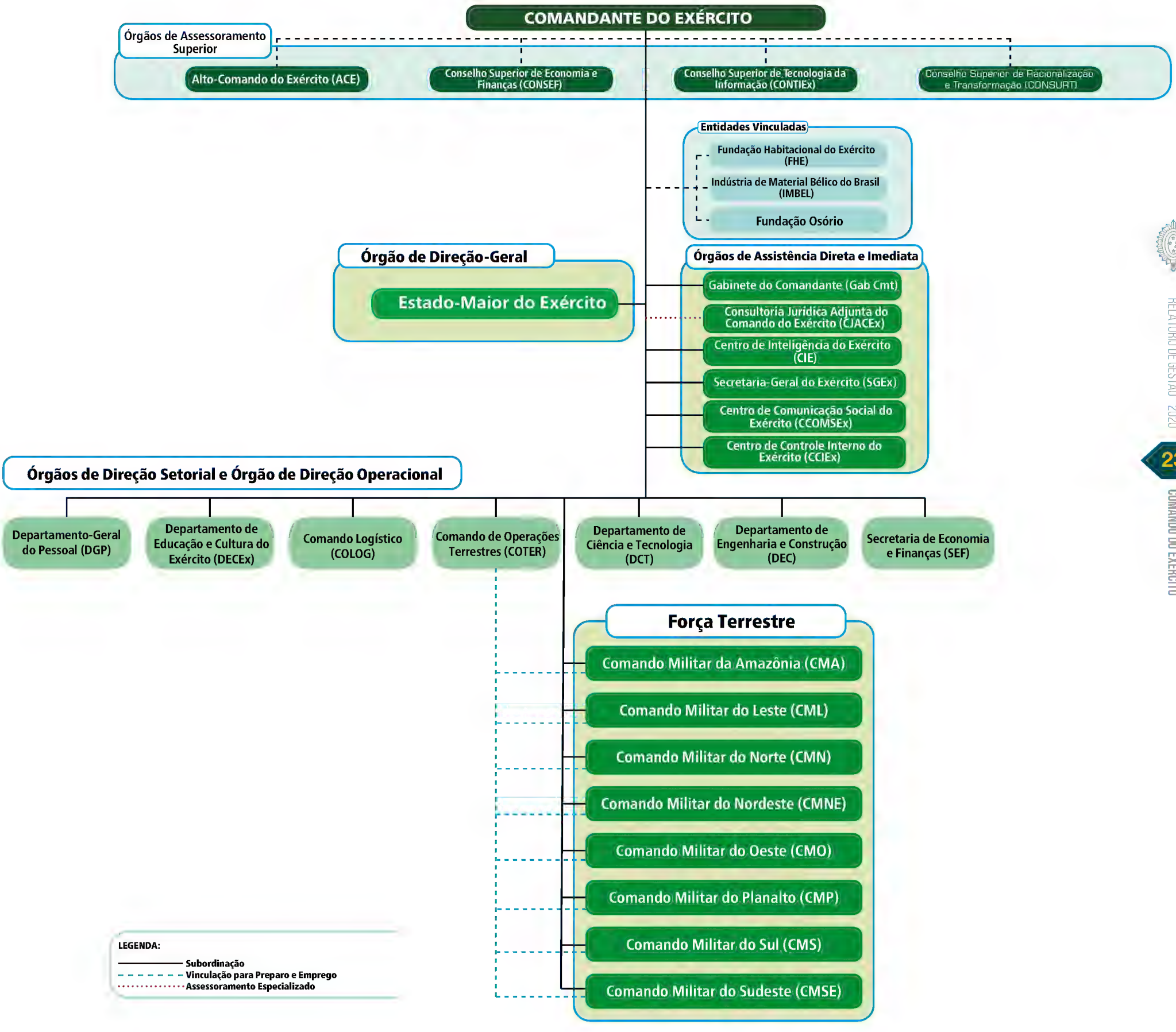
O quadro a seguir apresenta a síntese das ameaças e oportunidades para a administração do EB oriundas do ambiente externo em 2020, divididas em dois níveis: internacional e nacional. Na coluna da esquerda, figuram as ameaças e, na coluna da direita, as oportunidades.



Fonte: Elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), em 04 de dezembro de 2020.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

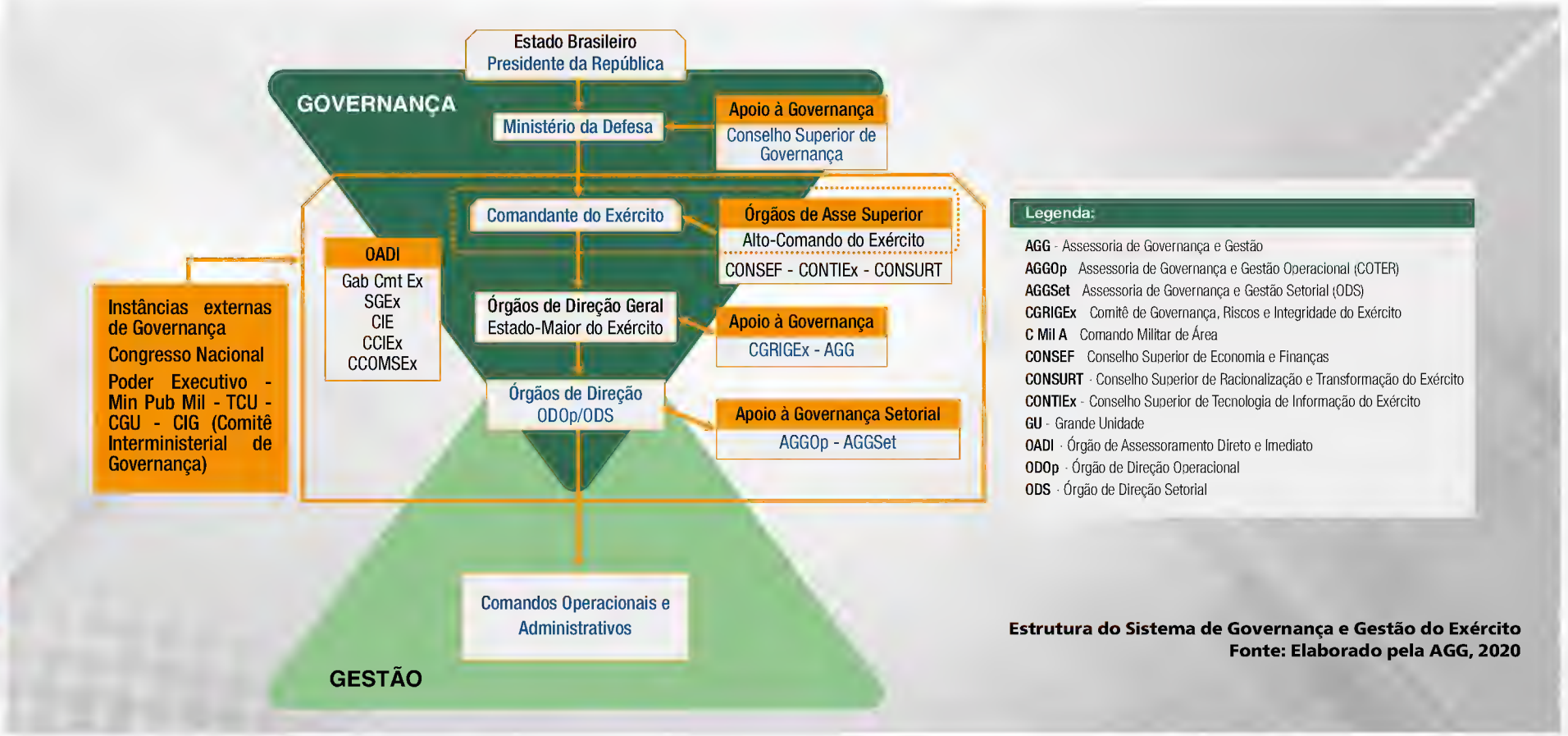
1.3.1 A estrutura organizacional do Exército completa pode ser acessada no endereço eletrônico http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional



1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

O EB por ser uma instituição de Estado, conforme constante na Constituição Federal do país, atende às necessidades da sociedade por intermédio das demandas do Estado Brasileiro e dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), sendo estes também as principais partes interessadas, juntamente com o Ministério da Defesa e com as instâncias externas de governança, conforme representado no modelo a seguir:



Estrutura do Sistema de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2020

INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO: colegiado composto pelo Comandante do Exército e pelos oficiais-generais integrantes do Alto-Comando do Exército.

ÓRGÃO DE DIREÇÃO GERAL: Estado-Maior do Exército, responsável pela elaboração do Planejamento Estratégico do Exército e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientam o preparo e o emprego do Exército, visando ao cumprimento da destinação constitucional.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Alto-Comando do Exército: conselho permanente de assessoramento do Comandante do Exército, que se destina a analisar e a equacionar a Política Militar Terrestre e as estratégias para a sua execução, além de tratar de temas específicos que demandem decisão do Comandante da Força. É constituído pelos Generais de Exército da ativa, quando do exercício dos cargos privativos do posto de General de Exército, sendo convocado e presidido pelo Comandante do Exército.

Reunião do Alto Comando do Exército (RACE)
Brasília-DF

Quartel-General do Exército
Brasília-DF

Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa - PRODE e dos Materiais de Emprego Militar - MEM complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização no âmbito do Exército.

Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na formulação da política econômico-financeira do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; nos assuntos administrativo-financeiros da Força; e na administração do Fundo do Exército.

Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; e no planejamento, na direção e no controle das ações de tecnologia da informação do Comando do Exército.

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES DO EXÉRCITO (CGRiCEx): sua missão síntese é emitir recomendações para o aprimoramento e a atualização da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO (AGG): recém-criada em 2020, sua missão é assessorar o ODG na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão no nível estratégico.

ÓRGÃO DE DIREÇÃO OPERACIONAL E ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL: sob orientação e coordenação do ODG, são responsáveis por promover a governança e a gestão em áreas setoriais específicas, inclusive a transformação e a racionalização.

ASSESSORIAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO OPERACIONAL E SETORIAL: assessoram o ODOp e os ODS na implementação, na manutenção, na coordenação, no monitoramento e na avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão no nível setorial.

CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO (CCIEx): responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no âmbito do Comando do Exército.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEX): órgão responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de comunicação social, no âmbito do Exército.

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, às quais está sujeita a governança do EB, são as que se seguem:

- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar;
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria-Geral da União (CGU); e
- Conselho Superior de Governança do MD (CSG-MD).

1.4.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Governança do Portfólio Estratégico do Exército é a estrutura para a tomada de decisões relativas ao portfólio, definindo processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes interessadas para a efetiva gerência do portfólio.

O **Escritório de Projetos do Exército (EPEx)** é o órgão de coordenação executiva do EME para fins de gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército, constituindo-se no escritório de projetos de mais alto nível da Força.

1) Autoridade Patrocinadora (AP) do Portfólio Estratégico do Exército

A AP é quem coordena a alocação dos principais recursos humanos, materiais, financeiros, orçamentários ou não, mesmo originados de outras organizações ou escalões para o portfólio, programa ou projeto. A AP do Portfólio Estratégico do Exército é o Comandante do Exército.

2) Conselho Superior de Racionalização e de Transformação (CONSURT)

O CONSURT é o órgão integrante da estrutura organizacional do Exército de mais alta instância no assessoramento ao Comandante do Exército, entre outros temas, para os assuntos da gerência do Portfólio Estratégico do Exército e para a gestão dos componentes do portfólio, os programas e projetos estratégicos da Força.

3) Gerente do Portfólio Estratégico do Exército

O Gerente do Portfólio Estratégico do Exército é o Chefe do EME, a quem cabe coordenar os trabalhos decorrentes das ações previstas no PEEx, a fim de que sejam atingidos os objetivos estratégicos da Força.

4) Comitê Gestor do Processo de Transformação (CGPT)

O CGPT prestará assessoramento a este Conselho (CONSURT) a respeito de decisões sobre a gestão do portfólio, dos programas e dos projetos estratégicos da Força.

5) Coordenador Executivo do Portfólio Estratégico do Exército

O Coordenador Executivo do Portfólio Estratégico do Exército é o Chefe do EPEx, constituindo-se em assessor imediato do Chefe do EME para fins da coordenação do portfólio, tendo a incumbência principal de lhe prestar, com oportunidade, as informações necessárias a respeito do portfólio e de seus componentes.

Portfólio Estratégico do Exército

Tiro do Astros 2020
OPERAÇÃO ARANDU (CMS)

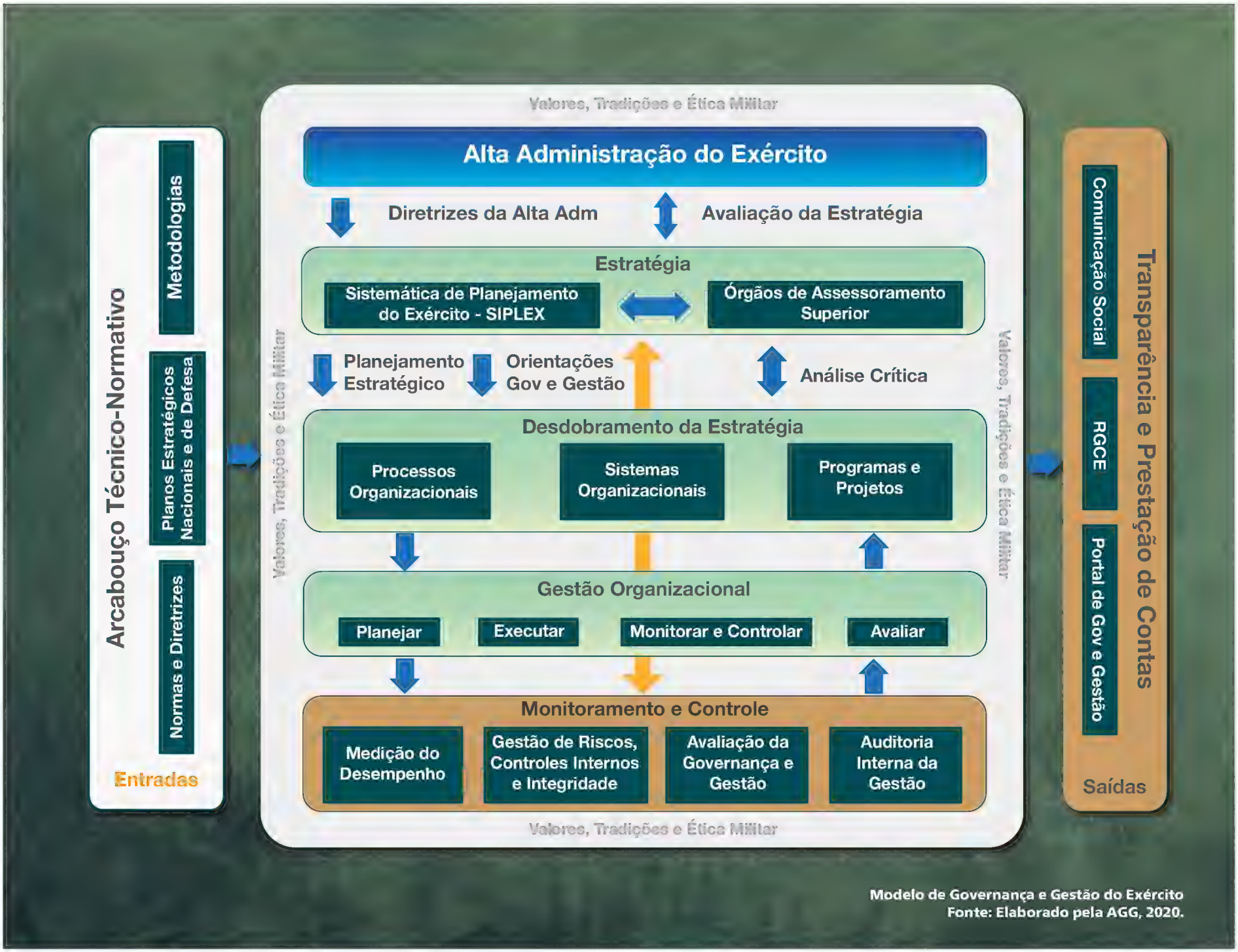
1.4.3 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (MG²EX)

Com base no arcabouço técnico-normativo, externo e interno à instituição e nas diretrizes da Alta Administração do Exército, o SIPLEx produz o planejamento estratégico, traduzido na Política Militar Terrestre (PMT), na Estratégia Militar Terrestre (EMT) e no Plano Estratégico do Exército (PEEx), os quais, por intermédio de mecanismos de alinhamento sistêmico, direcionam os Planos de Governança e Gestão no nível setorial e os Planos de Gestão nos demais níveis, produzindo ações concretas e integradas em todos os níveis institucionais.

A PMT, a EMT e o PEEx são acompanhados e monitorados por meio dos mecanismos de monitoramento e controle, que avaliam os resultados obtidos, retroalimentando o SIPLEx e subsidiando a avaliação da estratégia pela Alta Administração do EB.

Os resultados alcançados e o valor gerado e entregue são comunicados à sociedade e as principais informações são disponibilizadas no Portal de Governança e Gestão e compõem, ainda, os processos de prestação de contas, cujo principal instrumento é o Relatório de Gestão do Comando do Exército-RGCE.

A figura abaixo apresenta o Sistema de Governança e Gestão do Exército Brasileiro e como os mecanismos de liderança, estratégia e controle atuam para direcionar, monitorar e avaliar a gestão:



Modelo de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2020.

Apronto Operacional
Certificação SISPRON (CMSE)

1.4.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

O Objetivo Estratégico do Exército 10 – Aumentar a efetividade da gestão do bem público, tem por finalidade permitir à instituição entregar produtos e resultados à sociedade, valendo-se de sistemas de gestão estruturados, de processos implantados e com uma organização básica administrativa e de pessoal racionalizada, balizados por uma efetiva gestão da integridade e monitoradas por controle interno, ambos compatíveis com a envergadura do bem a ser gerido.

Visando alcançar o objetivo estabelecido e com foco no aperfeiçoamento da governança corporativa, 2020 foi um ano marcante para o SG²Ex. No âmbito do Órgão de Direção Geral, foi criada a Assessoria de Governança e Gestão (AGG) que integra em sua estrutura as seguintes áreas de coordenação estratégica: Gestão Organizacional, Gestão de Processos, Gestão de Riscos e Controles Internos, Medição do Desempenho Organizacional e Racionalização Administrativa.

Pelo caráter de assessoramento técnico da AGG, foi transferida para essa a atribuição de coordenar a elaboração do Relatório de Gestão do Comando do Exército em 2020, tendo sido estabelecida uma nova metodologia para este processo, na qual se priorizou a participação de todos os envolvidos desde a definição da estrutura e do conteúdo do relatório, inclusive, com a participação dos órgãos de controle interno na condição de orientadores.

Fruto dessa iniciativa, em 18 de setembro de 2020, foi publicada a Portaria 987, do Comandante do Exército, que instituiu a Política de Governança do Exército, trazendo para a administração militar terrestre a interpretação dos princípios e das diretrizes estabelecidos pelo Decreto 9.203 de 2017, Política de Governança Pública, bem como de outros instrumentos regulatórios da Administração Federal, tais como o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União, e o Guia de Governança Pública da Casa Civil.

Em consequência, está sendo elaborada pela AGG a Diretriz de Governança e Gestão, em fase de consulta às instâncias internas, com a finalidade de regular a implementação da Política de Governança no âmbito do Exército Brasileiro (EB); organizar e orientar o funcionamento do SG2Ex e definir as coordenações sistêmicas, os mecanismos, as práticas e as ferramentas que garantam o seu funcionamento.

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

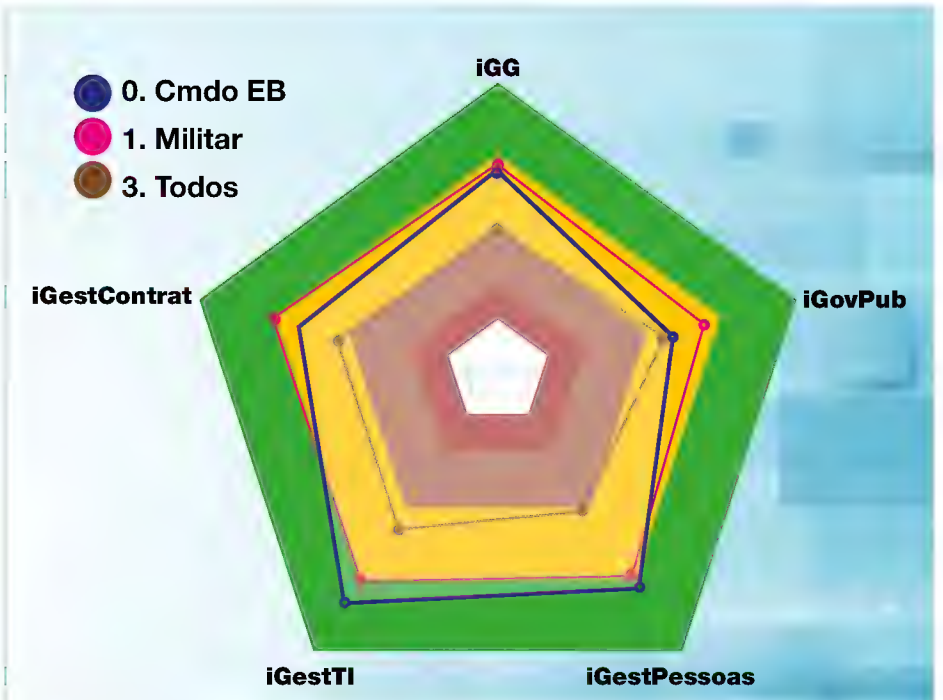
Fonte: Política de Governança do Exército, 2020.

Outro fato marcante foi a reunião do CGRICEx, realizada em maio deste ano, coordenada pelo Vice-Chefe do EME e com a participação de todos os Vice-Chefes dos ODOp/ODS, na qual foram abordados aprimoramentos necessários nos mecanismos de governança e gestão na instituição.

Também em 2020, foi realizado o Simpósio de Governança e Gestão, organizado pelo Comando Logístico (COLOG), com o apoio do Estado-Maior do Exército.

Entre as ações futuras associadas aos mecanismos e às práticas de governança e gestão, iniciadas em 2020, podem-se citar como de impacto substancial para a instituição: a revisão da Metodologia de Planejamento Estratégico para o próximo ciclo, a revisão dos Indicadores de Resultados, a estruturação das árvores de indicadores de tendência como percentuais de execução das atividades do PEEx em sistema informatizado, a sistematização das Reuniões de Análise da Estratégia e Reuniões de Monitoramento e Controle nos níveis estratégico e setorial, a revisão da Cadeia de Valor Agregado e a padronização de processos comuns com os respectivos controles e indicadores.

Para medir a capacidade de governança e gestão da instituição e aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e controle, bem como das práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações do Comando do Exército, faz-se uso do levantamento de governança e gestão públicas, realizado em 2018, pelo Tribunal de Contas da União. Os resultados apresentados no Relatório Individual da Autoavaliação auxiliaram a organização a focar seus esforços nas causas primárias e estimularam a adoção de práticas que visam a contribuir para a melhoria da governança institucional.



Perfil de Governança e Gestão Pública do Comando do Exército
Fonte: Relatório Individual de Autoavaliação, TCU, 2018

PRONTIDÃO E OPERACIONALIDADE
Apronto Operacional (CMP)
Força Planalto

1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas. Em 2020, iniciou-se a vigência do PPA 2020-2023, denominado "Planejar, Priorizar e Alcançar", que sofreu profundas alterações em relação ao PPA do período anterior, 2016-2019, buscando torná-lo uma peça de gestão passível de cumprimento e acompanhamento. Nesse sentido, a simplificação metodológica resultou em um documento muito mais enxuto, com significativa redução de atributos sob responsabilidade direta do EB.

Nessa perspectiva, no PPA anterior, o EB possuia, sob sua responsabilidade direta, 12 metas e 8 iniciativas individualizadas. No Plano atual, são apenas 2 metas e nenhuma iniciativa.

A redução de atributos não significou a diminuição da participação da Força Terrestre no atual PPA. Ao contrário, está previsto o emprego expressivo e efetivo de esforços e ações para o alcance dos objetivos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 - Defesa Nacional, ambos do Ministério da Defesa, nos quais o EB atua preponderantemente.

O Programa 6012 – Defesa Nacional foi criado para enfrentar a possibilidade de ameaças externas e internas, potenciais ou manifestas, que atentem contra a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constituídos e da lei e da ordem, sendo ambos de responsabilidade do Ministério da Defesa – MD.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

ANO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2019	3.008.093.386	2.946.886.759	1.795.132.720	1.711.986.053
PERCENTUAIS	113,58%	97,97%	60,92%	58,09%
2020	2.926.780.602	2.917.022.622	1.950.700.055	1.864.691.773
PERCENTUAIS	108,02%	99,67%	66,87%	63,92%
2020 X 2019	-2,70%	-1,01%	8,67%	8,92%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fotomontagem: CCOMSEX

No Programa 612, inserem-se as ações precípuas da Força Terrestre, essencialmente por meio da execução dos Programas que compõem o Portfólio Estratégico do Exército.

O PPA 2020-2023 concedeu especial importância aos Programas ASTROS 2020 e GUARANI, que foram os únicos do EB a receber a designação dos novos atributos do Plano denominados Investimento Plurianual Prioritário e Resultado Intermediário.

O Investimento Plurianual Prioritário é aquele que impacta o programa finalístico em mais de um exercício financeiro. Além disso, é necessário que a execução financeira acumulada tenha sido superior a vinte por cento de seu custo total estimado na data-base de 30 de junho de 2019 e que a conclusão ocorra até 2023.

O Resultado Intermediário - RI consiste em um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa.

- Para o Programa ASTROS 2020, ficou estabelecida a meta de Resultado Intermediário, ao final de 2020, de 80 viaturas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro, com uma linha de base de 77 em 31/12/2019.

- Para o Programa GUARANI, ficou estipulada a meta de RI, ao final de 2020, de 455 viaturas blindadas sobre rodas do Programa Guarani, entregues ao Exército Brasileiro, a partir de uma linha de base de 412 em 31/12/2019.

Por fim, o Índice de Operacionalidade da Força Terrestre - IFT é um indicador a cargo do EB que compõe o "Índice de Operacionalidade das Forças Armadas" (IOPFA), criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional em relação a uma meta declarada. O conceito de 'nível de operacionalidade' envolve a avaliação interna à Força nas seguintes vertentes: efetivo, adestramento e preparo logístico. Para 2020, o EB se comprometeu a buscar o atingimento da meta de 80% do IFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 84,20 %, mas se tratando de um ano de pandemia, foi um resultado surpreendente, acima das expectativas.

ASTROS 2020

Guarani

Meta do resultado intermediário do PPA 2020 — 3 viaturas

Resultado intermediário — 3 viaturas entregues

31 blindados — Meta do resultado intermediário do PPA 2020

60 blindados adquiridos — Resultado intermediário

Programas Estratégicos
Prioritários

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DEFESA NACIONAL - POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AÇÃO DE GOVERNO		DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
13DB	AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	20.654.398	20.654.237	697.294	693.170
147F	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA PARA A DEFESA NACIONAL	23.639.835	23.616.100	11.427.407	11.369.531
14LW	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATÉGICO ASTROS 2020	105.093.054	105.093.054	84.981.720	84.877.650
14T4	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GUARANI	323.390.552	321.936.672	260.521.461	192.190.765
14T5	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRA	248.036.265	242.599.749	141.662.491	141.024.257
14T6	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE	4.518.322	4.516.953	2.371.234	2.330.420
156M	MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	279.592.453	279.531.969	71.499.872	69.754.099
156N	OBTENÇÃO DE MEIOS DO EXÉRCITO	91.750.241	90.432.105	57.617.227	55.991.067
20XE	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	60.662.238	59.057.081	35.033.553	33.965.208
20XH	REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO	22.927.590	22.926.923	7.424.581	7.409.000
20XJ	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	21.218.063	21.104.663	9.764.326	9.484.183
20XL	SAÚDE EM OPERAÇÕES MILITARES	2.006.128	2.006.028	1.532.770	1.532.089
212O	MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES	606.189.127	611.094.353	602.027.837	598.863.298
219D	ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES	89.128.644	88.507.579	32.179.776	30.399.590
21A0	APRESTAMENTO DAS FORÇAS	547.189.930	544.114.311	310.806.438	308.129.560
21BT	PROTEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMBATE A ILICITOS NA AMAZÔNIA LEGAL	53.866.232	53.450.202	25.364.950	24.660.062
2866	AÇÕES DE CARATER SIGILOSO	5.071.997	5.067.748	4.781.021	4.765.968
2900	SELEÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR E APRESENTAÇÃO DA RESERVA	8.614.217	8.553.863	7.235.334	7.143.010
2911	MODERNIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE ENGENHARIA DO EB	12.662.720	12.635.724	7.878.636	7.701.601
2919	REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS	21.463.122	21.425.345	15.324.133	15.269.049
2A82	PRESTAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	9.898.811	9.858.719	4.210.729	4.023.334
3138	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	226.630.491	226.480.227	165.358.155	164.604.050
4528	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR	77.649.322	77.649.048	46.459.753	45.999.257
8965	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO	64.926.830	64.709.965	44.539.355	42.511.556
Total		**2.926.780.602**	**2.917.022.622**	**1.950.700.055**	**1.864.691.773**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Do acima exposto, verificou-se a efetiva execução das ações orçamentárias sob responsabilidade do Comando do Exército que constam do Programa 6012, evidenciando o comprometimento quanto ao emprego dos recursos, em proveito das ações de governo que permitem o cumprimento das missões constitucionais previstas para Exército Brasileiro.

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

1.6.1 INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico do Exército se alinha ao Plano Plurianual (PPA) e se orienta pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

Com base na Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) traça estratégias e ações estratégias para assegurar que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) possam ser atingidos. As orientações estabelecidas na END estão voltadas para a preparação das Forças Armadas e do Brasil como um todo, com a indicação de capacidades adequadas para garantir a defesa e contribuir para a segurança do País, tanto em tempo de paz quanto em situações de crise ou mesmo de conflito armado.

O Ministério da Defesa, a fim de orientar o preparo e o emprego da capacidade militar brasileira requerida para a Defesa Nacional, publicou a Política Militar de Defesa, a Estratégia Militar de Defesa e a Doutrina Militar de Defesa. A Estratégia Militar de Defesa (EMiD) é o documento que define as Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas (FA) e as estratégias militares a serem empregadas em cada uma delas.

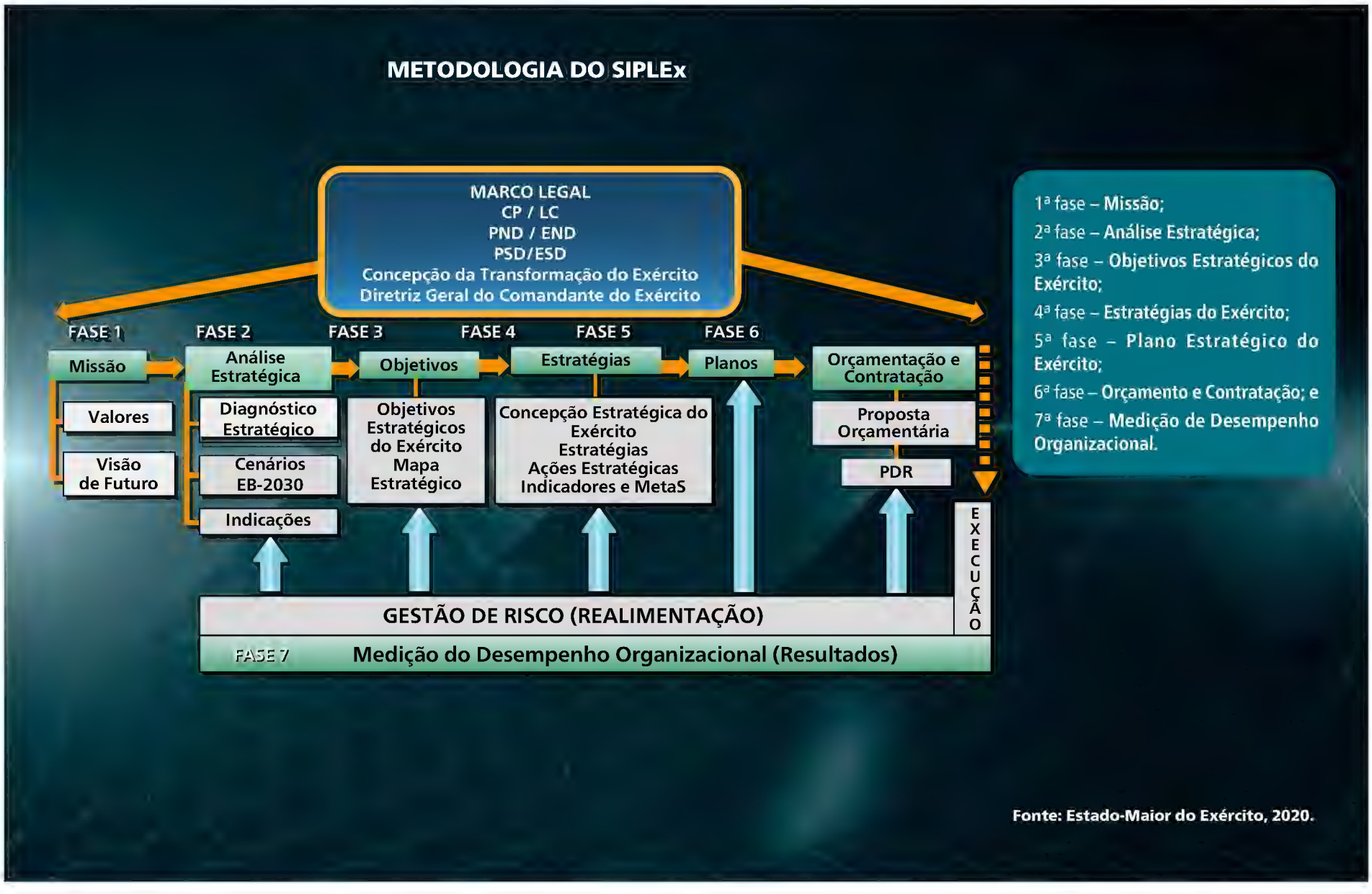
O planejamento estratégico setorial, elaborado pelo Ministério da Defesa e traduzido pela Política Setorial de Defesa (PSD) e Estratégia Setorial de Defesa (ESD), alinha-se aos planos plurianuais (PPA) do governo federal.

O Planejamento Estratégico do Exército deve estar alinhado ao PSD e ESD e orientar a organização e o preparo da Força Terrestre, visando o seu emprego nas situações previstas na EMiD.

1.6.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria, denominada Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que busca o alinhamento com os planos nacionais e setorial de Defesa e com o Plano Plurianual (PPA).

O SIPLEx percorre sete fases, assim nominadas e esquematizada na figura abaixo:



Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Salto de Paraquedistas
OPERAÇÃO ARANDU (CMS/CML)

O planejamento parte da análise da missão institucional, dos valores e da visão de futuro pretendida. Inicialmente, considera-se uma análise estratégica atualizada e, em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias e ações estratégicas.

Na Fase 3 são definidos os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), originando a Política Militar Terrestre (PMT), que os detalha assim como estabelece condições para a elaboração da Concepção Estratégica do Exército e do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) é o documento que materializa o planejamento da instituição e onde os Objetivos Estratégicos (OEE) são desdobrados em Estratégias, Ações Estratégicas e Iniciativas, que podem ser desdobradas em programas, projetos, subprojetos e outras atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos envolvidos. São estabelecidas metas e responsáveis para cada Ação Estratégica.

Com base no PEEx, é elaborada a proposta orçamentária, conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

O planejamento de recursos necessários para o alcance dos Objetivos Estratégicos do Exército é realizado no ano A-1 (2019), com base nas Necessidades Gerais do Exército (NGE) lançadas pelas Unidades Orçamentárias/Unidades Gestoras (UO/UG) no Módulo de Planejamento do Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA).

De posse das NGE, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com os Órgãos de Direção Operacional e Setoriais os Planos de Descentralização de Recursos, os quais têm por finalidade a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário (2020).

Com a aprovação da LOA, o planejamento inicia sua fase de execução, sendo avaliado e controlado por meio do Sistema de Medição de Desempenho Organizacional, que fornece as informações necessárias ao processo de correção e realimentação do planejamento.

Para o ciclo 2020-2023, a PMT elencou 15 (quinze) objetivos estratégicos, os quais estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades, conforme Mapa Estratégico a seguir:

MAPA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

MISSÃO

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

VISÃO DE FUTURO

Ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do Século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

BRAÇO FORTE

MÃO AMIGA

SOCIEDADE (RESULTADOS)

- 01. CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL
- 02. AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL
- 03. CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL
- 04. ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO

PROCESSOS CRÍTICOS

- 05. MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE
- 06. MANTER ATUALIZADO O SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE
- 07. APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO
- 08. APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE
- 09. APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
- 10. AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- 11. FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR
- 12. APERFEIÇOAR O SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUCIONAL

- 13. FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA
- 14. AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE
- 15. MAXIMIZAR A OBTENÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO E DE OUTRAS FONTES

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.
Mais informações no link: http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613714/Politica_Militar_Terrestre_v_20_12_19.pdf/18615dc0-753f-a1e2-2275-e8c2fa060edd

1.6.2.1 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

Quanto à vinculação do plano estratégico com o PPA, o Planejamento Estratégico do Exército está alinhado aos conteúdos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 – Defesa Nacional.

Em relação à vinculação do PEEx com o Plano Setorial de Defesa (PSD), o relacionamento entre os OEE e Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) é apresentado na tabela abaixo, evidenciando um alinhamento de esforços para cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro:

VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E PSD

PPA	OSD (PSD)	OEE (PEEx)
6012 e 0032	OSD 1: Contribuir com a dissuasão.	OEE 1 – Contribuir com a Dissuasão Extrarregional
6012	OSD 4: Incrementar o apoio à Política Externa.	OEE 2 – Ampliar a Projeção do Exército no cenário internacional
6011, 6012, 2218 e 0032	OSD 3: Contribuir para o desenvolvim ento nacional, o bem-estar e as responsabilidades sociais.	OEE 3: Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.
6012	OSD 7: Desenvolver os setores estratégicos de Defesa.	OEE 4: Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.
6012	OSD 2: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão institucional.	OEE 5: Modernizar o sistema operacional militar terrestre - preparo e emprego da Força Terrestre.
6012	OSD 2: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão institucional.	OEE 6: Manter atualizado o sistema de doutrina militar terrestre.
6012	OSD 2: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão institucional.	OEE 7: Aprimorar a gestão estratégica da informação.
6012	OSD 2: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão institucional.	OEE 8: Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.
6012	OSD 6: Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse de defesa.	OEE 9: Aperfeiçoar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.
6012 e 0032	OSD 5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica.	OEE 10: Aumentar a efetividade na gestão do bem público.
0032	OSD 10: Incrementar a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e o culto aos valores, às tradições e à ética.	OEE 11: Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar.
6012 e 0032	OSD 9: Estimular o desenvolvimento de estudos de Defesa.	OEE 12: Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura.
6012 e 0032	OSD 11: Fortalecer a dimensão humana.	OEE 13: Fortalecer a dimensão humana.
0032	OSD 13: Ampliar a interação com a sociedade brasileira.	OEE 14: Ampliar a integração do Exército à sociedade.
-	OSD 12: Compatibilizar o orçamento com as demandas dos Setor de Defesa.	OEE 15: Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes.

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

O Quadro a seguir apresenta a contribuição dos OEE para a missão institucional do EB:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
Defender a Pátria	OEE 1; 3; 5; 6 e 11
Garantir os Poderes Constitucionais	OEE 3 e 11
Garantir a Lei e a Ordem	OEE 3 e 11
Apoiar o Desenvolvimento Nacional	OEE 9, 10 e 12
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 1
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 7
Fortalecer o setor cibernético	OEE 4
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 1 e 8
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 2
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 2

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

1.6.3 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A metodologia adotada para construção dos Indicadores Estratégicos é o Balanced Scorecard (BSC), traduzido para o português como "Indicadores Balanceados de Desempenho".

Para cada OEE foi estabelecido um Indicador de Resultado (IR), definido na Política Militar Terrestre (PMT), que visa medir os resultados dos macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), ligados aos processos finalísticos (Operações Terrestres - Preparo e Emprego), aos processos gerenciais (política e estratégia) e aos processos de gestão interna.

Os IR podem ser construídos a partir de composição de outros indicadores, chamados de Indicador de Composição (IC), que também são estabelecidos na PMT, formando, assim, a árvore de indicadores do IR.

A execução do PEEx é acompanhada por meio dos Indicadores de Tendência (IT), que servem para medir a execução das metas físicas e financeiras das atividades previstas para o ciclo 2020-2023.

Conforme a execução das metas físicas e financeiras das atividades, acompanhados pelos IT, são atingidas em um Objetivo Estratégico, espera-se um aumento dos resultados alcançados, acompanhados pelos IR.

A atual PMT estabelece os indicadores para o período 2020-2023, tendo sido realizada uma revisão da composição dos IR para melhor mensuração da estratégia. Portanto, não foram apresentados dados comparativos, uma vez que em 2020 ocorreu a primeira medição dos atuais indicadores.

Os resultados são apresentados nos capítulos 2 e 3 deste relatório e a relação completa, bem como as Fichas de Qualificação de Indicadores podem ser encontradas no link: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas.

Fotomontagem: CCOMSEX

1.7 CADEIA DE VALOR AGREGADO – CVA

A Cadeia de Valor Agregado do Exército é uma ferramenta de gestão que representa a organização, sendo composta por um conjunto de macroprocessos inter-relacionados, que permite visualizar as entregas de valor do Exército para a sociedade.

No Exército, foram identificados e encadeados, no modelo da Cadeia de Valor Agregado, 17 (dezessete) macroprocessos, divididos por áreas de atuação, sob a responsabilidade do EME, dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), dos Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato ao Comandante do Exército (OADI) e Comando de Operações Terrestres (COTER), conforme publicado na Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015.

A definição da CVA do Exército foi fruto de estudo e de discussão entre todas as Subchefias do Estado-Maior do Exército (EME). Considerando a missão, a visão e o mapa estratégico já existente, reuniu, desta forma, os grandes processos da instituição, visando a prontidão e a operacionalidade necessárias ao cumprimento da missão institucional.

Mapa da Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos e controles internos institucional possui como pilar a "Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018".

A PGR-EB possui como objetivos melhorar a governança aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para dar continuação ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019, cuja finalidade é possibilitar o detalhamento das ações; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na PGR-EB; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; regular as competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx), do Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx), das assessorias de gestão de riscos e controles (AGRiC), dos proprietários de riscos e controles (PRisC) e das equipes de gestão de riscos e controles (EGRiC); orientar os diversos escalões do EB, incluindo as Entidades Vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito do EB e detalhar as competências e atividades necessárias para uma coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade vigente no EB.

Em outubro de 2019, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB (EB20-MT02.001), 1ª Edição, 2019.

Para maiores informações sobre a Gestão de Riscos no EB acesse aqui: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, marca importante da instituição, adota-se o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão subordinado está cumprindo as determinações de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.

A gestão de riscos estratégicos do EB está incorporada ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx). Compreende as etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao apetite aos riscos do EB, salvo exceções justificadas, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como extremos. Os mesmos deverão ser considerados somente em casos excepcionais.

Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro.

As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

I - Fonte interna: pessoal; material e administrativa;

II – Fonte externa: econômicas, meio ambiente, políticos, sociais e tecnológicos.

Riscos do EB são classificados em:

Ao levantar os riscos da instituição, buscou-se elencar os de nível mais elevados, de forma a estabelecer prioridade para mitigá-los.

De maneira geral, os principais riscos estratégicos aos quais o EB está exposto estão relacionados à falta ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, e à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e contingência com base em critérios definidos.

Uma das principais fontes de riscos encontrada no exercício financeiro está relacionada à insuficiência de recursos orçamentários necessários ao processo de transformação do Exército que requer investimentos nos principais programas estratégicos de forma que estes possam ser executados com continuidade.

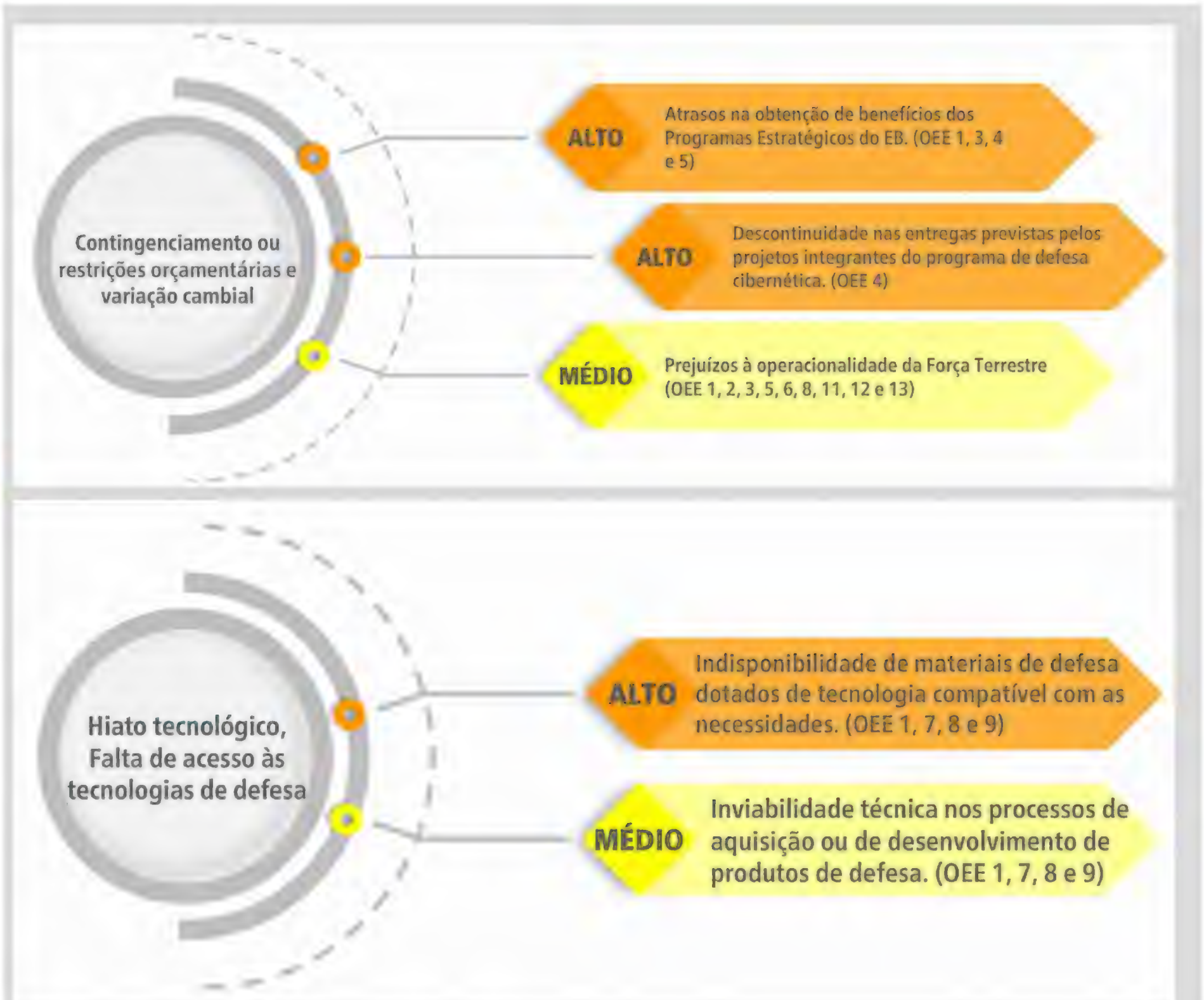
OS PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS SÃO:

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Variação cambial, desequilíbrio orçamentário, corte ou a descontinuidade do fluxo regular de recursos orçamentários poderá levar a possíveis atrasos na obtenção dos benefícios, bem como necessidades de ajustes de escopo dos programas estratégicos. Os benefícios dos programas, uma vez atrasados em suas obtenções, podem impactar negativamente na perda da janela de oportunidade para o atingimento do objetivo estratégico previsto, impondo restrições ao processo de transformação do Exército.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em Defesa, reavaliar os estudos de viabilidade econômica, adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas e renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa.
A não obtenção de valores orçamentários adequados para atender à implantação da estrutura de Defesa e Guerra Cibernética poderão causar descontinuidade nas entregas previstas pelos projetos integrantes dos Programas de Defesa Cibernética ou o retardamento na obtenção das capacidades a serem geradas.	Agir, com as autoridades competentes, para obter recursos orçamentários adequados para a implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética, com oportunidade e efetividade.
Hiato tecnológico existente na indústria de defesa nacional ou falta de acesso às tecnologias de defesa de países fornecedores poderá implicar na falta de disponibilidade de materiais de defesa dotados com tecnologias compatíveis com as necessidades de transformação.	Sensibilizar as esferas de Governo Federal para a implementação de incentivos de ordem fiscal à industrial nacional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego em defesa. Articular com universidades e centros de pesquisa do País para o desenvolvimento de materiais de aplicação em defesa. Pactuar com países fornecedores para internalização de tecnologias disponíveis.
Surgimento de novos materiais de defesa poderá implicar na obsolência tecnológica antecipada de materiais de defesa em produção ou em desenvolvimento, o que poderá levar a falta de continuidade da viabilidade técnica dos processos de aquisição ou de desenvolvimento para entregas de projetos de defesa específicos.	Atualizar os requisitos de novas entregas conforme as informações disponíveis de novos materiais ou tecnologias. Ajustar o escopo de projetos e/ou programas. Reavaliar os estudos de viabilidade econômica dos benefícios dos programas.
O desalinhamento entre as capacidades militares de defesa do MD e as capacidades operativas da Força Terrestre poderá comprometer o preparo da Força Terrestre para o emprego nas operações de guerra.	Buscar o equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias. Ajustar as capacidades militares de defesa por meio alinhamento do SIPLEx com o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) do MD.
O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força, bem como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em Defesa.

Fonte: Escritório de Gestão de Riscos, Integridade e Controles Internos dos Exército (EGRICEx), 2020.

As figuras ao lado ilustram a relação entre os principais fatores de riscos, os riscos estratégicos decorrentes, sua magnitude e os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) impactados, demonstrando como estres riscos afetam a capacidade da instituição em gerar valor para as suas partes interessadas.

PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO



Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

No que diz respeito às oportunidades, a instituição preparou-se para receber recursos adicionais os quais foram aproveitados. Ao final do exercício, a unidade prestadora de contas (UPC) executou 97,56% dos recursos atribuídos.

O EB está atuando no sentido de capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema e aperfeiçoar o processo de Gestão de Riscos no âmbito da instituição. Dentre as principais oportunidades surgidas, destaca-se:

- Captação de recursos em órgãos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção dos produtos de defesa, ratificada pela existência de projetos de sucesso desenvolvidos pelo EB;

- Atuação na coordenação da implantação e do desenvolvimento do Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação;

- Aproveitamento de novas tecnologias de defesa poderão levar à ampliação do volume de uso dual de produtos de defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna. Isto poderá levar à redução de custos de obtenção de materiais de defesa da indústria nacional;

- A capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), por intermédio de cursos de extensão e pós-graduação, particularmente, mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior;

- Entrada em operação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG). Este sistema, quando finalizado, proporcionará informações mais confiáveis e, por possuir um relatório de crítica, servirá de base para os planejamentos de aquisições, resultando em economia, melhor controle dos estoques, de distribuição e na qualidade dos bens adquiridos;

- A ampliação do volume de exportação de produtos de defesa pela indústria nacional com reflexos em aumento da escala de produção interna e a ampliação do volume de uso dual de produtos de defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna.

Entende-se que a situação financeira do País não proporcionou o surgimento de muitas oportunidades, mas a instituição sempre permaneceu em condições de aproveitá-las, caso surgissem.

Torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa e no controle e aprimoramento de seus gastos, a fim de aumentar, em todos os níveis, a efetividade do gasto público de custeio.

É fundamental para a transformação do Exército e consequente desenvolvimento nacional que os planejamentos dos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão de recursos disponíveis, do corrente ano, para os Programas Estratégicos (PrgEE).

Viaturas Blindadas Guarani

1.9 ATUAÇÃO CORRECIONAL

1.9.1 INTRODUÇÃO

O quadro de pessoal do Comando do Exército é composto por militares e servidores civis, regidos por legislação específica para cada segmento e listada ao longo desta seção, sendo o Órgão Setorial responsável pela gestão de ambos os ramos o Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

Em 2020, o Exército Brasileiro iniciou estudos para a implantação de um Sistema de Correição no âmbito da Força.

Atualmente as atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos funcionam conforme descrito a seguir.

1.9.2 ATIVIDADE DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO RELATIVO A MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército - RDE (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm).

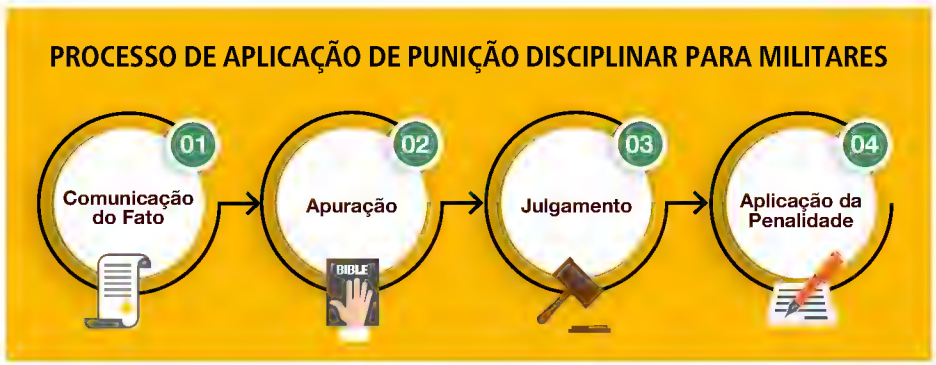
No Comando do Exército, não há um órgão único (corregedoria), sendo o processo de correição diluído na estrutura organizacional, cabendo a cada organização militar (OM), conforme prevê a base normativa, desenvolver as atividades relacionadas à apuração de possível irregularidade e à aplicação das devidas penalidades.

Neste contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP) somente o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, seleção e promoção dos militares.

As atividades de correição para militares subdividem-se em duas partes, a saber: os casos relacionados à disciplina militar e aqueles oriundos de crimes dolosos já transitados em julgado, cujas penas foram inferiores há dois anos.

No tocante aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de correição próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina e têm como objetivo a apuração de transgressão disciplinar, entendida como toda ação ou omissão praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio e ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares ou que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

A aplicação da punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e tem em vista o caráter educativo ao militar que sofre a punição, bem como à coletividade a que ele pertence.



No segundo caso, relacionados aos crimes dolosos praticados por militares já transitados em julgado, cujas penas foram inferiores há dois anos e estejam no rol das condutas previstas na Lei nº 5.836/72 e no Decreto nº 71.500/72, o acompanhamento das atividades no âmbito do Exército fica a cargo da Assessoria dos Tribunais de Honra (ATH), vinculada ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), cuja sistemática utilizada para a apuração de ilícitos cometidos por integrantes do Exército se baseia em dois tipos de processos administrativos:

ATUAÇÕES CORRECIONAIS PRODUZIDAS E DESPACHADAS, EM 2020, PELA ATH:

Tipo	Posto/Grad	Quantidade
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	7
Conselho de Justificação	Oficiais	2

Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

Base normativa

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares;

- Lei n° 5.836, de 5 de dezembro de 1972 –Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências;

- Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar

- Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972 –Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências;

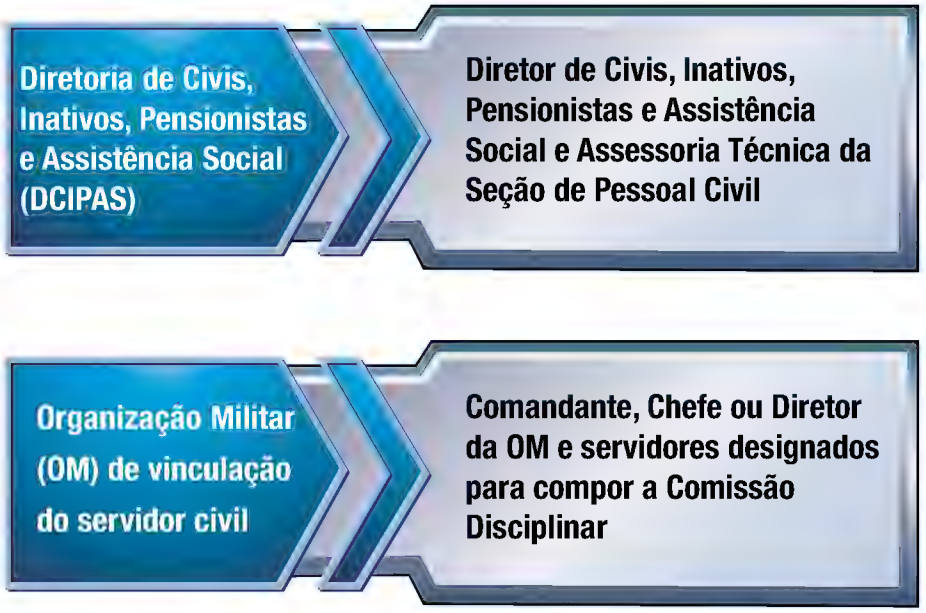
- Regulamento Disciplinar do Exército (R–4) – Aprovado pelo Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002; e

- Portaria nº 107, de 13 de fevereiro 2012– Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército (EB 10-IG-09.001).

1.9.3 ATIVIDADE DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO RELATIVO A SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição relacionadas aos servidores civis são coordenadas pela Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), unidade seccional de correição e órgão subordinado ao Departamento-Geral do Pessoal.

A figura abaixo representa a estrutura e as atividades de correição de servidores civis no âmbito do Comando do Exército:



O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), são realizados, de forma centralizada, pela DCIPAS, à exceção das demissões cujos registros de julgamento são efetuados pela Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa (DIPEC/MD).

Base normativa

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

- Portaria nº 071 – Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013 - Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB10-R-02.020);

- Portaria nº 192 – DGP, de 1º de outubro de 2015 - Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP; e

- Portaria nº 278 – DGP, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova as Normas Técnicas nº 3 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30–N–50.003).

A seguir são apresentados os principais resultados observados em relação à atividade de correição no âmbito do Comando do Exército relativos aos servidores civis.

PUNIÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS EM 2020

PUNIÇÕES	QTD
Demissão	1
Suspensão *	2
Advertência *	1
Total	**4**

Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

(*) Os procedimentos apuratórios de menor gravidade e aplicação das penas estatutárias brandas (sindicância, para aplicação de advertência e suspensão até 30 dias), por serem instaurados e julgados nas OM dos servidores, têm seus respectivos dados registrados no CGU-PAD após o recebimento dos respectivos autos, de forma centralizada, pela DCIPAS, o que pode acarretar acúmulo e atraso no registro no sistema e, portanto, há imprecisão no quantitativo de suspensões e advertências constantes no quadro acima.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS PUNIÇÕES APLICADAS (ART 117, DA LEI Nº 8.112/90)

CAUSA	QTD
Abandono de cargo	1
Desídia	1
Descumprimento de normas legais e regulamentares	1
Exercício de atividade incompatível	1
TOTAL:	**4**

Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

Servidores civis do QG Ex

CAPÍTULO 2

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2 RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

2.1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, contribuir com a dissuasão extrarregional é ter forças militares com eficiência operacional e poder de combate, expressos pelo grau de ordenação, qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, suficientes e capazes de desencorajar qualquer agressão militar e, também, dispor de tropas com maior capacidade de mobilidade (estratégica e tática) e elasticidade.

O Objetivo Estratégico do Exército 01 - "Contribuir com a Dissuasão Extrarregional" - tem em suas prioridades principais as competências institucionais de defender a pátria, dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e desenvolver para fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica.

Assim, as atividades estabelecidas no Plano Estratégico do Exército no OEE 1 afetam sensivelmente o preparo da Força Terrestre para emprego em Operações Terrestres, processo finalístico do Exército Brasileiro.

2.1.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o Índice de Operacionalidade das Forças Armadas, criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional do Plano Plurianual.

O conceito de "nível de operacionalidade" envolve a avaliação interna à Força nas seguintes vertentes: efetivo, adestramento e preparo logístico.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 01

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 1.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 15,11 %	25 % anualmente
IT 1.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 16,02 %	25 % anualmente
IR - 01 Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	= [(Índice de eficácia na prontidão x 50) + (Índice de Prontidão Logística x 40) + (Índice de Efetivo Existente nas Brigadas x 30)] / 120	= 84,20%	80 % de operacionalidade anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IOFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 84,20%, ficando acima do esperado, e em se tratando de um ano de pandemia, teve um resultado excelente.

2.1.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

As prioridades e objetivos do Programa de Defesa Nacional abrangem, dentre outras vertentes, projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio Controle, Mobilidade e Presença, previstos na Estratégia Nacional de Defesa.

Nesse sentido, cita-se, dentre outras prioridades estabelecidas para o objetivo estratégico no ano de 2020, aquelas associadas às entregas físicas dos seguintes Programas Estratégicos do EB:

PRG EE	AO	RECEBIDO[1]	EMPENHADO [2]	LIQUIDADO	PAGO	RP LIQUIDADO	RESULTADO
GUARANI	14T4	323.390.552,00	321.936.672,05	260.521.460,53	192.190.764,73	124.601.851,85	60 Blindados entregues[3]
ASTROS	14LW	105.093.054,00	105.093.054,00	84.981.720,08	84.877.650,07	110.878.488,08	8,04% do Sistema Implantado[4]
AVIAÇÃO	3138	226.630.491,00	226.480.227,27	165.358.155,25	164.604.050,39	4.122.851,51	3,60% do Sistema implantado[5]
DAAE	13 DB	20.654.398,00	20.654.236,95	697.293,73	693.170,01	57.933.111,24	23 Equipamentos Obtidos[6]
OCOP	156N	91.750.241,00	90.342.105,12	57.617.226,76	55.991.066,57	55.991.066,57	4.647 meios militares disponibilizados[7]

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

[1]Dotação Atualizada

[2]Valores Empenhados com variação cambial

[3]Em 2020, a meta física da LOA era de 48 blindados que foi alcançada, porém foram entregues 12 blindados decorrente da liquidação dos restos a pagar, tendo sido entregues um total de 60 blindados em 2020.

[4]Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R$ 2.435.000.000, 00.

[5]Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R$ 4.905862.000, 00.

[6]Em 2020, a meta física da LOA era de 4 equipamentos que foi alcançada, porém foram obtidos 19 equipamentos decorrente da liquidação dos restos a pagar, tendo sido obtidos um total de 23 equipamentos em 2020.

[7]Em 2020, a meta física da LOA era de 4.331 unidades e foram entregues 4.647 unidades de meios militares, considerando somente o valor liquidado em 2020.

2.1.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO GUARANI (Prg EE GUARANI)

O Programa Estratégico do Exército Guarani tem por objetivos: transformar a Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar a Cavalaria Mecanizada, a fim de incrementar a dissuasão extrarregional e a defesa dos interesses nacionais.

Nesse contexto, a fim de integrar a Nova Família de Blindados de Rodas, foi planejada uma diversidade de meios mecanizados e seus sistemas, os quais devem possuir um índice de nacionalização superior a 60%.

O Programa é composto pelos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Material de Emprego Militar, assim como as Ações Complementares, Infraestrutura e Preparo.

O Prg EE Guarani atua, também, na área de preparo e capacitação de pessoal, formando operadores e mecânicos para todas as funções a bordo e em todos os escalões de manutenção. Complementarmente, realiza a construção de infraestrutura mínima para que as Organizações Militares possam receber esses meios, especialmente pavilhões de manutenção e garagens de elevados padrões.

Entrega de Viaturas Blindadas Guarani
3ª Divisão de Exército (CMS)

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO – GUARANI
ENTREGAS 2020

- 60 (sessenta viaturas) VBTP-MSR Guarani 6x6
- 16 Sistemas de Armas Automatizada REMAX
- 52 Sistemas de comando e controle completos
- Continuidade das obras do pavilhão de manutenção no 15º B Log
- Início das obras do pavilhão de manutenção no 30º BIMec, 28º B Log, 17º RC Mec, 11º RC Mec e 10º RC Mec.
- Capacitação de pessoal:
- Curso de manutenção de Chassi (20 militares);
- Curso de operador (20 militares);
- Curso de sistemas de armas (08 militares);
- SLI para as plataformas das VBTP-MR Guarani 6x6; e
- SLI para o sistema de armas REMAX.

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do programa foi de 1,85% perfazendo um total acumulado de 11,06% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do Programa: R$ 20.800.000.000,00

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Para Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani

Certificação SISPRON
15ª Bda Inf Mec (CMS)

2.1.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS 2020 (PRG EE ASTROS 2020):

É composto pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS e de construções de instalações em Organizações Militares, que contribuem para o aparelhamento da Força Terrestre e para gerar capacidades dissuasórias e de apoio de fogo terrestre.

Os projetos de P&D contam com o desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com alcance de até 300 Km e o Foguete Guiado SS-40G, ambos contratados junto à empresa brasileira AVIBRAS Indústria Aeroespacial, e executados em parceria com o Exército Brasileiro, bem como o Sistema Integrado de Simulação ASTROS, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria.

Tiro do Astros 2020
Campo de Instrução de Formosa (CMP)

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO – ASTROS 2020 – ENTREGAS EM 2020

- Instalações do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes;
- Acabamento do Anfiteatro do Forte Santa Bárbara;
- 10 viaturas do Sistema ASTROS, versão MK-6;
- 07 viaturas logísticas;
- Etapa 17 do Foguete Guiado SS 40G;
- Início da construção da Base de Administração e Apoio do Forte Santa Bárbara;
- Continuação das obras do Comando de Artilharia do Exército, da Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército, do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes e de 09 PNR (casas);
- Continuação do Projeto de Instrumentação de Campo de Instrução;
- Treinamentos baseados em computadores (TBC) das viaturas ASTROS e da Mesa Tática com videowall;
- Aquisição de munição para o Sistema ASTROS; e
- Infraestrutura de Paióis

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do programa foi de 8,04% perfazendo um total acumulado de 50,68% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.planejado.

Valor planejado total do Programa: 2.435.000.000,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Previsão de encerramento: 2023

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação se deve ao repasse dos valores ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Para mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros-2020

Tiro do Astros 2020
Operação Amazônia (CMA)

Tiro do Astros 2020
Academia Militar das Agulhas Negras (CML)

Astros 2020
Comando de Artilharia do Exército (CMP)

2.1.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO (PRG EE AV EX)

Em curso desde 2017, o Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército tem como objetivo o aperfeiçoamento do sistema Aviação do Exército avançando na atualização dos seus meios aéreos e dos recursos que os alicerçam.

Esforços estão sendo envidados para o preenchimento das lacunas existentes quanto à dissuasão e moderna capacidade de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA), com ações destinadas a ampliar a presença do Exército Brasileiro na terceira dimensão do combate moderno, por meio de suas aeronaves e tripulações, em qualquer parte do território nacional e em prazo oportuno.

Transporte de Garga

Helocasting
Estágio de Operaçoes no Pantanal (CMO)

Operação Xavante

Desembarque aermóvel
Operação Amazônia

Deslocamento aéreo
Operação Xavante (CMP)

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO
AVIAÇÃO DO EXÉRCITO – ENTREGAS 2020

- 5 aeronaves FENNEC (modernização)
- 4 aeronaves Pantera K2 (modernização)
- Aquisição de oito motores para a aeronave Pantera K2
- Conclusão da recuperação ambiental do setor sul do BAvT
- Conclusão da construção do pátio de viaturas do Batalhão de Manutenção e Serviço (BMS)

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Deslocamento fluvial
Operação Amazônia

Em 2020, a execução orçamentária do programa foi de 3,60% perfazendo um total acumulado de 10,57% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do Programa: 4.905.862.000,00

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército, mesmo com as atuais restrições orçamentárias, tem atingido os objetivos propostos. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, podendo levar no futuro a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do programa.

Para mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/aviação

2.1.3.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA (PRG EE DAAE)

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com a finalidade de entregar módulos de artilharia antiaérea ao Exército Brasileiro, tendo por objetivo recuperar e obter a capacidade de defesa antiaérea de baixa e média alturas, modernizando as organizações militares que compõem a defesa antiaérea da Força Terrestre.

O programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de produtos de defesa (PRODE) ainda não acessíveis no País, com a assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

Tiro do RBS70
Operação Amazônia

Tiro do Canhão Bofors de 40mm
Operação Sagitta Primus III

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO – DEFESA ANTIAÉREA – ENTREGAS 2020

- Obras militares na Escola de Artilharia Antiaérea
- Adequações das seções de instrução e centros de simulação das organizações militares de defesa antiaérea da Força Terrestre
- 2 radares SABER M60 versão 2.0 (fabricação nacional)

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do programa foi de 1,42% perfazendo um total acumulado de 9,90% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do Programa: 4.130.148.934,00

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Para mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea/escopodaae

2.1.3.5 PROGRAMA DE OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (OCOP)

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar, necessários para obtenção e manutenção de capacidades operacionais adequadas para permitir sua atuação efetiva segundo a concepção da Estratégia Nacional de Defesa.

Transporte da doação de Viaturas Blindadas Posto de Comando M577

Recuperação de Viatura Blindada Remuniciadora (M992A2)

Manutenção de [illegible] L119 Light Gun

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO - PROGRAMA DE OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA – ENTREGAS 2020

Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha (SAC):

- Recuperação de 14 Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado (VBCOAP) M109 A5;
- Recuperação de 7 Viaturas Blindadas Remuniciadoras (M992A2);
- Transporte da doação de 60 Viaturas Blindadas Posto de Comando M577;
- Manutenção de 7 obuseiros L118 Light Gun;
- Recuperação de 10 obuseiros M56 Oto Melara;
- 16 Equipamentos de busca de alvos e condução do tiro (AGLS); e
- Desenvolvimento do sistema computadorizado de direção e coordenação de tiro (GENESIS).

Projeto Combatente Brasileiro (COBRA):

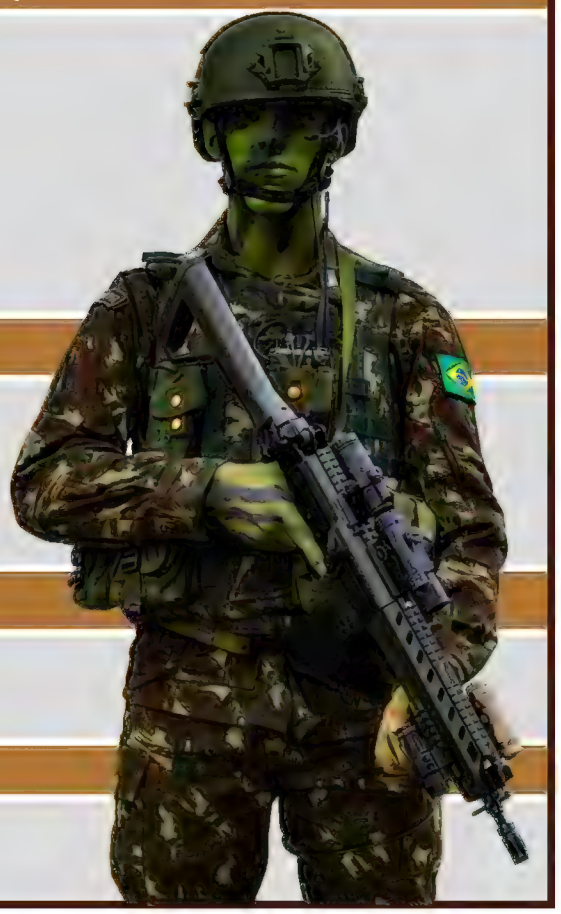
- Aquisição de lote piloto com 165 Coturnos para Projeto Combate Brasileiro;
- 2000 Fuzis de assalto IA2 5,56mm;
- 91 Óculos de visão noturna; e
- 700 monóculo visão noturna.

Projeto Material de Engenharia de Combate:

- 1 sistema de ponte tipo fita Improved Ribbon Bridge (IRB); e
- 1.500 placas reforçadoras de solo (fabricação).

Ações Complementares:

- 280 Rádios de comunicação VHF e HF; e
- Aquisição de material e equipamentos aero terrestre.



Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do programa foi de 0,53% perfazendo um total acumulado de 5,33% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

Valor planejado total do Programa: 29.000.000.000,00

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

2.1.4 IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO:

O Objetivo Estratégico do Exército 01 – Contribuir com a Dissuasão Extrarregional – é um dos principais indutores do Processo de Transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

Os programas/projetos estratégicos de reaparelhamento das Forças Armadas, relacionados precipuamente a este objetivo estratégico, apresentam estreita conexão com o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional, principalmente no que se refere à pesquisa e desenvolvimento dos produtos de defesa.

Dessa maneira, a estruturação e o fortalecimento de uma Base Industrial de Defesa no Brasil constituem o elo entre a Política Nacional de Defesa e as Políticas de Desenvolvimento Produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação do País.

Diante do exposto, os principais impactos socioeconômicos dos programas estratégicos do Exército são os seguintes:

- agregação de novas tecnologias às empresas participantes dos programas que poderão ser utilizadas em projetos futuros, o chamado *spin-off*, apoiando a Base Industrial de Defesa;

- importantes avanços de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) que beneficiam diversos setores da economia, tais como, de áreas como interoperabilidade de simuladores, inteligência artificial *(computer generated forces)*, computação gráfica, manipulação de cartas e terrenos virtuais, de tecnologias críticas de uso dual, como a de radares (controle de tráfego aéreo, meteorologia e defesa civil) e simulação, dentre outras, fortalecendo a tecnologia nacional incrementando a capacidade produtiva e a maturidade tecnológica da Base Industrial de Defesa;

- soberania em tecnologias críticas, blindando a sociedade de pressões externas por meio de embargos ou bloqueios;

- transferência de tecnologia - *offset* - para o Exército de produto de alta tecnologia agregada;

- interação entre os meios acadêmico, empresarial e militar, promovendo articulações entre os diversos setores e atores que possuam interesse no setor simulação militar;

- aumento da interoperabilidade entre as Forças Singulares;

- domínio de tecnologias críticas de defesa antiaérea; e

- contribuição para o monitoramento do espaço aéreo.

2.1.5 OPERAÇÃO ÁGATA

Em 2020, a principal operação realizada pelo Exército na faixa de fronteira foi a Operação ÁGATA, conforme descrito a seguir:

Missão: reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado, com bloqueio e controle de estradas, rodovias e vias urbanas, patrulhamento terrestre ostensivo com órgãos de segurança pública; reconhecimento especializado de fronteira; revista de pessoas, embarcações, aeronaves e instalações; fiscalização de produtos controlados; operações de busca e apreensão; reconhecimento, transporte aéreo e interceptação de aeronaves suspeitas e incrementar o apoio à população local.

Período: Janeiro a dezembro de 2020

Efetivos e meios: Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Norte, Comando Militar do Oeste e Comando Militar do Sul, com a participação de 187 militares, diariamente, sendo que ao longo de 365 dias, foram empregados um total de 68.255 militares nessa operação.

Local: faixa de fronteira.

Resultados para a Força:

- adestramento de organizações e pessoal no viés operacional;
- aumento da eficiência em operações interagências;
- recebimento de recursos para aquisição de material e equipamento; e
- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto ao MD, demais Forças Singulares e agências governamentais.

Benefícios para a sociedade

O emprego do Exército na Operação ÁGATA, sob a ótica da vertente "mão amiga", combate delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, contribuindo para o aumento da segurança na fronteira.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

2.1.6 PREPARO E EMPREGO DA AVIAÇÃO:

Com o objetivo de proporcionar aeromobilidade à Força Terrestre, a Aviação do Exército (Av Ex), recriada em 1986, desponta-se como um vetor de modernidade no Exército Brasileiro. Polo de absorção, domínio e difusão de tecnologia, a cada dia, vem se desenvolvendo pelo constante aprimoramento técnico-profissional de seus integrantes, pelo adestramento operacional de seus elementos orgânicos e pelo aperfeiçoamento das doutrinas atinentes ao emprego da aviação em prol da Força Terrestre, considerando o cenário da guerra moderna.

Recentemente, com a missão de coordenar e formar os recursos humanos para operar os sistemas de aeronaves não tripuladas, a Aviação do Exército mostra sua capacidade de adaptação e evolução constante, voando de forma cada vez mais segura e eficiente, contribuindo sobremaneira para o sucesso operacional do Exército Brasileiro.

A tabela a seguir mostra os resultados alcançados em 2020, no Emprego e Preparo do Aviação do Exército:

EMPREGO DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO:

Indicadores da Aviação do Exército	Abrangência	Horas de Voo	Impacto
Esforço aéreo AvEx/Operações	108 missões	4.093	https://operacaocovid19.defesa.gov.br/
Missões Conjuntas (FAB/MB)	273 missões	-	https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/operacao-verde-brasil-2-mais-de-r-500-milhoes-em-aplicacao-de-multas

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

PREPARO DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO:

Indicadores da Aviação do Exército	Abrangência
Qualificação e padronização de pilotos e mecânicos da AvEx	97 missões (5.851 horas de vôo)
Qualificação e padronização e diversas áreas da AvEx	133 militares
Formação de pilotos, mecânicos e especializações diversas da AvEx	200 militares
Formação de bombeiros, meteorologistas, controladores de trafego aéreo, investigadores, médicos de aviação, etc	20 militares
Cursos e estágio em nações amigas (com redução de custo de treinamento, através da utilização de simuladores das aeronaves)	35 militares
Cursos e estágios em indústrias civis nacionais (redução de custo de treinamento, através da utilização de simuladores da Anv Jaguar)	65 militares
Formação de operadores de sistema de aeronaves não tripuladas	6 militares
Diversos eventos com objetivo de ampliar a percepção de risco e diminuir as ocorrências aeronáuticas	16 eventos

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

2.1.7 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

O Exército Brasileiro na coordenação, no preparo e no emprego da Força Terrestre para o cumprimento das diversas missões a ele atribuídas, encontra o **desafio** de executar as missões em um cenário no qual se vislumbram restrições orçamentárias, tendo em vista que a cada Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) aumenta o passivo entre o planejado para o programa e a execução real. Para tanto, são necessários o aporte, e equilíbrio, de dois fatores fundamentais para o alcance dos seus objetivos: os recursos financeiros e os recursos humanos.

Visando atender aos novos desafios impostos pelo avanço tecnológico e, consequentemente, a forma de atuar, com uma doutrina moderna e adequada, em possíveis novos conflitos, a implantação do Programa Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre destaca-se como uma "ferramenta" que pretende proporcionar uma melhoria significativa nas capacidades empregadas pelos Comandos Militares de Área.

Como não é diferente das demais áreas de atuação do Exército Brasileiro, o alcance do Objetivo Estratégico – **Contribuir com a dissuasão extrarregional** – está significativamente atrelado à quantidade de recursos financeiros alocados, oportuna e adequadamente, no sistema de preparo da tropa, sob o risco de comprometer a capacidade de realizar o adestramento completo da Força visando atender às hipóteses de emprego e, como consequência, entre outras, evidenciar o baixo índice de operacionalidade da Força Terrestre. Torna-se necessário, portanto, ampliar o quantitativo de recursos financeiros, particularmente, para se cumprir efetivamente todas as fases da instrução militar da tropa e atingir os níveis de dotação completos, particularmente de munição e combustível.

No campo dos recursos humanos, um dos principais riscos é a deficiência na capacidade de mobilização de pessoas para atender às eventuais operações de guerra, o que pode acarretar a redução da elasticidade para a construção de uma força de reserva que atenda ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa para a mobilização e o deslocamento estratégico.

Em termos de perspectivas, o Exército planeja ampliar e intensificar a execução dos exercícios da reserva mobilizável, com ampla repercussão nacional e internacional. A Força estuda passar a realizar exercícios de mobilização da reserva no valor unidade.

Operações na Caatinga (CMNE)

Operações na Selva
OPERAÇÃO AMAZÔNIA (CMA)

Operações no Pantanal (CMO)

Blindado Leopard
Campo de Instrução de Santa Maria/RS (CMS)

2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.2.1 INTRODUÇÃO

A projeção do Exército no cenário internacional se expressa nos instrumentos da diplomacia militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da política externa do País. Visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

Atualmente, o Exército está presente em todos os continentes do mundo, com militares cumprindo missões de natureza diplomática e permanentes, missões transitórias diversas, discentes e missões operacionais.

2.2.2 RESULTADOS DA PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Objetivo Estratégico 02 - "Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional" – visa ampliar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais.

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a instituição tem participado, com êxito, de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e que fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar junto às Nações Amigas, tais como: capacitação de militares estrangeiros, exercícios combinados, participação em organismos e fóruns internacionais e operações de paz e de ajuda humanitária.

Os resultados são materializados pelo IR 02 - Índice de ampliação da projeção do Exército no cenário internacional, apresentado abaixo:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 02

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 2.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 16,12 %	25 % anualmente
IT 2.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 15,03 %	25 % anualmente
IR – 02: Índice de ampliação da projeção do Exército no Cenário Internacional	= (Incremento médio de efetivação de intercâmbios + Incremento médio de cargos relevantes em organismos internacionais) / 2	= 89,23 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 02. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 89,23%, ficando abaixo do esperado, mas se tratando de um ano de pandemia, teve um resultado satisfatório.

2.2.2.1 ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

2.2.2.1.1 CONFERÊNCIAS BILATERAIS DE ESTADO-MAIOR

As Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) são encontros bilaterais de Estado-Maior realizados entre o Exército Brasileiro e os Exércitos de Nações Amigas, com periodicidade anual ou bienal, com alternância de sede entre os países participantes e têm como finalidade estreitar laços de cooperação e de amizade e incrementar medidas de confiança mútua, mediante o estabelecimento de entendimentos.

CBEM REALIZADAS EM 2020

CBEM	LOCAL - PERÍODO
XI CBEM BRASIL – PARAGUAI	Videoconferência – 24 SET 20
XI CBEM BRASIL – EQUADOR	Videoconferência – 29 SET 20
XXXVI CBEM BRASIL – EUA	EUA – 19 a 23 OUT 20
XIV CBEM BRASIL - ARGENTINA	Videoconferência – 29 OUT 20
II CBEM BRASIL - ITÁLIA	Videoconferência – 29 OUT 20
XII CBEM BRASIL – CHILE	Videoconferência – 5 NOV 20
CBEM BRASIL – FRANÇA	Videoconferência – 23 NOV 20
V CBEM BRASIL – PORTUGAL	Videoconferência – 25 e 26 NOV 20

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

36ª CBEM Brasil – EUA (2020)

2.2.2.1.2 REUNIÕES REGIONAIS DE INTERCÂMBIO MILITAR

As Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) são encontros bilaterais entre o Exército Brasileiro e os Exércitos de Nações Amigas Sul-Americanas fronteiriças, realizados com periodicidade anual, alternância de sede entre os países participantes e, sempre que possível, em cidades situadas na faixa de fronteira. Tem por objetivos, dentre outros:

1) trocar experiências e conhecimentos de interesse comum e que afetam diretamente o controle e a segurança na faixa de fronteira.

2) incrementar o intercâmbio de procedimentos comuns e complementares na faixa de fronteira.

RRIM REALIZADA EM 2020

RRIM
XI RRIM BRASIL – GUIANA FRANCESA
LOCAL - PERÍODO
Caiena, Guiana Francesa – 10 NOV 20

Fonte: Estado-Maior do EXército, 2020.

2.2.2.2 ADITÂNCIAS MILITARES

As Aditâncias Militares são missões permanentes no exterior, junto às representações diplomáticas brasileiras, com localização e efetivos fixados pelo Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004.

11ª RRIM Brasil – Guiana Francesa (2020)

Atualmente, o Exército se faz representar em 30 países por Aditâncias Militares exclusivas da Força; em 07 países por aditâncias no sistema de rodízio com a Marinha e a Aeronáutica; em 06 países é representado pelas demais Forças, além da acreditação em 13 países, totalizando a presença em 56 nações, localizadas em todos os continentes.

A figura abaixo apresenta as 34 Aditâncias Militares mobiliadas pelo Exército Brasileiro em 2020, que implicaram em uma despesa de custeio no valor total de R$ 2.406.366,85:

ADITÂNCIAS MOBILIADAS PELO EB EM 2020

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

2.2.2.3 MILITARES EM MISSÕES INDIVIDUAIS

Os militares do Exército Brasileiro em missões individuais no exterior, excluídos os relacionados ao item anterior, estão presentes junto às comissões e representações, junto a organismos internacionais, organizações militares de ensino ou instrução, missões de paz, missões técnicas/logísticas e missões de apoio administrativo.

EFETIVO DE MILITARES DO EXÉRCITO EMPREGADOS EM MISSÕES INDIVIDUAIS EM 2020

LEGENDA

TIPO DE MISSÃO	SOMA
Organismos Regionais e Internacionais	14
Ensino - Instrutoria	302
Missões de Paz	101
Oficiais de Ligação	19
Assessoria - Cooperação	61
Técnicas - Logísticas	36
Segurança de Embaixada	10
Administrativas	34

MILITARES POR CONTINENTE

- América do Norte 169
- América Central 13
- América do Sul 161
- Europa 79
- África 115
- Ásia 40

TOTAL 577

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

2.2.2.4 OPERAÇÕES DE PAZ E MISSÕES DE CARÁTER HUMANITÁRIO

Para o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de Operações de Paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o artigo 4º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), dentre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), organização reconhecida pelas Nações Unidas, prepara militares, policiais e civis para missões de paz. Foi criado em 2004, na Vila Militar/RJ, com a denominação de Centro de Instrução de Operações de Paz.

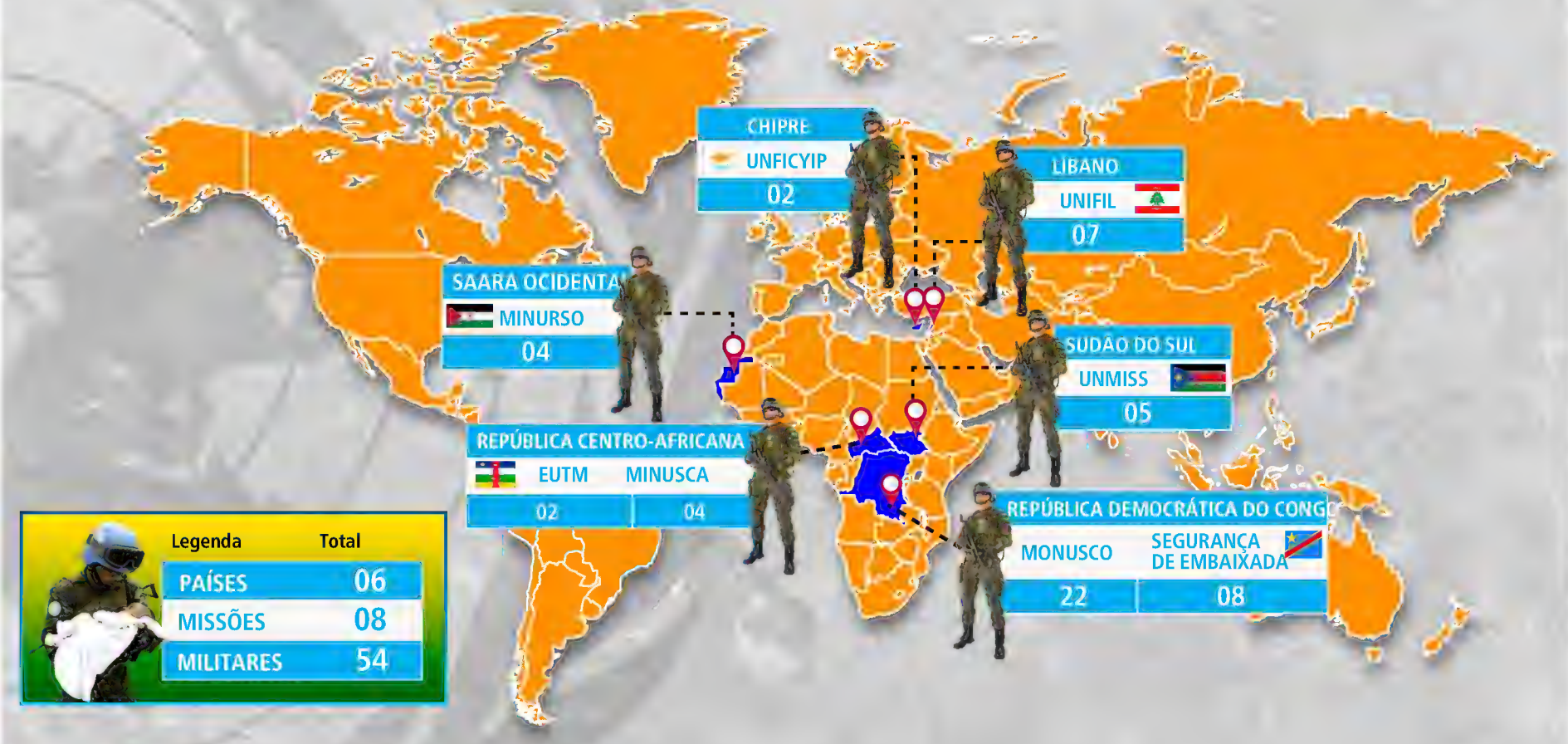
Atendendo a uma solicitação da ONU, o Exército Brasileiro contribui com a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), enviando uma Equipe Móvel de Treinamento em Guerra na Selva (JWMTT, sigla em inglês), que tem como missão treinar as tropas da Force Intervention Brigade (FIB, sigla em inglês). No ano de 2020, essa equipe capacitou militares dos batalhões da África do Sul, Malawi, Tanzânia, República Democrática do Congo e o Estado-Maior da FIB.

2.2.2.4.1 MISSÕES DE PAZ DE CARÁTER INDIVIDUAL E DE SEGURANÇA DE EMBAIXADA

O Exército Brasileiro participa de missões de paz de caráter individual, sob a égide de organismos internacionais, por intermédio de oficiais, subtenentes e sargentos, os quais desempenham funções de Estado-Maior, observador militar, especialistas em áreas específicas e de oficial de ligação. Em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), proporciona segurança à Representação Diplomática Brasileira.

Em 2020, a participação do Exército Brasileiro em missões de paz e de segurança de embaixada se fez presente em 6 (seis) países, totalizando 54 (cinquenta e quatro) cargos, ocupados por militares em sistema de rodízio, conforme tabela a seguir:

MISSÕES DE PAZ E DE SEGURANÇA DE EMBAIXADA - 2020



Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

2.2.2.4.2 OPERAÇÕES/MISSÕES DE CARÁTER HUMANITÁRIO:

A Força Terrestre é empregada em operações de caráter humanitário, apoiando a sociedade nacional e internacional, sob a ótica da vertente "mão amiga", respondendo pela coordenação e orientação de ações, bem como desdobrando os meios em pessoal e material necessários.

Além de participar em Operações de caráter humanitário, o Exército Brasileiro também participou de uma missão de desminagem humanitária na Colômbia, tendo enviado 13 militares durante o ano de 2020.

Em 2020, destacam-se as operações ACOLHIDA e REGRESSO que serão detalhadas abaixo.

OPERAÇÃO ACOLHIDA

Missão: realizar as ações necessárias ao acolhimento humanitário e interiorização de imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima, fundamentado nos termos do Art. 16, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

Nesse contexto, apoiar logisticamente, alimentação e transporte, a interiorização dos imigrantes utilizando Centros Regionais de Interiorização junto às 12 (doze) Regiões Militares (RM) do EB.

A Operação Acolhida está organizada em três eixos:

1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro;

2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e

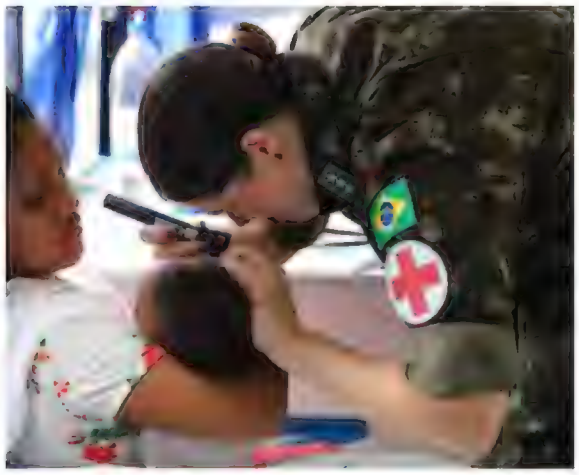
3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

Período: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Efetivo e meios: Todos os Comandos Militares de Área (C Mil A) participam da operação, na forma de rodízio, totalizando 565 militares/dia empregados na operação.

Local: Roraima

Benefícios para a sociedade: O programa humanitário Operação Acolhida é considerado um exemplar de sucesso na comunidade internacional.



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

OPERAÇÃO REGRESSO

Missão: Cooperar com o Ministério da Saúde para realizar a tarefa de descontaminação completa das aeronaves, viaturas e instalações, após o desembarque dos passageiros na Base Aérea de Anápolis, oriundos da cidade de Wuhan, China, bem como qualquer outra demanda na área de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear.

Período: 3 a 23 de fevereiro de 2020

Efetivos e meios: Comando de Operações Terrestres, Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Comando de Operações Especiais, 1º Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, Instituto de Biologia do Exército e o Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear, com a participação de 59 militares, diariamente.

Local: Base Aérea de Anápolis.

Resultados para a Força:

- adestramento de organizações e pessoal de saúde no viés saúde operacional;

- recebimento de recursos para externação e aquisição de descontaminantes e materiais DQBRN;

- fortalecimento do Sistema DQBRN da Força; e

- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto ao MD e demais Forças singulares.

Benefícios para a sociedade: O emprego na Operação REGRESSO, sob a ótica da vertente "mão amiga", demonstrou à sociedade uma preocupação das autoridades brasileiras e das Forças Armadas em estabelecer medidas iniciais para conter a disseminação do COVID-19 em território nacional. No repatriamento dos brasileiros que estavam em Wuhan, na republica Popular da China, ao chegar ao Brasil foi realizada a descontaminação, dos mesmos e de 2 (duas) aeronaves, viaturas, instalação, equipamentos, pessoal especializado e de apoio, após o desembarque na Ala-2 da Guarnição de Aeronáutica, na cidade de Anápolis-GO.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

Operação Regresso (CMP)

Operação Regresso (CMP)

2.2.2.5 EXERCÍCIOS COMBINADOS COM NAÇÕES AMIGAS

Na vertente "Braço Forte", a Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território brasileiro como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de qualidade e prontidão de seu pessoal e material.

CULMINATING
(Preparação)
De 9 a 15 Jun

Exercício Bilateral entre o Exército Brasileiro e o Exército Americano.

204 militares

R$ 452.375,50

Tiro de Snaiper

Briefing

Maneabilidade do Grupo de Combate

Tiro de Metralhadora M249

Os principais objetivos do exercício foram o alinhamento de forças com nações amigas e o treinamento em defesa comum em um cenário simulado.

10 militares

R$ 508.660,00

PANAMAX
De 26 a 30 Out

ARANDU
De 14 a 20 NOV

O objetivo desse exercício foi a integração dos militares do Brasil e Argentina, criando um ambiente favorável à troca de experiências de ambos os exércitos, com a realização de treinamento militar, com o emprego de viaturas blindadas, operações aeromóveis e aeroterrestres e de forças especiais, em um quadro tático de combate convencional.

180 militares

R$ 511.738,58

Transposição de curso d'água

2.2.3 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

No ano de 2020, as atividades relacionadas à projeção do Exército Brasileiro no cenário internacional foram impactadas pelas medidas de restrição impostas para o combate à pandemia da COVID-19, motivando adiamentos, cancelamentos, realização no formato virtual de diversas atividades previstas e mobilização de pessoal e material. Mesmo com as restrições ocorridas em 2020, a maioria das Conferências Bilaterais com Exércitos de Nações Amigas foi executada, possibilitando o estabelecimento de entendimentos a serem efetivados em 2021.

Embora a população mundial esteja sendo vacinada, ainda é incerto o cenário para 2021, uma vez que a luta das nações contra o avanço da doença afeta a economia dos países, a mobilidade das pessoas e a concentração de esforços do poder nacional.

Nesse contexto, podem-se apontar como principais desafios para o atingimento deste Objetivo Estratégico, no âmbito das relações internacionais, a busca por alternativas para a efetivação do maior número possível de atividades programadas, sem comprometer a segurança dos envolvidos; e no campo operacional, a consolidação do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre, como um dos sistemas integrantes do Programa de Modernização do Sistema Militar Operacional Terrestre (SISOMT).

Quanto aos riscos, basicamente, têm estreita relação com os efeitos do combate contra a pandemia da COVID-19, particularmente pelo impacto na economia e na circulação de pessoas, podendo inviabilizar deslocamentos internacionais, provocar o cancelamento de atividades e retardar o aprestamento e certificação das seis Brigadas selecionadas como Forças de Prontidão (FORPRON), componentes do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre, as quais visam estarem aptas a atender, em curto intervalo de tempo, missões internacionais como Forças Expedicionárias ou integrarem o "Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz da ONU".

Em um contexto bastante incerto, a perspectiva é que no primeiro semestre as atividades internacionais sejam bastante reduzidas e, a partir do segundo semestre de 2021, o retorno à normalidade seja gradual à medida que a população mundial seja vacinada. Quanto à consolidação do Sistema de Prontidão, espera-se que o Exército Brasileiro tenha condições de prosseguir na busca desse objetivo.

Embarque Aeromóvel
Certificação SISPRON (CMSE)

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, o Exército possui o desafio de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social do país. Para isso, possui o Objetivo Estratégico 03 (OEE 03), que busca cumprir com efetividade, as operações de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (GLO), atribuições subsidiárias, prevenção e combate ao terrorismo e a atuação sob a égide de organismos internacionais e na proteção das estruturas estratégicas terrestres.

O debate nacional sobre segurança e defesa evidencia o papel das Forças Armadas, desafiando-as a se transformar e modernizar para melhor cumprir sua missão. Assim, o Exército Brasileiro, no campo da segurança pública realiza operações interagências, o que requer uma coordenação sistêmica; dessa forma, as operações de GLO estão previstas na Constituição Federal e fazem parte, portanto, da defesa nacional.

Na execução de ações subsidiárias, o EB reforça sua integração com a sociedade, contribuindo para desenvolvimento, paz interna, segurança, harmonia e bem-estar da Nação.

O Comando de Operações Terrestres (COTer) é o órgão de direção operacional do EB, responsável pelo preparo e ao emprego da Força Terrestre.

Para cumprir esse objetivo estratégico, estão previstos no PEEX projetos estratégicos que mostram a capacidade do Exército para atuar na proteção da sociedade, tais como o SISFRON e o Amazônia Protegida. Além disso, em 2020, o Exército realizou atividades importantes de apoio à defesa civil, apoio às eleições, à proteção ambiental, dentre outros, em prol da sociedade.

2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 03. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 89%, ficando abaixo do esperado, mas se tratando de um ano de pandemia, teve um resultado expressivo.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 03

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 3.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 16,12 %	25 % anualmente
IT 3.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 15,03 %	25 % anualmente
IR – 03: índice de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social	= (Percentual de municípios atendidos pelas parcerias/ convênios + Índice de gestão ambiental e apoio às ações subsidiárias) / 2	= 89 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

2.3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.3.3.1 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O Programa SISFRON visa dotar o Exército Brasileiro dos meios necessários para exercer o monitoramento e controle particularmente da faixa de fronteira terrestre brasileira.

O SISFRON destina-se ao sensoriamento, ao apoio à decisão e ao apoio às operações, a fim de permitir o monitoramento e o controle de forma efetiva das áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul, bem como à atuação rápida e adequada do poder público. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

Em 2020, o SISFRON empregou os seguintes recursos oriundos da Ação Orçamentária (AO) 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON – obtendo o seguinte resultado para o indicador físico-financeiro da Lei Orçamentária Anual (IFF LOA):

PRG EE SISFRON - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ANO DE 2020 (em reais)

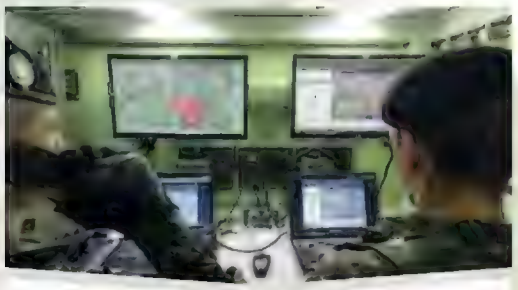
AO 14T5

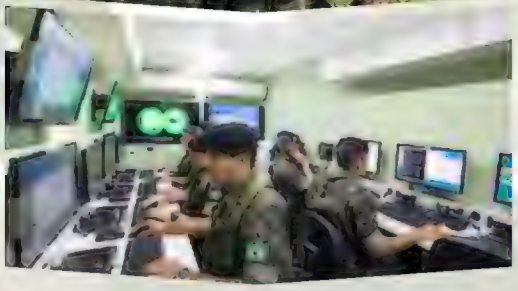
Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

2,78%
do sistema implantando[3]

[1]Dotação atualizada
[2] Valores empenhados com variação cambial
[3] Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R$ 11.992.000.000, 00.

ENTREGAS DO SISFRON EM 2020

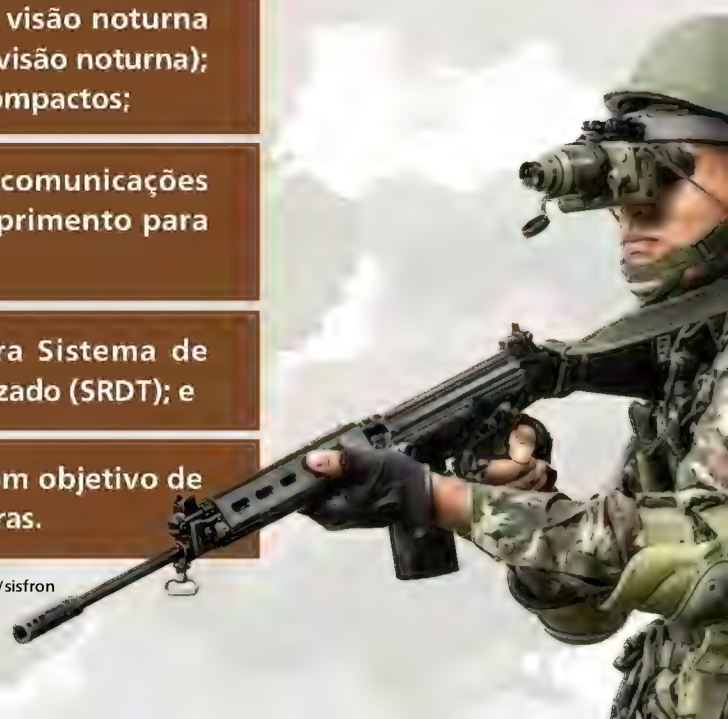




Implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD):

- recebimento de seis terminais satelitais leves; de quatro sítios/repetidoras da rede de transmissão de dados do sítio de MAGE na localidade de Caracol;
- recebido e testado em laboratório: sítio de MAGE de Barraco Branco; receptores de Dourados e Campo Grande; e customização do software de análise de GE (IFS 2);
- implantação de solução de integração de comunicações táticas do módulo LIMA A com a viatura blindada Guarani;
- aquisição de 22 OVNP (óculos de visão noturna panorâmico); 486 OVN (óculos de visão noturna); 17 binóculos termais (BT); e 4 BT compactos;
- Aquisição de rede integrada de comunicações em HF (RICH) para o CMA; de suprimento para equipamento rádio Harris;
- aquisição de equipamentos para Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT); e
- 15 obras de engenharia militar, com objetivo de construção e adequação de estruturas.

Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron



2.3.3.2 AMAZÔNIA PROTEGIDA

O Programa Amazônia Protegida foi instituído pelo decreto presidencial nº 6.513, de 22 de junho de 2008. É um braço executivo que coordena um portfólio de projetos e de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, reestruturando o Exército Brasileiro na Amazônia, tendo a defesa, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

O objetivo do programa é a instalação de unidades militares nas terras indígenas situadas na região de fronteira. O programa leva em consideração a presença de áreas de conservação da natureza, fundamentais à defesa e indispensáveis à segurança nacional pela localização na faixa de fronteira, consoante os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, para impedir que haja extensas regiões desguarnecidas de vigilância e monitoramento.(Fonte: Portfólio Estratégico do Exército - EPEx)

Em 2020, o Amazônia Protegida empregou os seguintes recursos oriundos da Ação Orçamentária (AO) 156M - Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro obtendo o seguinte resultado para o Indicador Físico-Financeiro da Lei Orçamentária Anual (IFF LOA):

Adequações no 8º Depósito de Suprimento em Belém (PA).

Implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate em Marabá (PA).

Construção da Infraestrutura da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho (RO).

Pavimentação do 53º Batalhão de Infantaria de Selva em Itaiutuba (PA).

Obras de Infraestrutura da 22ª Brigada de Infantaria de Selva em Macapá (AP)

Conclusão das obras do Estande de Tiro do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM).

Fonte: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/beneficios

2.3.3.2.1 AÇÕES COMPLEMENTARES DO AMAZÔNIA PROTEGIDA: PROGRAMA CALHA NORTE

Trata-se de uma ação transversal ao Programa Amazônia Protegida, podendo atender diretamente aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e às demandas sociais da família militar, das comunidades indígenas e ribeirinhas próximas aos PEF em suas necessidades imediatas e emergenciais, garantindo melhores condições de vida e trabalho.

Mais informações no link-http://www.epex.eb.mil.br/index.php/amazonia-protegida

Obras de infraestrtura da Vila Militar Tabatinga-AM

Recuperação da pista de pouso do PEF de Surucucu Alto Alegre-RR

Instalação da Planta Solar do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Tunuí - Amazonas

Instalação da Planta Solar do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Auaris - Roraima

Adequação nos PNR do 7º BEC Rio Branco-AC

2.3.3.3 IMPACTOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS:

DEFESA:

• fortalecimento da defesa nacional, mediante a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteira;
• promoção da paz social pela presença do Estado junto às populações de regiões desassistidas;
• combate ao narcotráfico; ao contrabando de armas; ao crime organizado; aos ilícitos transfronteiriços e à imigração ilegal; e
• aumento da segurança para a população.

ECONÔMICOS:

• emprego dos recursos de TI e comunicações para atividades como teles- saúde e ensino a distância;
• melhoria da infraestrutura nacional;
•promoção do desenvolvimento integrado; e
• redução das desigualdades regionais.

SOCIOAMBIENTAIS:

• preservação ambiental;
• proteção da biodiversidade;
• combate aos ilícitos ambientais;
• proteção das populações indígenas; e
• valorização da diversidade sociocultural e ecológica.

2.3.4 RESULTADOS DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.4.1 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO):

Realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de garantia da lei e da ordem ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em grave situação de perturbação da ordem.

Reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.

Nessas ações, as Forças Armadas agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

A decisão sobre o emprego excepcional das tropas é feita pela Presidência da República, por motivação ou não dos governadores ou dos presidentes dos demais Poderes constitucionais.

O planejamento e o controle das operações de garantia da lei e da ordem são de responsabilidade do Ministério da Defesa.

Em 2020, o EB participou das seguintes operações de GLO:

2.3.4.1.1 OPERAÇÃO VERDE BRASIL 2

Missão: realizar ações contra delitos ambientais, focadas na redução do desmatamento ilegal e no combate a focos de incêndio nas áreas de fronteira, nas águas interiores, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos estados da Amazônia Legal, em coordenação com outras Forças Singulares, que requererem, a fim de contribuir com a proteção e a preservação daquela região e a percepção positiva do País nos cenários nacional e internacional.

Período: maio a dezembro de 2020.

Efetivos e meios: Comando Conjunto Amazônia, Comando Conjunto Oeste e Comando Conjunto Norte; média de 2.500 militares, 100 viaturas, 40 embarcações e 5 aeronaves, diariamente.

Local: Amazônia Legal

Resultados para a Força:

- adestramento no viés operacional e logístico; adestramento de Comunicação Social e Operações Psicológicas; forte emprego da Aviação do Exército;

- recebimento de recursos para parcialmente mobiliar e reequipar os Comandos Militares de Área envolvidos na operação;

- relativo acréscimo na interoperabilidade entre Forças;

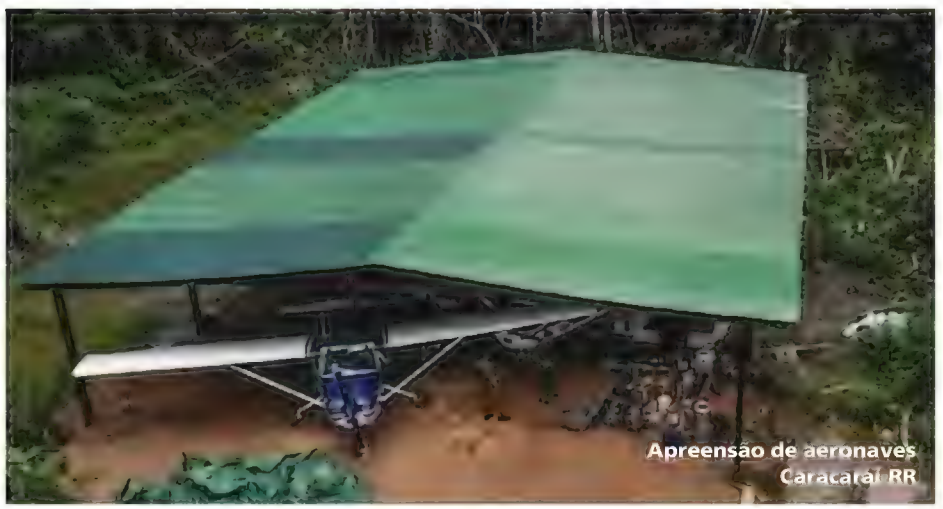
- aumento da eficiência em operações interagências; e

- aumento da credibilidade junto ao Ministério da Defesa e demais ministérios e à população.

Benefícios para a sociedade: o emprego na Operação Verde Brasil 2 tem demonstrado à sociedade a capacidade da Força Terrestre em atuar proativamente para controlar crimes ambientais e focos de incêndio antes do período mais intenso do ano e a capacidade de manutenção da soberania.

Apreensão de madeira ilegal
Sinop - MT

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.



Apreensão de aeronaves
Caracaraí-RR

Apreensão de helicóptero
Iracema-RR

Apreensão de madeira ilegal
Cachoeira do Arari - PA

Combate a incêndio
Palmas-TO

2.3.4.1.2 OPERAÇÃO CÉRBERO

Operação de GLO, em coordenação com os órgãos de segurança pública (OSP) e com apoio dos agentes penitenciários do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), para proteger o perímetro externo da Penitenciária Federal de Brasília-DF e aperfeiçoar a infraestrutura de proteção da penitenciária.

Missão: proteger o perímetro externo da Penitenciária Federal de Brasília-DF, capacitar recursos humanos do DEPEN e aperfeiçoar a infraestrutura de proteção.

Período: 7 de fevereiro a 6 de maio de 2020.

Efetivos e meios: 360 militares/dia, viaturas blindadas, meios de guerra eletrônica e força especial.

Local: Penitenciária Federal de Brasília-DF

Resultados para a Força:

- adestramento de OM do CMP e emprego de módulos especializados; e

- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto ao MD, Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e à sociedade brasileira.

Benefícios para a sociedade:

- aperfeiçoamento das infraestruturas de segurança, com a colaboração da engenharia militar com o Plano de Barreiras da penitenciária;

- realização de atividades de inteligência para o levantamento de potenciais ameaças, evitando possíveis tentativas de fuga de criminosos;

- aumento da percepção de segurança; e

- controle de acesso à penitenciária.

¹A diferença refere-se ao saldo do recurso não aplicado, recolhido ao MD.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

Emprego do Blindado Guarani

Patrulhamento Motorizado

2.3.4.1.3 OPERAÇÃO MANDACARU

Operação onde a Força Terrestre assumiu o controle operacional dos efetivos e meios pertencentes aos órgãos de segurança pública estaduais no Ceará.

Missão: realizar operações de GLO, no Estado do Ceará, com foco em segurança pública no Município de Fortaleza.

Efetivos e meios: 2.805 militares/dia, 242 viaturas e aeronaves, comunicação social e forças especiais. Período: 21 de fevereiro a 4 de março de 2020.

Local: Fortaleza.

Resultados para a Força:

- adestramento de organizações e pessoal das capacidades logísticas e operacionais integração de módulos especializados; e

- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto à população, ao MD e demais Forças Singulares.

Benefícios para a sociedade:

O emprego da Força Terrestre estabeleceu um ambiente estável e seguro por meio de operações de GLO no estado do Ceará, com foco no município de Fortaleza; realizou o apoio de logística, de inteligência e de comunicações, incluindo as de guerra eletrônica aos órgãos de segurança pública federais e estaduais disponibilizados para a operação.

[1]A diferença refere-se ao saldo do recurso não aplicado, recolhido ao MD.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

2.3.4.2 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS:

As principais ações realizadas pelo Exército ao longo de 2020 estão resumidas a seguir:

2.3.4.2.1 OPERAÇÃO COVID-19

Operação realizada em todo o território nacional para mitigar os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus na população brasileira.

Missão: apoiar as ações dos órgãos de saúde, com recursos operacionais e logísticos, para mitigar os impactos do Coronavírus.

Período: início em 22 MAR 2020, sem previsão de término.

Efetivos e meios: todos os Comandos Militares de Área, média de 7.191 militares por dia, 450 viaturas, 40 embarcações e 3 aeronaves diariamente.

Local: todo o território nacional.

Resultados para a Força:

- adestramento de organizações e pessoal de saúde em saúde assistencial e operacional;

- reforço sólido às ações de faixa de fronteira;

- recebimento de recursos para aquisição de material e insumos para o combate ao vírus e material e equipamento para faixa de fronteira;

- trabalho coordenado, cerrado e efetivo entre COTer, COLOG, DGP, EME e SEF; e

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto à sociedade brasileira e, particularmente, junto a comunidades indígenas.

Benefícios para a sociedade:

- conscientização da população quanto aos perigos da pandemia; e

- apoio aos órgãos de saúde por meio de triagem de pessoas, empréstimo de material, capacitação de agentes de órgãos públicos para realização de desinfecções.

Carnaubeira da Penha-PE (CMNE)

2.3.4.2.2 OPERAÇÃO PIPA

Essa operação consiste em uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino, região norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Missão: apoiar as atividades de distribuição emergencial de água potável às populações rurais atingidas por estiagem e seca.

Período: de 1998-2001 e 2006 sem previsão de término.

Efetivos e meios: 32 OM no CMNE e CML, média de 440 militares por dia+386 militares na administração

Resultados para a Força:

- recebimento de recursos para manutenção de viaturas e para a manutenção da estrutura da operação;

- aumento da credibilidade junto à sociedade brasileira, ao Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Regional; e

- atendimento de parcela considerável da população brasileira residente no semiárido brasileiro.

RESULTADOS DA OPERAÇÃO PIPA

Recursos utilizados em 2020
R$ 563.771.869,31

Militares empregados por dia
Média de 440

População atendida
Aproximadamente 2.100.685

Municípios atendidos
Aproximadamente 637

Água distribuída
756.739,47 m³

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Benefícios para a sociedade:

- atender parte da população que, em muitos casos, tem o programa como a única fonte de água para o consumo;

- fixar as famílias na região, evitando e êxodo e inchaço das grandes cidades e problemas sociais subsequentes;

- melhorar as condições sanitárias e de saúde da população afetada pela seca; e

- contribuir para o desenvolvimento regional e cidadania.

2.3.4.2.3 OPERAÇÃO GARANTIA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO (GVA)

Esta operação teve por finalidade contribuir para a regularidade do processo eleitoral, mediante a ativação de comandos operacionais e emprego de tropa em apoio ao TSE, com atuação de apoio logístico de transporte de pessoal e material e ações de garantia de votação e apuração, durante as eleições 2020.

Missão: realizar apoio à realização das eleições de 2020

Período: 9 a 6 de novembro e 27 a 29 de novembro 2020

Efetivos e meios:

Transporte aéreo de urnas eletrônicas

ELEIÇÕES 2020 - GARANTIA DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO							
LOCALIDADES ATENDIDAS	MEIOS EFETIVAMENTE EMPREGADOS				TIPOS DE AÇÕES (GVA)		
LOCALIDADES	EFETIVO	VIATURA	EMBARCAÇÃO	AERONAVE	SEGURANÇA EM LOCAL DE VOTAÇÃO	AP LOG	OUTRAS
638	10.793	1.896	93	8	5.359	82	2

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Transporte fluvial de urnas eletrônicas

Transporte aéreo de urnas eletrônicas

Local: 638 municípios solicitados pelo TSE

Resultados para a Força:

- aumento da credibilidade junto à sociedade brasileira; e
- adestramento de organizações e pessoal das capacidades logísticas e operacionais.

Benefícios para a sociedade

- resguardar o direito de votação aos eleitores, com segurança e imparcialidade;
- dissuadir potenciais tentativas de crimes eleitorais; e
- assegurar o exercício pleno da cidadania.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2020.

2.3.4.2.4 OPERAÇÃO COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI

Cooperar com o Ministério da Saúde (MS) nas ações de prevenção e controle da Dengue, Chikungunya e Zika vírus. A tropa, em apoio aos agentes públicos do MS, atuou na eliminação de focos do mosquito Aedes Aegypti, contribuindo com o Governo Federal no combate à epidemia que assolou o País.

Missão: Cooperar com o Ministério da Saúde nas ações de prevenção e controle da Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Período: 1º de abril a 09 de junho de 2020

Efetivos e meios: 44 militares do Comando Militar do Oeste (CMO)

Local: Mato Grosso do Sul

Resultados para a Força:

- aumento da credibilidade junto à sociedade brasileira; e

- adestramento de organizações e pessoal das capacidades logísticas e operacionais.

Benefícios para a sociedade:

O emprego das Forças Armadas (FA), sob a ótica da vertente "Mão Amiga", a fim de mitigar os problemas relativos à saúde da população.

Militares por dia (média)

44

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Apoio à Defesa Civil
Marabá-PA (CMN)

2.3.4.2.5 OPERAÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL

O Exército Brasileiro coopera com os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), atuando em resposta à ocorrência de desastres naturais ou antrópicos, prestando socorro a situações de emergência e estado de calamidade pública.

Missão: apoiar os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (enchentes, secas e incêndios) com operações ocorridas no CML, CMSE, CMS e CMN.

Efetivos e meios: 488 militares, viaturas, embarcações e aeronaves.

Período: todo o ano, por demanda.

Local: Estados de MS, ES, PA, MG, RJ, SP e RS.

Resultados para a Força:

- adestramento de organizações e pessoal em apoio à defesa civil visando a assistência à população;

- aumento da interoperabilidade interagências e fortalecimento do Projeto de Força de Apoio à Defesa Civil; e

- visibilidade positiva e aumento da credibilidade junto ao MD, demais Forças singulares e agências governamentais.

Benefícios para a sociedade:

- atenuar os efeitos de desastres, ajudando na preservação da vida humana e do bem-estar da população atingida;

- cooperar com o restabelecimento da normalidade social; e

- mitigar o sofrimento das populações atingidas por desastres em locais de difícil acesso.

Apoio à Defesa Civil
Imperatriz-MA (CMN)

Apoio à Defesa Civil
Rio Grande do Sul (CMS)

Apoio à Defesa Civil
Marabá-PA (CMN)

2.3.4.3 PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES/PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

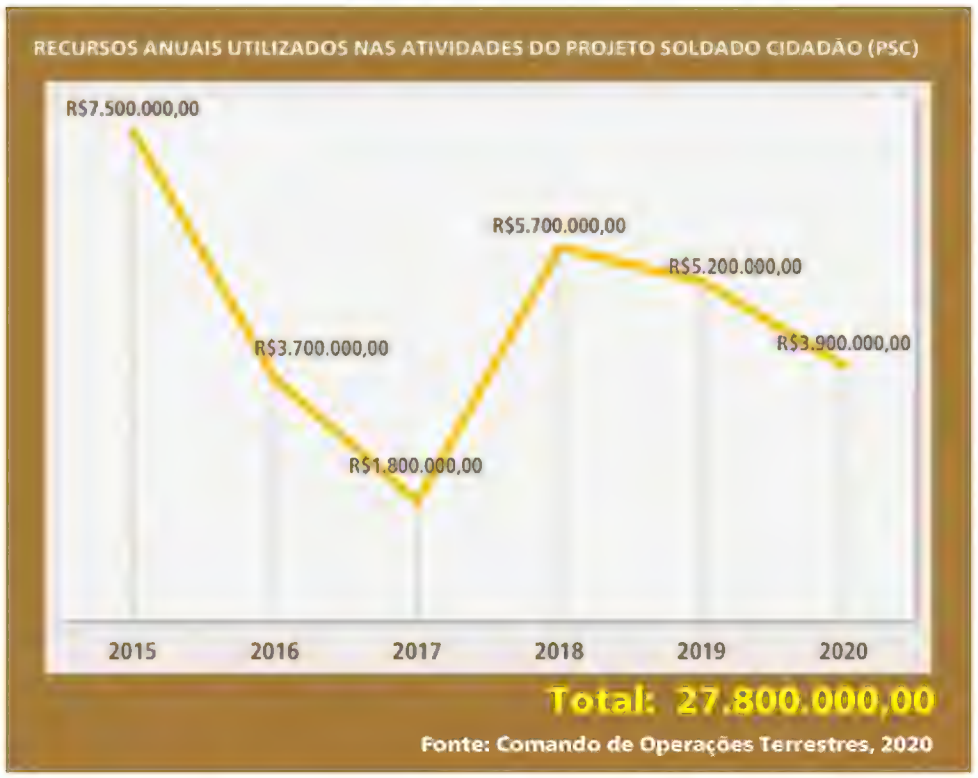
2.3.4.3.1 PROJETO SOLDADO CIDADÃO (PSC)

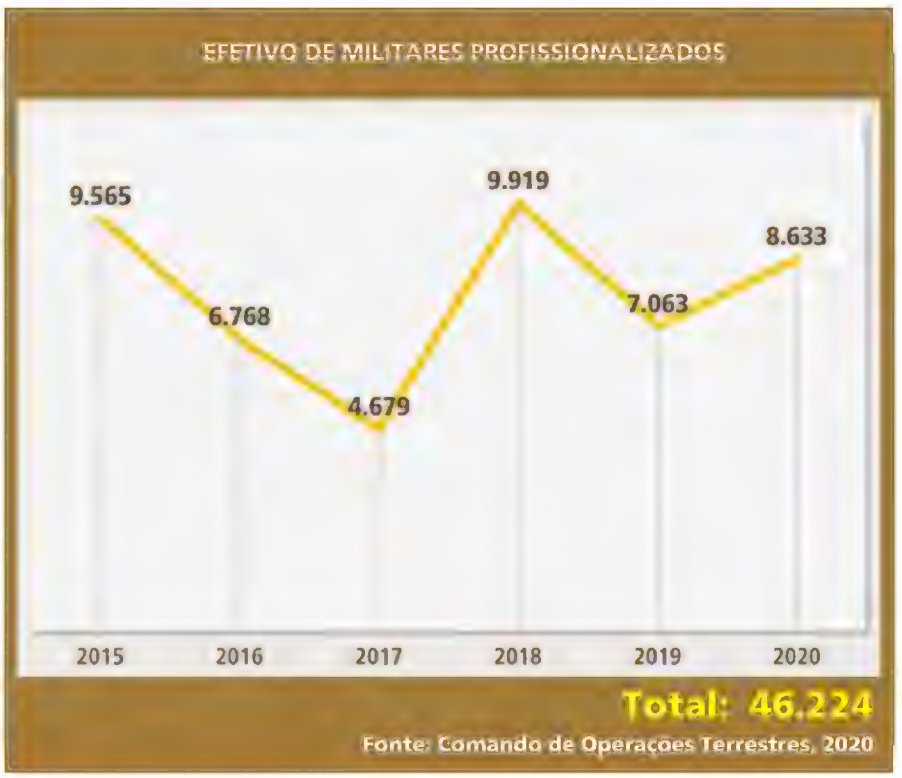
O Projeto Soldado Cidadão é uma ação desenvolvida pelo MD, que abrange todo o território nacional. Tem por objetivo oferecer aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas, para formação cívica e ingresso no mercado de trabalho.

Os cursos oferecidos abrangem áreas como telecomunicações, eletricidade, automobilística, comércio e varejo, alimentícia, construção civil, conservação e zeladoria, informática.

O PSC apoia, também, as atividades dos Centros de Formação de Condutores existentes nas diversas OM. Os cursos são presenciais e semipresenciais, ministrados por instituições de reconhecida competência nacional e regional. Além da capacitação profissional, são ministrados módulos de cidadania, empreendedorismo e sustentabilidade.

Curso de Padeiro
Manaus-AM (CMA)





Curso de Produção de Derivados do Leite
Santiago-RS (CMS)

Curso de Serralheiro
Rio Grande do Sul (CMS)

Curso de Garçon
Recife-PE (CMNE)

2.3.4.3.2 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP) E PROJETO JOÃO DO PULO (PJP)

Criado em 2003, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido como uma parceria entre a Secretaria Especial do Esporte e o MD.

Destina-se a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, provendo prática de atividades esportivas, com a finalidade de reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados.

O Projeto João do Pulo, extensão do Programa Forças no Esporte/ Segundo Tempo, é destinado ao atendimento de pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para as crianças, os adolescentes e os jovens, a partir dos seis anos de idade.

Por meio de 122 OM são disponibilizadas instalações e equipamentos esportivos e paradesportivos, infraestrutura e logística.

PROFESP/PROJETO JOÃO DO PULO - 2020

NORMA	PÚBLICO	ABRANGÊNCIA
Decreto Presidencial Nº 10.085, de 05 de novembro de 2019	12.433 crianças e jovens	122 OM distribuídas pelo país

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020

Visita ao Oeanário de Aracajú
Aracajú-SE (CMNE)

Entrega de Cestas Básicas
São Borja-RS (CMS)

Entrega de Cestas Básicas
Brasília-DF (CMP)

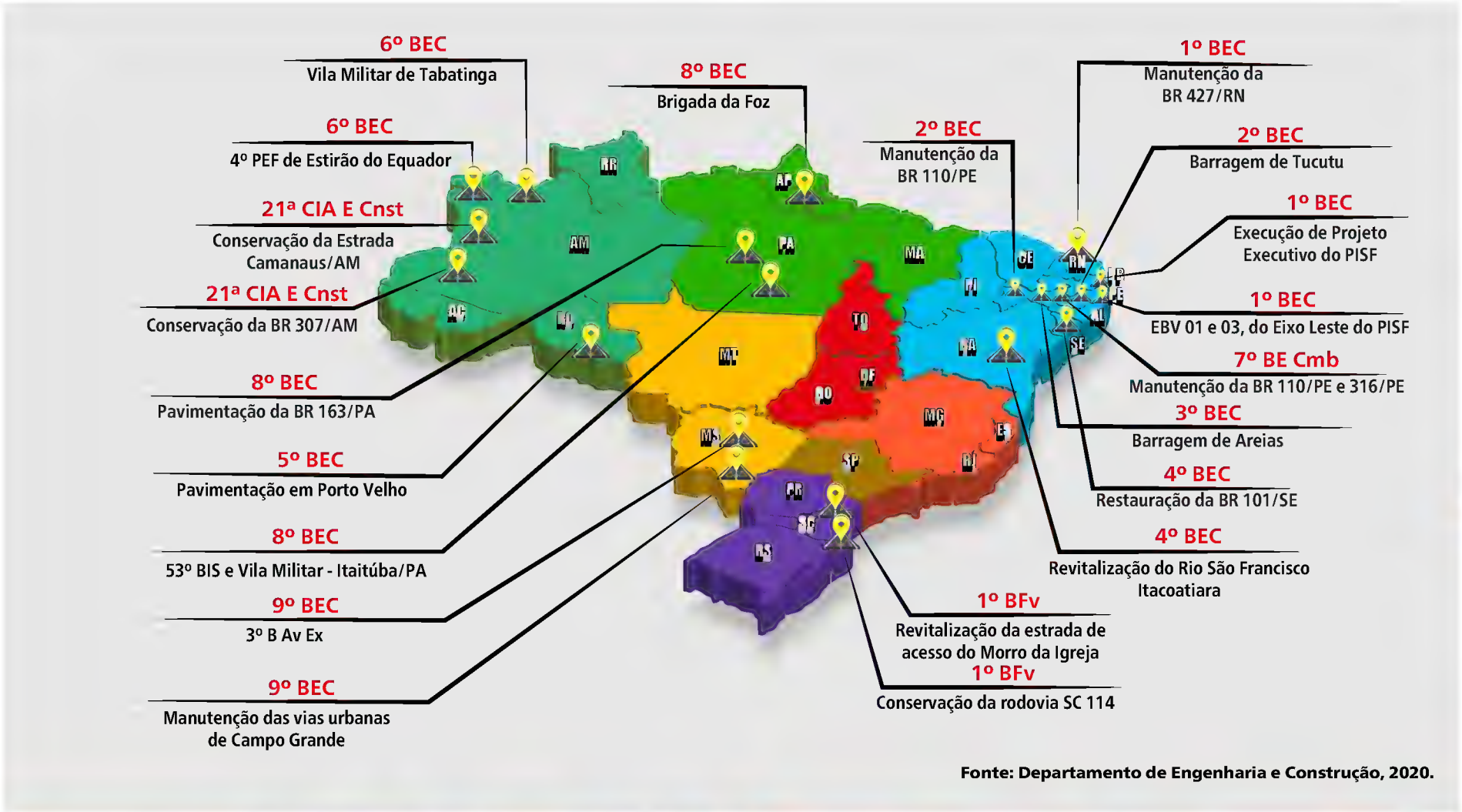
Entrega de Cestas Básicas
Alegrete-RS (CMS)

2.3.4.4 OBRAS DE COOPERAÇÃO

O Sistema de Obras de Cooperação tem por finalidade cooperar com o desenvolvimento nacional e o adestramento dos militares de Engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, cooperando com órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Os serviços são realizados com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira.

O Exército Brasileiro continuou fortalecendo a sua "Mão Amiga", por intermédio de diversas obras de infraestrutura que beneficiam as condições socioeconômicas do Brasil, com a conclusão da pavimentação de estradas de rodagem, início da construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras.

Em 2020 foram concluídas 21 obras, conforme mapa a seguir:



Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

A tabela abaixo mostra 47% das obras com maior quantidade de recursos investidos

AÇÃO/ATV	LOCAL	ORIGEM DO ORÇAMENTO (EB E OUTROS)	CRÉDITOS RECEBIDOS EM 2020 NAS OBRAS ENTREGUES EM 2020	CRÉDITO TOTAL RECEBIDO PARA OBRAS ENTREGUES EM 2020
Restauração da Pista Existente da BR-101/SE Segmento: KM 40,0 - KM 77,3	Capela/SE	DNIT	-	73.582.244,10
Revitalização da Estrada de Acesso do Morro da Igreja	Urubici/SC	FAB – DCEA	1.559.208,23	33.519.219,93
Estações de Bombeamento EBV 01 e 03, do Eixo Leste do PISF	Floresta/PE	MDR	1.000.000,00	27.181.519,73
Infraestrutura da Brigada da Foz	Macapá/AP	EB	79.971,66	16.449.713,74
Pavimentação de Porto Velho 27km	Porto Velho/RO	PM Porto Velho	777.505,77	15.082.497,88
Manutenção da Rodovia BR-110/PE segmento: Km 420,3 – Km 444,0	Ibimirim/PE a Inajá/PE	DNIT	-	11.652.369,03
TOTAL			R$ 3.416.685,66	R$ 177.467.564,41

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

2.3.5 DESAFIOS, RISCOS, PERSPECTIVAS

Dentre os desafios que se colocam diante do Exército quanto ao desenvolvimento sustentável e à paz social, podemos destacar que o EB busca o equilíbrio entre o cumprimento de suas missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias.

Tendo em vista os desafios enfrentados pelo Estado Brasileiro, conforme programas e projetos apresentados, faz-se necessário ajustar essas capacidades por meio do alinhamento do SIPLEx com o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) do MD, a fim de melhor cumprir a sua missão constitucional.

Dessa forma, algumas situações de risco podem impactar negativamente na contribuição com o desenvolvimento sustentável e na Paz Social. São elas:

• Desalinhamento entre as capacidades militares de defesa do MD e as capacidades operativas da Força Terrestre, o que pode comprometer o preparo da Força Terrestre para o emprego nas operações de guerra;

• O crescente acionamento do EB para operações que deveriam ser cumpridas pelos órgãos de segurança pública, o que poderá implicar na diminuição da operacionalidade do EB uma vez que tais atividades consomem tempo e recursos que seriam destinados ao adestramento e à instrução da tropa; e

• O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força, bem como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.

De forma a fazer frente a esses desafios e mitigar os riscos apresentados, o EB tem por perspectivas buscar atender com excelência todas as demandas do MD, para melhor contribuir com o desenvolvimento social e a paz social. Para tanto, conforme o previsto na Política Militar Terrestres, tem a intenção de:

• Atuar de forma episódica e pontual em Operações de Garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem.

• Colaborar com os órgãos de Segurança Pública nas ações contra ilícitos transnacionais perpetrados na faixa de fronteira, bem como na proteção integrada de Estruturas Estratégicas.

• Atender às ações subsidiárias, na proteção e controle ambiental, o apoio à defesa civil e ao desenvolvimento sustentável, participando na execução de obras de engenharia em todo o território nacional, em proveito do desenvolvimento do País.

Helocasting
Estágio de Operações no Pantanal (CMO)

2.4. DEFESA CIBERNÉTICA

2.4.1 INTRODUÇÃO

O tema Defesa Cibernética integrou-se à agenda do Ministério da Defesa (MD) a partir de dezembro de 2008, quando a Estratégia Nacional de Defesa (END) definiu o setor cibernético como sendo um dos três setores estratégicos para a Defesa Nacional, estando no mesmo nível de importância dos setores nuclear e espacial. Em 2009, o MD, por meio da Diretriz Ministerial nº 0014/2009, de 9 de novembro de 2009, atribuiu ao Exército Brasileiro (EB) a responsabilidade pela coordenação do setor cibernético.

Atualmente, o EB é responsável pelo Programa Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN), por intermédio do Comando de Defesa Cibernética (Com D Ciber), e pelo Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber), por intermédio do Escritório de Projetos do Exército (EPEx). Esses programas são iniciativas fundamentais para o desenvolvimento das capacidades cibernéticas no âmbito do MD e do EB, respectivamente.

2.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do EB, a Defesa Cibernética está vinculada, segundo o Plano Estratégico do Exército (PEEx), ao Objetivo Estratégico do Exército 04 – atuar no espaço cibernético com liberdade de ação. Caracteriza-se pelo conjunto de ações defensivas e ofensivas, no contexto de um planejamento operacional militar, podendo agir, também, colaborativamente, para retomar o controle e a atuação de setores vitais do Estado brasileiro, no caso de perda da qualidade ou mesmo interrupção de um serviço, decorrente de um ataque cibernético.

No que se refere à Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), a Defesa Cibernética, por sua transversalidade, enquadra-se no macroprocesso finalístico "Operações Terrestres" (CVA 1.01), bem como no macroprocesso gestão interna nas áreas de "Tecnologia da Informação" (CVA 3.01), "Gestão da Informação" (CVA 3.03), "Gestão da Informação" (CVA 3.11), "Ciência, Tecnologia e Inovação" (CVA 3.13) e "Doutrina Militar Terrestre" (CVA 3.14).

Esses níveis de atuação são traduzidos em dois programas do OEE 04, quais sejam:

- Programa Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN), por intermédio do Comando de Defesa Cibernética (Com D Ciber), com recursos oriundos do MD na Ação Orçamentária 147F, Plano Orçamentário 0002; e

- Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber), por intermédio do Escritório de Projetos do Exército (EPEx), com recursos oriundos do EB na Ação Orçamentária 147F, Plano Orçamentário 0001.

Esses programas são iniciativas fundamentais para o desenvolvimento das capacidades cibernéticas no âmbito do MD e do EB, respectivamente.

O indicador de desempenho do OEE 04 é materializado por intermédio do Indicador de Atuação no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação (IR 04) e obteve resultado de 70,47%.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 04

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 4.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	=20,38 %	25 % anualmente
IT 4.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	=19,67 %	25 % anualmente
IR – 04: Índice de atuação no espaço cibernético com liberdade de ação	= (Índice de implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética x 30) + (Índice de implantação da estrutura de Defesa e Guerra Cibernética x 70) / 100	=70,47 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar a consecução da meta de 100% do IR 04. No entanto, ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 70,47%, ficando bem abaixo do esperado. Acredita-se que esse resultado é reflexo da pandemia e espera-se atingir resultados próximos à meta quando da retomada da normalidade.

2.4.3 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL (PDCDN)

2.4.3.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O PDCDN tem como objetivo dotar o MD e as FA da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

O PDCDN é composto pelos seguintes projetos e ações complementares:

- Projeto Sistema Militar de Defesa Cibernética;
- Projeto Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Projeto Centro de Operações de Defesa Cibernética;
- Projeto Capacidades Cibernéticas;
- Projeto Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas do Subprograma Independência Tecnológica;
- Ação Complementar Capacitações Comuns;
- Ação Complementar Infraestrutura;
- Ação Complementar Aquisições Comuns;
- Ação Complementar Atividades de Interesse do Setor Cibernético;
- Ação Complementar Apoio às Forças Singulares; e
- Ação Complementar Experimentações Doutrinárias.

2.4.3.2 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS

Para a execução das atividades do programa, em 2020, foi empenhado um total de R$ 4.683.458,36, conforme dados extraídos por meio de consulta ao Tesouro Gerencial em 6 de janeiro de 2021.

2.4.3.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS

As principais entregas do PDCDN em 2020 foram as seguintes:

- Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020, que criou o SMDC;

- requisitos para implantação do Observatório de Defesa Cibernética conjugado ao Observatório Militar da Praia Vermelha, por meio de parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFP);

- desenvolvimento da modelagem e dos requisitos do SMDC e da 2ª fase da implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber), em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

- planejamento e preparação do Exercício Guardião Cibernético 3.0, que consiste em um treinamento de proteção cibernética com técnicas de simulação virtual, prevendo-se a participação das FA, bem como de

órgãos do governo federal, de instituições privadas e da comunidade acadêmica;

- estabelecimento de uma base normativa para avaliação de produtos de defesa cibernética, com caráter dual (civil e militar), mediante parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);

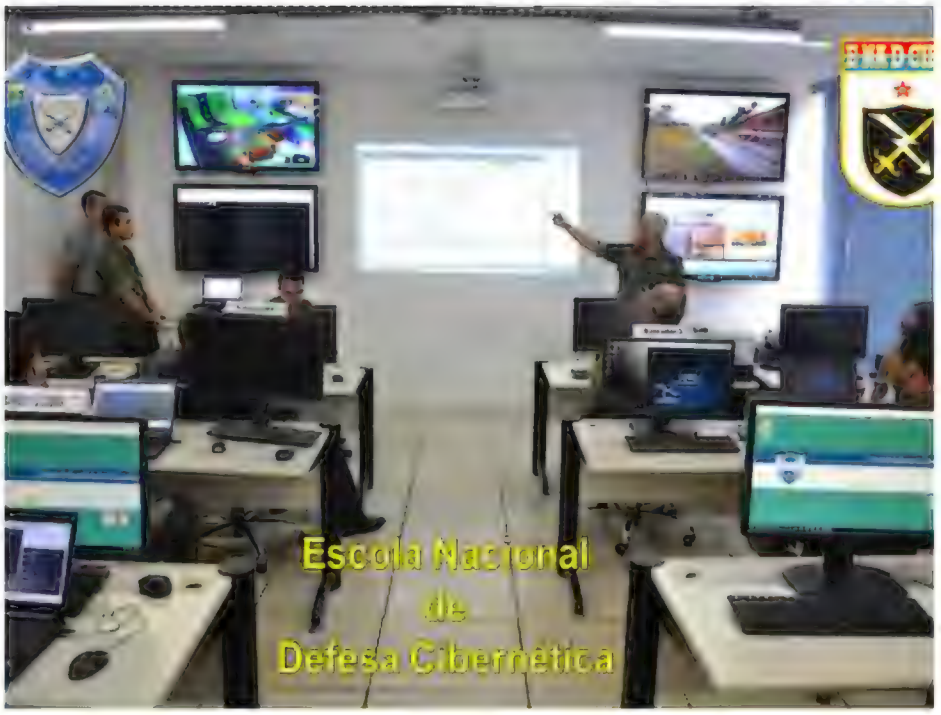
- desenvolvimento de soluções tecnológicas e de material e serviços de Tecnologia da Informação (TI), para o fortalecimento do SMDC;

- fortalecimento da Rede de Integração Conjunta Regional do Comando Militar da Amazônia, em Manaus/AM;

- desenvolvimento da atividade de certificação digital para a Defesa Nacional;

- disponibilização de cursos nas áreas de Defesa e Segurança Cibernética;

- estágio Setorial em Linguagem de Programação "Python" e Teste de Intrusão ("Penetration Test" – PenTest) , por intermédio do ambiente de ensino virtual do Exército;



- adaptação e ocupação de instalações provisórias no Forte Marechal Rondon (FMR);

- estruturação da cadeia de valor e da arquitetura de processos do Com D Ciber, como órgão central do SMDC (Plano de Gestão, Plano de Relações Institucionais e Plano de Gestão de Riscos); e

- elaboração de documentação relativa à inserção da Defesa Cibernética no âmbito da Doutrina de Defesa Nacional (Manual de Operações Conjuntas, do Corpo de Exército e Doutrina Militar da Defesa Cibernética).

2.4.3.4 RESULTADOS

A implementação do programa proporcionará os seguintes benefícios ao Estado e à sociedade:

- fortalecimento do poder cibernético nacional;

- estímulo ao desenvolvimento econômico, científico-tecnológico e à inovação no País, particularmente no setor de TI;

- fomento à indústria nacional, com geração de empregos e renda em áreas importantes para o desenvolvimento tecnológico do País;

- contribuição à proteção cibernética das Infraestruturas Críticas (IC) de interesse para a Defesa Nacional; e

- promoção da atuação colaborativa em Defesa Cibernética nos âmbitos nacional e internacional, bem como contribuição para a paz social e promoção do bem comum da população, pelo estabelecimento de um espaço cibernético nacional mais seguro e efetivo.

2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA (PEEDCiber)

2.4.4 1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber) é um dos indutores do Processo de Transformação da Força, que visa a inserir o EB no seleto grupo de nações que atuam no espaço cibernético com liberdade de ação, operando em rede e em ambiente adverso, condição essencial para o combate moderno. Em paralelo, busca-se induzir a capacidade tecnológica nacional, criando um círculo virtuoso para garantir a sustentabilidade das soluções implementadas.

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança, não apenas do Estado, mas também da sociedade como um todo. Observa-se, portanto, que esse ambiente está se tornando essencial para a Defesa e Segurança Nacionais. Em função disso, desde 2012, o programa vem implementando novas estruturas, modificando outras e capacitando pessoas.

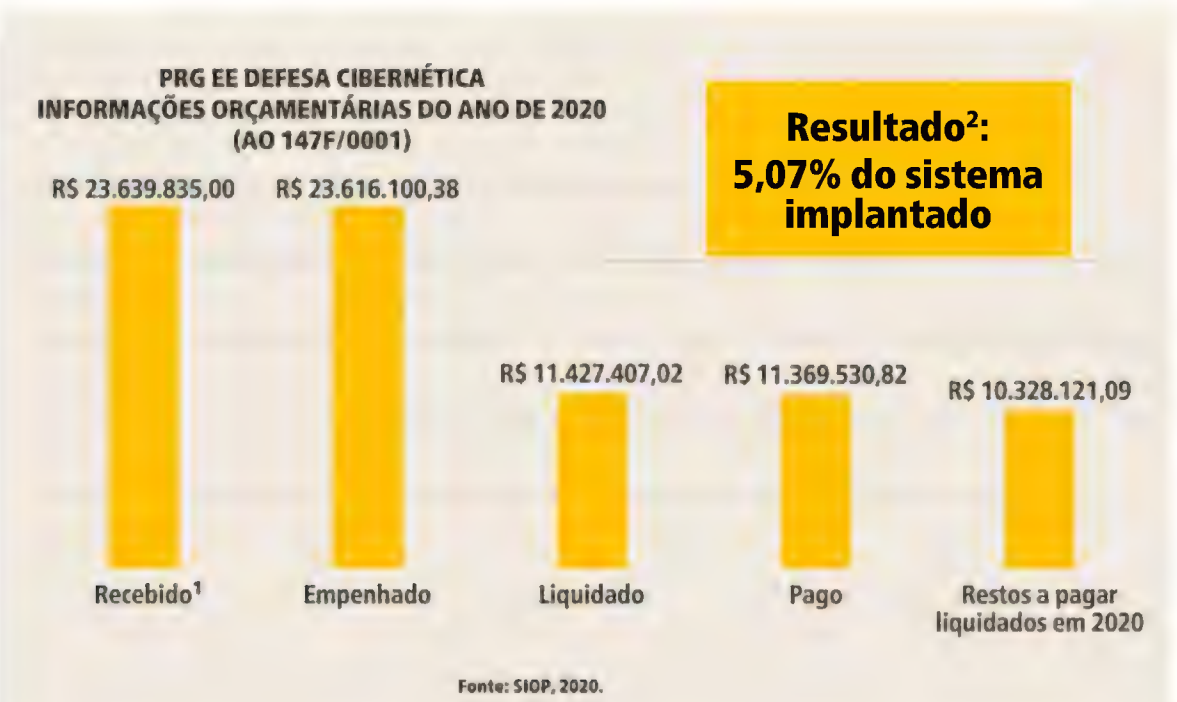
Ao longo dos anos, o programa vem sendo aperfeiçoado com o objetivo de mantê-lo alinhado às evoluções constantes com que o setor cibernético se depara. A reestruturação ocorrida em 2020 teve como objetivo a reorganização dos projetos componentes, de modo a fortalecer a vocação deles para as grandes áreas de atuação:

- Projeto Centro de Defesa Cibernética;
- Projeto Escudo Cibernético;
- Projeto Inteligência Cibernética;
- Projeto Apoio Tecnológico;
- Projeto Força Cibernética;
- Projeto Pesquisa Cibernética.

Nesse sentido, o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) vem sendo modernizado e contemplado com novas ferramentas. No bojo do Projeto Força Cibernética, estão sendo criadas novas estruturas de capacitação e de emprego operacional, tornando mais seguras as redes táticas. O Projeto Escudo Cibernético está reestruturando as redes estratégicas do EB. O Projeto Inteligência Cibernética vem buscando assegurar a eficiência na obtenção de informações no ambiente cibernético. Os projetos Apoio Tecnológico e Pesquisa Cibernética visam a induzir a capacidade nacional de geração de ferramentas cibernéticas com vistas à obtenção de independência tecnológica nesse setor estratégico.

2.4.4.2 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS

Para execução das atividades do Programa foi aplicado, em 2020, um total de R$ 23.639.835,00, com indicador de desempenho de 100 % da meta física prevista no SIOP, conforme detalhado no gráfico a seguir:



Fonte: SIOP, 2020.

[1]Dotação atualizada

[2]Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R$ 429.798.942,00.

2.4.4.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS

As principais entregas do PEEDCiber em 2020 foram:

- ampliação e modernização de laboratórios do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);
- início das obras de adequação das instalações definitivas do CDCiber;
- construção do Laboratório de Segurança Cibernética do IME;
- gestão do Sistema de Proteção ao Usuário Final da Rede interna do Exército (EBNet);
- racionalização de segmentos da EBNet, implementando anéis ópticos e redes metropolitanas nas regiões com maior concentração de organizações militares;
- aquisição de hardware e software para atender às demandas da nova LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- renovação do Datacenter Operacional do CDCiber.
- renovação da infraestrutura do Simulador de Operações de Guerra Cibernética (SIMOC);
- continuação da obra de construção da nova Escola de Comunicações (EsCom);
- atualização de ferramentas cibernéticas do CDCiber e do 1º Batalhão de Guerra Eletrônica (1º BGE); e
- análise de vulnerabilidades do código fonte dos softwares corporativos do EB.

2.4.5 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

As características únicas do espaço cibernético, incluindo seu caráter de transversalidade em relação aos demais domínios (terra, mar, ar e espaço) do espaço de batalha, bem como a facilidade de acesso global, proporcionam um ambiente favorável para ações maliciosas de diversos atores, que desafiam a capacidade de reação dos Estados.

A dependência cada vez maior da rede mundial de computadores, explorada em praticamente todas as atividades humanas, inclusive nos sistemas de defesa, no sistema financeiro e nas IC, traz como consequência o aumento das vulnerabilidades cibernéticas e das ameaças a instituições e pessoas, na verdade, à sociedade como um todo, uma vez que os hackers se aproveitam da inexistência de fronteiras cibernéticas para perpetrarem suas intenções maliciosas no anonimato. Dessa forma, nos dias atuais, as ações exploratórias e ofensivas no espaço cibernético constituem ameaças ao próprio Estado, além de constituir um novo e promissor universo para a prática de atos ilícitos, tais como crimes e terrorismo cibernéticos. Assim, a adaptação e a modernização das instituições para enfrentá-los constituem verdadeiros desafios e devem ser abordadas com grande responsabilidade, flexibilidade, rapidez e visão estratégica.

Nesse contexto, a caracterização de riscos previamente analisados e geridos, com a consequente adoção de medidas saneadoras, também previstas no contexto da gestão de riscos, visa à consecução da resiliência cibernética no sentido de manter a atuação no espaço cibernético com liberdade de ação.

Alguns desses riscos merecem menção, quais sejam:

- caracterização simultânea de várias ameaças cibernéticas com potencial de comprometimento da operação de sistemas críticos para a operacionalidade e administração da F Ter;

- interrupção da operação da EBNet, comprometendo a operação de sistemas críticos para a operacionalidade e o funcionamento administrativo da F Ter; e

- interrupção da operação de IC que impactem negativamente a manutenção das capacidades operacionais da F Ter ou mesmo o seu funcionamento administrativo.

No tocante às perspectivas, o PDCDN e o PEEDCiber proporcionarão a modernização de capacidades existentes e a criação de novas capacidades cibernéticas que permitirão às FA atender, em sua plenitude, ao imperativo de atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.

2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, define que "preparo" compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação; instrução e adestramento; desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas; inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização.

O Exército, por sua vez, delimita o preparo da Força Terrestre como fator condicionante para o seu emprego, sendo este atribuído ao Estado brasileiro. Nesse contexto, a doutrina estabelecerá o arcabouço conceitual que aproximará as atividades do preparo das necessidades do emprego.

As atividades de preparo e de emprego são, sob a ótica dos resultados esperados, indissociáveis, considerando a estreita ligação entre as missões a serem cumpridas pela Força Terrestre e a preparação necessária para a sua efetivação.

2.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades para o preparo e o emprego da Força Terrestre estão estabelecidas nos objetivos estratégicos 05 e 06 (OEE-05 e OEE-06) do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

Os Objetivos Estratégicos do Exército Nr 05 e 06 (OEE-05 e OEE-06) - "Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) – Preparo e Emprego da Força Terrestre" e "Manter Atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre", respectivamente, atuam como indutores do Processo de Transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

O Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) é composto, principalmente, pelo Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO) e pelo Sistema de Emprego (SISEMP), relacionados diretamente ao Objetivo Estratégico do Exército Nr 05 (OEE-5).

Os indicadores estratégicos propostos para avaliar os Objetivos Estratégicos do Exército Nr 05 (OEE-05) são os seguintes:

1. **Indicadores de Tendência (IT) do OEE 05:**

a. **IT 05.1:** Média das percentagens das execuções físicas das atividades do PEEx vinculados ao OEE 05; e

b. **IT 05.2:** média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades do PEEx vinculados ao OEE 05.

2. **Indicador de Resultado (IR)** mede a soma do percentual de pessoal das forças de emprego estratégico adestrado no Sistema de Prontidão, com o percentual de implantação do Sistema Gestão do Preparo da Força Terrestre (G Prep F Ter).

No âmbito do objetivo estratégico de modernização do SISOMT, observa-se a relevância dos indicadores estratégicos, conforme o quadro a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 05

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	RESULTADO	META
IT 05.1 - Índice de execução física	= Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	9,45%	Índice em 25% anualmente
IT 05.2 - Índice de execução orçamentária	= Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	10,21%	Índice em 25% anualmente
IR 05 - Índice de preparo para emprego militar terrestre	= (% de pessoal das forças de emprego estratégico adestrado no Sistema de Prontidão + % de implantação do Sistema G Prep F Ter) / 2	90%	Índice em 80% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IR 05. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 90%, superando a meta em 10%, mesmo se tratando de um ano de pandemia.

O Objetivo Estratégico do Exército Nr 06 (OEE-6) - manter atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre - integra o Mapa Estratégico do Exército. As atividades do EB, principalmente as operacionais, dependem diretamente da existência de uma doutrina atualizada que as suporte, de modo a permitir o êxito nas atividades do preparo e do emprego da Força Terrestre, utilizando os Sistemas de Material de Emprego Militar (SMEM) tecnologicamente atualizados em uso no EB.

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) se mantém em constante evolução e aperfeiçoamento, atualizando seus conceitos doutrinários através da prospecção doutrinária e da dinâmica da atualização e difusão do conhecimento.

O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) deve acompanhar a evolução da arte da guerra, tendo por objetivo a atualização do pensamento militar e o incremento da pesquisa.

Os indicadores estratégicos propostos para avaliar os Objetivos Estratégicos do Exército Nr 06 (OEE-06) são os seguintes:

1. Indicadores de Tendência (IT) do OEE 06:

a. **IT 06.1:** Média das percentagens das execuções físicas das atividades do PEEx vinculados ao OEE 06.

b. **IT 06.2:** média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades do PEEx vinculados ao OEE 06.

2. Indicador de Resultado (IR) 06: composto pelos **Indicadores de Composição (IC) 06.1 e 06.2,** mede a soma da percentagem de experimentações doutrinárias realizadas com sucesso e do percentual de revisão e atualização das publicações da Força Terrestre, respectivamente, conforme a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 06

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	RESULTADO	META/DESEMPENHO
IT 06.1 - Índice de execução física	= Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	23,22%	Índice em 25% anualmente
IT 06.2 - Índice de execução orçamentária	= Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	21,19%	Índice em 25% anualmente
IR 06 - Índice de atualização do SIDOMT	= (IC 06.1 + IC 06.2) / 2	75,20%	100% de desempenho anualmente
IC 06.1 Índice de atualização da Doutrina Militar Terrestre (DMT)	= (% de experimentações doutrinárias realizadas com sucesso + % de revisão e atualização das publicações doutrinárias) / 2	76,18%	90 % de atualização anualmente
IC 06.2 Índice de transformação da DMT	= % de atualização de QO + % de elaboração de publicações doutrinárias) / 2	74,22%	90% transformada anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 06. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 75,20%, ficando abaixo do esperado, mas se tratando de um ano de pandemia, teve um resultado satisfatório.

Dessa forma, o **Índice de Atualização do Sistema Doutrina Militar Terrestre - SIDOMT (IR 06)** é um indicador que visa mensurar o aumento da produtividade no aperfeiçoamento da doutrina singular e a contribuição com o aperfeiçoamento da doutrina conjunta.

Treinamento para Operação Culminating

2.5.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.5.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – PEE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Terrestre (PEE SISOMT) é composto pelos projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER) e pela ação complementar Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O programa foi criado com o objetivo de modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre, no intento de ampliar, progressiva e seletivamente, as capacidades das organizações militares do Exército, de forma a conquistar um permanente estado de pronto emprego, em sistema de rodízio, para o efetivo cumprimento das missões constitucionais.

Dessa forma, ele é norteado no PEEx 2020-2023 pelo OEE-5 - modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre - nas seguintes ações estratégicas:

- 5.1.3 - Implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças;

- 5.2.1 - Preparar a Força Terrestre para atuar em operações singulares, conjuntas e multinacionais;

- 5.2.2 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo profissional;

- 5.2.3 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo variável; e

- 5.3.1 - Modernizar a Sistemática de Emprego da Força Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas principais entregas realizadas em 2020, conforme o quadro a seguir:

Programa Estratégico do Exército – Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (PEE SISOMT)

ENTREGAS

- Atualização de Módulos do Software do Sistema de Gestão do Preparo da Força Terrestre.

- Adequações nas edificações dos Centros de Adestramento Leste e Sul (CA-Leste e CA-Sul)

- Realização de exercícios de adestramento da Força de Apoio à Defesa Civil nos Comandos Militares de Área:

  - Comando Militar do Norte (CMN) - Operação SALOBO (Marabá – entre os dias 19 e 22 de outubro de 2020); e

  - Comando Militar do Leste (CML) – Operação DILÚVIO 2020 (Região Capixaba – entre os dias 26 e 30 de setembro de 2020).

- Capacitação e Certificação de 6 (seis) Brigadas no Sistema de Prontidão

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

O Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar recebe recursos nas Ações Orçamentárias (abaixo especificadas) que, em 2020, foram distribuídas conforme a seguir:

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA – SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT)				
FONTE DO RECURSO	RECEBIDOS (R$)	DESPESAS EMPENHADAS (R$)	DESPESAS LIQUIDADAS LOA (R$)	DESPESAS PAGAS (R$)
21A0 Pjt SISPRON	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00
21A0 (SISPRON)	2.466.319,18	2.466.319,18	1.964.789,47	1.964.789,47
156M/ PO 06 (F Ap Def Civ)	354.746,67	354.746,67	248.565,06	248.565,06
156M/ PO 01 (SIMACEM)	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
14T6 (SIMAD)	1.274.522,22	1.274.522,22	0,00	0,00
14T6 (Ccop C Mil A)	1.298.916,61	1.298.916,61	509.001,15	468.186,77
TOTAL	12.594.504,68,	12.594.504,68	6.422.355,68	6.381.541,30

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Certificação SISPRON
23ª Bda Inf Sl (CMN)

2.5.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército (Prg EE) Sentinela da Pátria é um programa estruturante do Exército Brasileiro que trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir com a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares abrangidas no escopo do programa, em relação à implantação, à transformação e ao reposicionamento, por transferência de sede, de organizações militares, seja por acréscimo de frações (aumento de efetivo) ou por mudança de natureza (com alteração sensível no quadro de dotação de viaturas e dos equipamentos empregados).

O programa contribui para o alcance dos objetivos estratégicos do Exército - contribuir com a dissuasão extrarregional, contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social, implantar um novo e efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre e aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas respectivas entregas realizadas no ano de 2020, conforme o quadro a seguir:

Programa Estratégico do Exército - SENTINELA DA PÁTRIA

ENTREGAS

- Adequar da infraestrutura do 3º Batalhão de Aviação do Exército (BavEx), em Campo Grande-MS, com finalização da construção da Pista de Taxiamento de aeronaves Taxiway.
- Adequação das infraestruturas da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (Santa Maria-RS) e da 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (Bia AAAe AP) (Rio Negro-PR), com a construção das Garagens dos Blindados Gepard.
- Adequação da infraestrutura do 4º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), Construção do Pavilhão da 3ª Companhia de Polícia do Exército do 4º BPE.

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Para mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sentinela-da-patria.

O Programa Estratégico recebe recursos na Ação Orçamentária abaixo especificada que, em 2020, foi distribuída conforme gráfico ao lado:

Inauguração da 3ª Companhia PE do 4º BPE Receife-PE

Fonte: SIOP, 2020.

2.5.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO PROTEÇÃO DA SOCIEDADE - PROTEGER

O Programa Estratégico do Exército PROTEGER está vinculado ao Objetivo Estratégico Nr 05 - modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre/SISOMT – Preparo e Emprego da Força Terrestre.

O programa tem como prioridade a atuação articulada do EB com a sociedade brasileira e suas instituições, particularmente no preparo da Força Terrestre para o emprego em operações de defesa de agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN); Garantia da Lei e da Ordem (GLO); Garantia da Votação e Apuração (GVA); proteção de infraestruturas críticas; enfrentamento ao terrorismo; apoio à Defesa Civil e outras ações subsidiárias.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas entregas realizadas no ano de 2020, conforme o quadro ao lado:

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO - PROTEGER
REFERÊNCIA / ATIVIDADE PEEX 20-23
Dotação do(s) Comando(s) Militar(es) de Área com módulo(s) do Centro de Coordenação e Operações Móveis, com o projeto do protótipo do Centro de Coordenação de Operações Móveis (CCOp MV)
Implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres (SISCOT) e do Sistema de Integração, Monitoramento e Apoio à Decisão (software INTEGRADOR).

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2020.

No âmbito do programa, consta o desenvolvimento do Sistema Integrador de Softwares, que é um sistema baseado em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que deverá prover a Força Terrestre, os Comandos Militares de Área e os Grandes Comandos Operacionais com as capacidades de monitoramento, vigilância, inteligência e análise por múltiplas perspectivas, ampliando a consciência situacional dos comandantes em todos os escalões e facilitando o planejamento, o comando, o controle e a coordenação continuada das operações em ações singulares, conjuntas ou em ambientes interagências.

O programa estratégico recebe recursos na Ação Orçamentária abaixo especificada que, em 2020, foi distribuída conforme a seguir:

¹Dotação Atualizada
²Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R$ 4.685.150.000,00.

O valor não empenhado corresponde ao saldo de créditos residuais não aplicados

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do Programa foi de 0,15% perfazendo um total acumulado de 5,58% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R$ 4.685.150.000,00

Fonte: Tesouro Gerencia, 2020.

Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger>

Segurança Estratégica
Usina Hidrelétrica de Itaipu (CMS)

2.5.4 AÇÕES PARA O PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.4.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (FT)

O preparo da Força Terrestre apoia-se no Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO), que é o sistema responsável pelas atividades de formação da reserva mobilizável e de preparo da F Ter (preparação orgânica e completa), estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) (Port 147-COTER, de 13 DEZ 19); pelo Programa de Instrução Militar (PIM) (Port 230-COTER, de 13 DEZ 19); e pelo Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB).

No caso da preparação específica, essa ocorrerá por demanda do EMPREGO, após o recebimento de uma missão específica para operações de guerra ou não guerra. Caracterizará a obtenção ou mesmo o aperfeiçoamento das capacidades necessárias às OM da F Ter para executar as operações demandadas pelo emprego da tropa.

O amparo legal do preparo da Força Terrestre é regido, além dos documentos supracitados inicialmente, pelos seguintes elencados:

- Regulamento do Comando de Operações Terrestres (Portaria Nr. 914-COTER, de 24 de junho 2019);

- Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) (Portaria Nr. 147-COTER, de 13 de dezembro de 2019), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;

- Programas-Padrão, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/ ;

- Cadernos de Instrução, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;

- Programa de Instrução Militar (PIM) (Port 230-COTER, de 13 DEZ 19), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/; e

- Planejamento Anual do Adestramento Avançado e Outras Atividades (PA3OA), contido no PIM, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/.

Em 2020, os recursos recebidos na Ação Orçamentária 21A0, destinados à gestão da instrução militar e ao adestramento, foram aplicados conforme a seguir:

Recursos utilizados em 2020 para Instrução e Adestramento Militar

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2020.

O Sistema de Prontidão da Força Terrestre (SISPRON) recebeu a importância de R$ 3.553.603,00 oriundos do EME, para a certificação das seis Brigadas da Força de Prontidão em 2020.

No corrente ano, 393 (trezentos e noventa e três) organizações militares operacionais realizaram os diversos níveis de adestramento previstos nos Programas-Padrão de Adestramento de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em um total de 154.401 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e um) militares envolvidos nas atividades.

No que se refere ao adestramento conjunto realizado em 2020, coordenados pelo Ministério da Defesa, o quadro a seguir demonstra os exercícios e as operações realizadas sob a égide do Preparo:

EXERCÍCIOS E OPERAÇÕES CONJUNTAS - 2020

ATIVIDADE	Qtde de militares capacitados
Adestramento nas Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN)	68
Adestramento Conjunto Específico de Salto Livre Operacional (SLOP) para Forças Especiais	20
Adestramento de combate em ambiente urbano	20
Adestramento Conjunto Específico de Emprego de Helicópteros - Operação com navios da Marinha e infiltração e exfiltração de Forças Especiais (FE)	14
Exercício de Adestramento Conjunto das Forças Armadas - Operação NUNTIUS – na formação operacional de guia aéreo avançado (GAA).	4
Exercício Geral de Emergência Nuclear em Angra dos Reis	9
Militares capacitados	135

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Em 2020, foram realizados 6 (seis) estágios setoriais e 110 (cento e dez) estágios de área:

ESTÁGIOS REALIZADOS - 2020

TIPO	QUANTIDADE	MILITARES CAPACITADOS	CUSTO
ESTÁGIOS SETORIAIS	06	132	R$ 780.841,80
ESTÁGIOS DE ÁREA	110	Mais de 2.400 militares em 8 C Mil A	R$ 975.047,00

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

Em 2020, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON) certificou 6 (seis) brigadas como Força de Prontidão Operacional (FORPRON), credenciando aproximadamente o efetivo de 5.400 militares certificados:

- **Brigada de Infantaria Pára-quedista;**
- **4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;**
- **5ª Brigada de Cavalaria Blindada;**
- **23ª Brigada de Infantaria de Selva;**
- **15ª Brigada de Infantaria Mecanizada; e**
- **12ª Brigada de Infantaria Leve (Amv).**

Tiro de Sniper
Certificação SISPRON Bda Inf Pqdt

2.5.4.2 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) estabelece os fundamentos doutrinários para o preparo e o emprego da Força Terrestre. O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) é a denominação dada ao conjunto de organizações, pessoal, publicações e atividades do Exército que interagem para o processamento das necessidades de evolução da Doutrina Militar Terrestre.

O Comando de Operações Terrestres é o órgão central do Sistema de Doutrina Militar Terrestre e o Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) é o responsável pela coordenação das atividades doutrinárias, conforme Portaria nº 1.550-Cmt Ex, de 8 de novembro de 2017 (Separata), que instrui as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) – EB10-IG-01.005.

No corrente ano, as principais entregas do Centro de Doutrina do Exército foram as seguintes:

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO - 2020
ENTREGAS
Produção de 18 manuais doutrinários
Realização de 8 reuniões ou seminários doutrinários
Confecção de 26 quadros de organização de OM operativas
Realização de 2 experimentações doutrinárias
Análise e produção de 10 melhores práticas e 2 ações corretivas
Produção de 44 pareceres para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED)
Elaboração de 9 requisitos operacionais
Produção de 7 notas doutrinárias
Compêndio de melhores práticas viatura blindada de transporte de pessoal GUARANI
Edição de 34 artigos doutrinários para as 4 edições da DMT em Revista

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.

2.5.5 DESAFIOS, RISCOS e PERSPECTIVAS

Delinear sobre os desafios, riscos e perspectivas para o sistema de preparo e emprego da Força Terrestre vai de encontro ao cenário no qual o Exército está inserido, considerando suas limitações políticas, orçamentárias e logísticas.

Dentre os desafios para o preparo e emprego do Exército, destacam-se a necessidade de manter da Doutrina Militar Terrestre (DMT) moderna e ajustada às realidades dos contextos regional e internacional, além do seu alinhamento às determinações do Ministério da Defesa e do Estado-Maior do Exército.

Os principais riscos para manutenção da Força Terrestre em condições de atuar em uma situação de emprego estão relacionados ao contingenciamento e às restrições de recursos financeiros impostas. Tal risco, caso se materialize, poderá comprometer a capacidade de realizar o adestramento completo da Força Terrestre, o que poderá impactar o índice de operacionalidade do Exército.

Identifica-se como oportunidade em relação ao preparo e emprego, a constante modernização dos sistemas de preparo e emprego e o aperfeiçoamento das pesquisas e prospecções doutrinárias, em consonância com a coordenação dos programas estratégicos, tais como Proteger, Sentinela da Pátria e SISOMT, que acompanhados de outros programas e projetos, permitem uma Força Terrestre mais preparada.

Por fim, como perspectiva, ao se realizar as atividades de preparo e emprego para a modernização da Força Terrestre, há a necessidade permanente de implementação progressiva de melhorias nos sistemas, para o acompanhamento de seus indicadores e de seu aprimoramento, de forma a possibilitar a ampliação das Capacidades Militares e Operativas, atendendo as expectativas da sociedade brasileira em relação a Força Terrestre.

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro, na Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA 2020), obteve um orçamento da ordem de R$ 7.6 bilhões, para atender despesas de natureza obrigatória, despesas com os programas estratégicos e demais despesas discricionárias, além de emendas individuais. As demais despesas discricionárias atendem ao custeio da Força Terrestre englobando suas atividades de Aprestamento, Logística, Ciência e Tecnologia, Apoio Administrativo, Ensino, Obras e alguns investimentos, entre outras.

O limite de pagamento concedido ao Comando do Exército no ano de 2020 foi suficiente para o pagamento das obrigações atinentes às despesas obrigatórias e discricionárias. Ressalta-se que não foram observados bloqueios de financeiro que impactassem o cronograma de desembolso mensal, fato que cooperou para uma execução financeira satisfatória, contribuindo para o cumprimento de todas as obrigações assumidas no ano corrente.

3.1.2 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento total foi composto do programa de gestão e manutenção do Poder Executivo, no valor de R$ 48,4 bilhões, do Programa de Defesa Nacional, no valor de R$ 2,9 bilhões, e das operações especiais orçamentárias (demandas judiciais) no valor R$ 76 milhões, além do programa de cooperação com o desenvolvimento nacional, no valor de R$ 150 mil.

O orçamento referente ao Programa Defesa Nacional apresentou, em 2020, um decréscimo da ordem de 2,7%, exigindo redefinição de prioridades. Cabe ressaltar que esses recursos foram os destinados ao cumprimento da missão constitucional do Exército.

Fontes: Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2020).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

3.1.3 OUTROS RECURSOS RECEBIDOS

Em 2020, o Exército Brasileiro recebeu em torno de R$ 1.8 bi em recursos provenientes de outras fontes, redundando em ações em prol da sociedade. Tais recursos foram empregados nas Operações Verde Brasil II, Acolhida, COVID-19, carro-pipa, dentre outras. Dos instrumentos de parceria celebrados, destacam-se, ainda, os voltados a obras de cooperação e desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram ao Exército contribuir com a melhoria da infraestrutura do país.

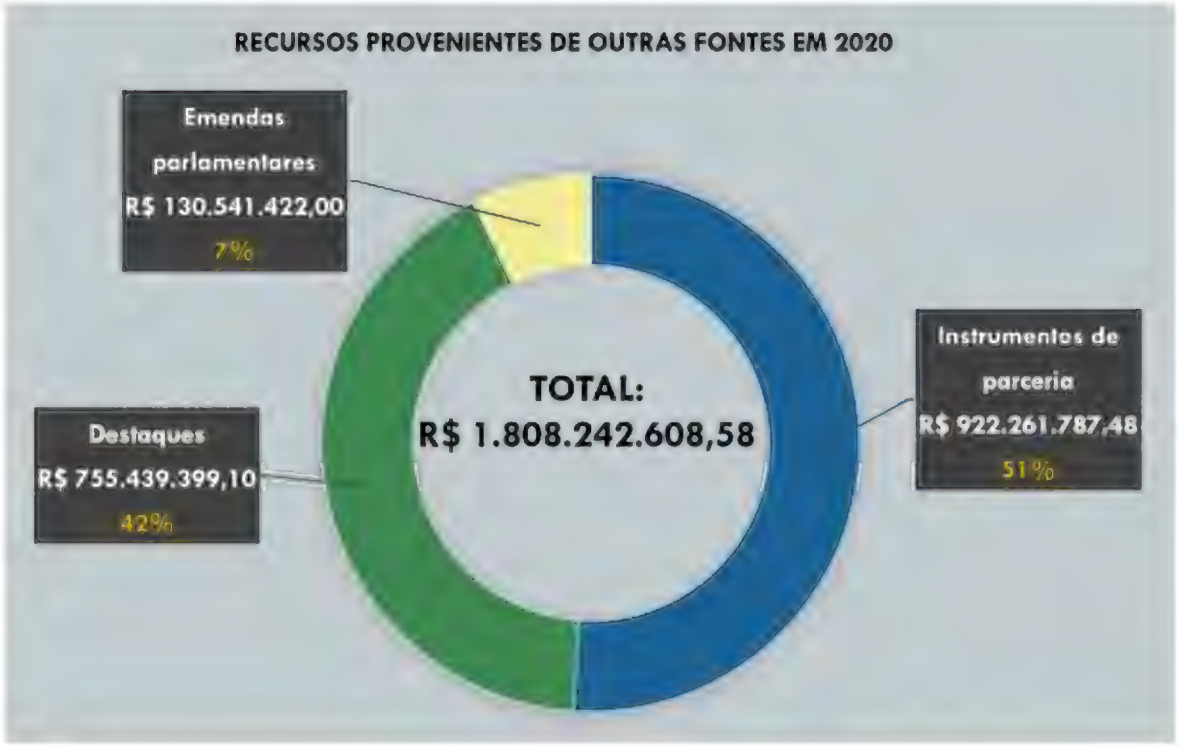
3.1.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Da análise dos objetivos, das metas e dos indicadores do EB no PPA e dos resultados de gestão estratégica apresentados no capítulo 2, pode-se verificar que a instituição realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus objetivos estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar quase a totalidade de sua LOA 2020.

O detalhamento do desempenho orçamentário, financeiro e contábil está apresentado no capítulo 4 e demonstra a efetiva execução orçamentária, financeira e contábil do Comando do Exército.

Cabe ressaltar que o cenário mundial de pandemia da covid-19 prejudicou sobremaneira a entrega de alguns produtos e a prestação de serviços, mas, ainda assim, a execução de 2020 apresentou efetividade nas aquisições e contratações.

Embora o Exército Brasileiro tenha recebido o orçamento aquém das suas necessidades, a adoção de boas práticas de gestão e governança pública tem se evidenciado na melhoria dos índices de operacionalidade da Força.



Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Apronto Operacional - Certificação SISPRON 12ª Bda Inf L (Amv)

3.1.4.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DA DESPESA

Na composição dos recursos do orçamento destinados ao Exército Brasileiro, o grupo natureza da despesa com pessoal e encargos sociais corresponde a maior parcela utilizada, seguida do custeio e de investimentos.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DA DESPESA

TIPO DE DESPESA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.662.931.860	43.662.214.305	40.960.148.185
CUSTEIO	5.980.076.994	4.646.878.929	4.513.493.345
INVESTIMENTOS	1.632.198.942	978.118.421	901.099.289
TOTAL	51.275.207.796	49.287.211.656	46.374.740.819

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Em 2020, os recursos utilizados com as despesas de custeio – outros serviços terceiros, material de consumo e indenizações/ restituições totalizaram R$ 3,7 bilhões, 2,70% inferiores ao ano de 2019.

DESPESAS DE CUSTEIO LIQUIDADAS EM 2020

ANO / ELEMENTO DA DESPESA	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	MATERIAL DE CONSUMO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
2019	1.904.644.048	1.220.900.026	706.733.872
2020	1.658.596.584	1.354.347.166	715.377.008
VARIAÇÃO	-12,92%	10,93%	1,22%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Em 2020, as despesas de investimentos liquidadas com material permanente, consumo, obras/instalações e outros serviços/PJ totalizaram R$ 3,7 bilhões, valor próximo das despesas de 2019. Ressalta-se que parcela destas despesas liquidadas referem-se a contratações de anos anteriores e que estavam inscritas em restos a pagar.

DESPESAS DE INVESTIMENTO LIQUIDADAS EM 2020

ANO / ELEMENTO DA DESPESA	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	MATERIAL DE CONSUMO	OBRAS E INSTALAÇÕES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ
2019	548.802.918	1.220.900.026	59.515.418	1.904.644.048
2020	686.085.595	1.354.347.166	43.397.795	1.658.596.584
VARIAÇÃO	25,01%	10,93%	-27,08%	-12,92%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

3.1.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

A gestão orçamentária e financeira no âmbito do Exército Brasileiro leva em consideração o impacto no custeio ao indicar a criação de novas estruturas ou a aquisição de novas capacidades. A estratégia para enfrentar o momento de restrições orçamentárias baseia-se em aliar uma gestão austera dos recursos a um vigoroso processo de racionalização administrativa, visando à redução de custos e permitindo à Instituição entregar produtos e resultados à sociedade, sem perda na qualidade, valendo-se de sistemas de gestão estruturados, de processos aperfeiçoados e com uma organização administrativa e de pessoal adequada, balizados por uma efetiva gestão da integridade e monitorados pelos controles internos, ambos compatíveis à envergadura do bem a ser gerido.

O principal risco para o atingimento dos Objetivos Estratégicos do EB, sob a ótica orçamentária, é a redução da disponibilidade dos recursos de natureza discricionária para custeio e investimentos, com reflexos diretos sobre:

- estoques estratégicos;

- funcionamento das organizações militares;

- investimento em produtos de defesa, assegurando a prontidão e obtenção de capacidades;

- manutenção dos produtos de defesa; e

- manutenção do patrimônio imobilizado e móvel, dentre outros.

Para mitigar os riscos buscamos apresentar os mesmos às autoridades da área econômica e no Congresso Nacional, além de apresentar à sociedade nossos excelentes resultados, fruto da boa gestão.

3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

3.2.1 INTRODUÇÃO

As aquisições mais significativas no âmbito do Comando do Exército foram gerenciadas e centralizadas pelos órgãos de direção geral, operacional e setoriais.

Como órgãos a serem exemplificados, pode-se citar o Comando Logístico (COLOG), responsável pelas aquisições do sistema logístico do EB, o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), responsável pelas aquisições do sistema de obras, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), responsável pelas aquisições do sistema de ciência e tecnologia, o Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), responsável pelas aquisições do sistema de educação e cultura, e a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), responsável pelo apoio administrativo às OM.

As demais aquisições de objetos de natureza comum são realizadas pelas diversas organizações militares, unidades gestoras executoras (UGE), em menor montante e maior capilaridade.

Ainda no sentido da racionalização administrativa, o Exército, nos últimos anos, aperfeiçoou processos e estruturas buscando centralizar as aquisições e outras atividades administrativas, ao passo que busca reduzir o número de Unidades Gestoras Executoras. Nesse sentido podemos citar:

- a Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar para aquisições do Sistema de Ciência e Tecnologia;

- a Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária, do Departamento Geral do Pessoal, para gestão orçamentária centralizada dos recursos de pessoal;

- a Assessoria de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário, para gestão de orçamento e aquisições do Sistema Logístico;

- Bases Administrativas, unidades que centralizam atividades administrativas de diversas organizações militares (OM), retirando encargos dessas OM;

- o Almoxarifado Central, na guarnição de Brasília, para racionalização a obtenção de bens comuns a todos os órgãos do Forte Caxias; e

- a implantação e aprimoramento dos grupos de coordenação de aquisições, licitações e contratos (GCALC) para a realização de licitações centralizadas destinadas às contratações frequentes, visando ao fornecimento de bens e serviços comuns.

3.2.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Serão apresentadas informações por modalidade de contratação e do detalhamento dos gastos com o funcionamento administrativo das 655 organizações militares do Comando do Exército, bem como as contratações administrativas mais relevantes realizadas no âmbito do Exército Brasileiro no exercício financeiro de 2020.

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS
1. Modalidade de Licitação	1.793.333.729
Convite	641.648
Tomada de Preço	17.363.984
Concorrência	34.178.165
Pregão	1.741.149.932
2. Contratações Diretas	2.089.037.424
Dispensa	356.149.469
Inexigibilidade	1.732.887.955
3. Regime de Execução Especial	14.153.091
Suprimento de Fundos	14.153.091
4. Outros	1.708.690.432
5. Total	**5.605.214.676**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

Das contratações realizadas por meio de inexigibilidade, aproximadamente 83 % (oitenta e três por cento) do total executado por esta modalidade relacionam-se com aquisições de objetos detentores de especificidades, como os blindados da família Guarani, materiais e equipamentos do sistema ASTROS e materiais e equipamentos de artilharia antiaérea. Dotadas das mesmas características peculiares, destacam-se as aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

Evidencia-se, ainda, que pouco mais de 10% (dez por cento) das execuções realizadas por meio de inexigibilidade referem-se a gastos realizados com instituições médicas variadas, que mantém convênios para o atendimento ao pessoal militar e civil e respectivos dependentes. O restante dos valores apresentados na modalidade de contratação abordada relaciona-se com empresas de saneamento de água e esgoto, e aquisição de munições, dentre outras despesas de pequeno vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, que sofreram uma redução de 14% (quatorze por cento), em relação ao ano de 2019, o montante mais proeminente refere-se às despesas com concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, com pouco mais de 72% (setenta e dois por cento) do total das contratações. A ação de aprestamento das Forças teve participação de 13,5% (treze pontos cinco por cento) do total. O restante divide-se em material de emprego militar (MEM), sistema de monitoramento de fronteiras e aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender às peculiaridades da preparação e emprego do Exército Brasileiro.

3.2.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO (EXERCÍCIO 2020)

Os gastos com o funcionamento administrativo das 655 organizações militares do Exército ficou em torno de 414,28 Mi, deste valor 59% foram alocados para o custeio de concessionárias de serviço público, 22% com contratos administrativos e o restante com despesas gerais das organizações militares (materiais e serviços diversos, combustíveis para geração de eletricidade e aquecimento, certificados digitais, seguro obrigatório, licenciamento de viaturas, publicações, aquisição de materiais de expediente, de limpeza, bem como para manutenção dos bens móveis, imóveis etc.).

GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2020

OBJETO	LIQUIDADO (em milhões R$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO
CONCESSIONÁRIAS	243,85	58%
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	89,56	22%
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES (FUNADOM)	80,87	20%
TOTAL	**414,28**	**100%**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

3.2.4 CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES

Os recursos para fazer frente à demanda de funcionamento administrativo das OM é restrito. Assim, poucos contratos são autorizados e significativa parcela de serviços é realizada diretamente pelos efetivos das próprias organizações militares.

Os contratos de maior relevância, limpeza e conservação, lavagem de roupa, locação de aparelhos de impressão, desinsetização e desratização e manutenção de bens móveis foram, na sua grande maioria, firmados por hospitais militares, estabelecimentos de ensino militares e quartéis-generais.

CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES EM 2020

TIPO DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR LIQUIDADO ANUAL (R$)	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE CONTRATOS
Limpeza & conservação	104	17%	R$ 58.034.222	64,80%
Manutenção de bens imóveis	25	4%	R$ 13.649.823	15,20%
Locação de aparelhos de impressão	244	40%	R$ 7.716.315	8,60%
Manutenção de bens móveis	27	4%	R$ 4.139.453	4,60%
Lavagem de roupa	114	19%	R$ 1.766.110	2,00%
Manutenção e limpeza de ar condicionado	25	4%	R$ 1.764.694	2,00%
Manutenção de elevadores	34	6%	R$ 1.258.329	1,40%
Manutenção de poços artesianos	24	4%	R$ 790.145	0,90%
Mídia/ informática	8	1%	R$ 274.428	0,30%
Desinsetização & desratização	11	2%	R$ 162.174	0,20%
TOTAL	**616**	**100%**	**R$ 89.555.693**	**100%**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

3.2.5 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

O principal risco para a gestão de aquisições e contratações encontra-se na fase de planejamento, pois é uma atividade de natureza complexa, envolvendo necessidade de recursos humanos capacitados, instrumentos de planejamento e governança adequados. Por essa razão o Exército vem implementando diversas medidas de aperfeiçoamento de seus processos e estruturas, permitindo melhores condições de planejamento e governança.

Em relação aos recursos humanos, o Instituto de Economia e Finanças do Exército (IEFEx) proporciona capacitação técnica aos agentes da administração e está permanentemente alinhado às demandas da Força Terrestre.

No que tange à sistemática de planejamento de aquisições e contratações do Exército Brasileiro, a implantação dos grupos de coordenação de aquisições, licitações e contratos (GCALC) e das Bases Administrativas garante maior eficácia nos processos de despesa realizados pelas inúmeras unidades gestoras do Comando do Exército.

No eixo governança e gestão, a busca do alinhamento entre o planejamento estratégico organizacional e a execução das aquisições por parte das organizações militares tem contribuído para o atingimento da eficácia, economicidade e efetividade.

Com adoção das ações anteriormente citadas, vislumbra-se a melhoria das aquisições e contratações possibilitando entregas de bens e serviços, em quantidade e qualidade, adequadas e necessárias ao cumprimento das missões atribuídas ao Exército.

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

3.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro, alinhado com a Administração Pública Brasileira, tem extensa tradição na gestão das contas públicas, acompanhando, orientando e gerenciando as informações de custos, na medida em que trata os dados de diversos sistemas, internos e externos à instituição, conforme a execução dos lançamentos realizados pelas unidades gestoras.

A gestão de custos envolve todas as 655 OM, consolidando os gastos com pessoal, material de consumo, depreciação do material permanente e dos serviços executados pela Força, tendo como premissas básicas o foco nas necessidades de informação do cliente (aspectos quantitativos e qualitativos) em um contexto de racionalização administrativa e de controle e otimização dos gastos, contribuindo para a melhoria do processo de decisão.

As informações são obtidas por meio das apropriações dos serviços provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) - módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com os insumos de material de consumo e depreciação do material permanente - e dos sistemas de pagamento de pessoal.

Cumprindo a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira de 2020 do Comandante do Exército e com o intuito de buscar maior eficiência, economicidade e efetividade no emprego dos recursos disponíveis, a Diretoria de Contabilidade (D Cont), após estudo técnico, decidiu mudar a sistemática do acompanhamento das informações de custos do Comando do Exército, passando a buscar informações e a gerar relatórios gerenciais, por meio do Tesouro Gerencial, com dados do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC.

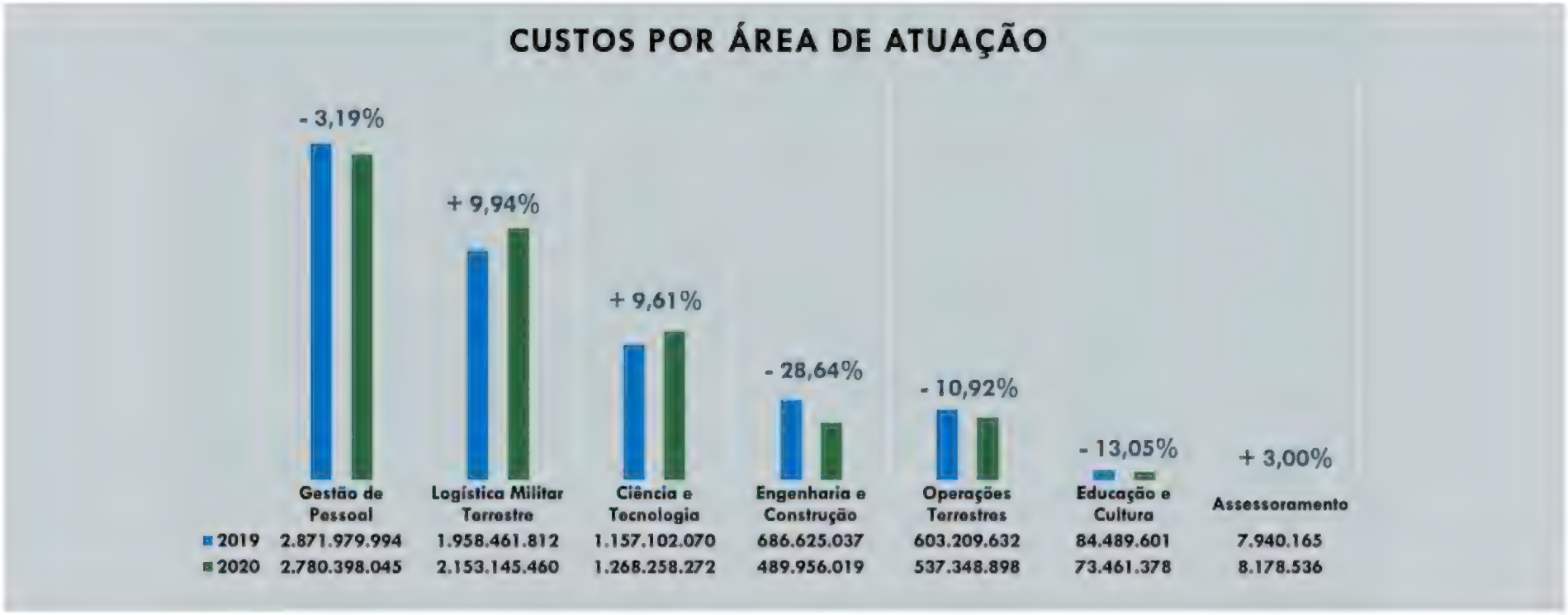
O SIC é uma ferramenta de TI que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do governo federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo informações de custos que permitem apoio à tomada de decisão.

A implantação do SIC no âmbito do Exército tem como objetivos aperfeiçoar e simplificar, ainda mais, a gestão de custos da Força; potencializar a vertente gerencial da contabilidade de custos; melhor subsidiar os processos decisórios em todos os níveis, bem como aumentar a transparência governamental e a accountability.

O Exército Brasileiro tem obtido resultados significativos no tocante à melhoria do gasto, ao envolvimento dos agentes da administração com a gestão de custos, à maior efetividade na aplicação dos recursos e, em diversos casos, à utilização das informações de custos para a tomada de decisão, como por exemplo na racionalização das Circunscrições do Serviço Militar, no gerenciamento dos custos das unidades da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, na negociação de recursos orçamentários pelo Hospital de Guarnição de Tabatinga (AM) com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas.

3.3.2 CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A classificação direta dos custos das atividades relevantes desempenhadas atendeu às necessidades gerenciais, uma vez que permitiu identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais para o desempenho da missão constitucional da Força Terrestre.



Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 1º de fevereiro de 2021).

3.3.3 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

Os principais desafios encontrados pelo Exército no tocante à gestão de custos é a quebra de paradigmas no sentido da conscientização e da solidificação de uma cultura de custos e de gestão. A Instituição tem buscado esclarecer os seus integrantes em geral e aos usuários dos sistemas em particular, os objetivos e as entregas produzidas pelos Sistemas de Custos, incentivando o uso efetivo dessas informações como ferramenta de apoio à tomada de decisão e como melhoria do gasto público.

O risco de maior magnitude identificado refere-se à precisão do conteúdo dos dados necessários à obtenção da informação de custos, o que depende diretamente da ação dos agentes da administração envolvidos neste processo. Nesse sentido, o Exército planejou a implementação plena, a partir de 2021, do Sistema de Informações de Custos do governo federal (SIC), com vistas a facilitar a inserção de dados e a utilização dos sistemas que geram informações de custeio, além de conscientizar os agentes da administração sobre a importância e a aplicabilidade dessas informações.

Atualmente e preparando-se para ações futuras, está sendo implementada uma nova metodologia de custos, tendo como foco a organização militar, objeto de custos. Essa alteração visa apurar, de maneira mais detalhada, os custos das áreas finalísticas e de suporte do Exército, a fim de elevar o nível da contabilidade de custos a um patamar de destaque na Administração Pública.

Forte Santa Bárbara, Formosa (GO)
Inauguração do Comando de Artilharia do Exército em 2020

3.4 GESTÃO DE PESSOAL

3.4.1 INTRODUÇÃO

As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro estão reguladas na Portaria nº 325-EME, de 9 de dezembro de 2015. Sua implementação é realizada pelo Departamento Geral do Pessoal - DGP, sob coordenação do Estado-Maior do Exército (EME).

3.4.2 EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização do emprego de recursos humanos, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às reais necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade a médio e a longo prazo.

A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar temporário enquanto permanecer no serviço ativo.

A utilização de pessoal da reserva, como prestador de tarefa por tempo certo (PTTC), também é uma realidade, constituindo-se em excelente capital intelectual.

Fonte: EBCorp (data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).

EFETIVO DO EB POR POSTOS/GRADUAÇÕES EM 2020

POSTO/GRAD	CARREIRA	TEMPORÁRIO	PRESTADOR DE TAREFA POR TEMPO CERTO
Oficiais Generais	174	0	53
Oficiais Superiores	7.101	0	1.487
Oficiais Intermediários	5.527	0	1.358
Oficiais Subalternos	7.045	10.828	284
Graduados (ST/Sgt)	34.120	12.723	1.587
Cb/Sd NB	7	79.666	15
Taifeiros	3	0	0
Sd Recrutas[1]	1	45.850	0
Cadetes	0	1.386	0
Alunos (CPOR/ NPOR)	0	386	0
Alunos CFS	2	1.056	0
Outros	1	695	0
SUBTOTAIS:	53.981	152.590	
TOTAL GERAL	**206.571**		**4.784**

Fonte: EBCorp (Data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).
[1]Quantidade de soldados recrutas após o 1º licenciamento

Fonte: EBCorp (Data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).

Fonte: EBCorp (data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).

Fonte: EBCorp (data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).

EFETIVO DE MILITARES DO EB POR GRUPOS ÉTNICOS

COR DE PELE	EFETIVO
NÃO INFORMADO	121.420
BRANCA	31.743
MORENA	19.881
PARDA CLARA	15.789
PARDA	13.610
PARDA ESCURA	3.608
NEGRA	520
TOTAL	**206.571**

Fonte: EBCorp (Data da consulta: 10 de fevereiro de 2021).

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

3.4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

De acordo com a Política Militar Terrestre (PMT), fortalecer a dimensão humana é valorizar os recursos humanos do Exército Brasileiro, por intermédio da melhoria da qualidade de vida da família militar e da valorização da sua força de trabalho, fatores geridos pela Instituição que influenciam o desempenho do profissional militar e do servidor civil.

O Plano Estratégico do Exército descreve que o Objetivo Estratégico do Exército 13 (OEE 13) – Fortalecer a Dimensão Humana – é um dos principais indutores do Processo de Transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

O OEE 13 tem como objetivos: - desenvolver ações de apoio à família militar e aperfeiçoar a gestão de pessoal, militares e servidores civis.

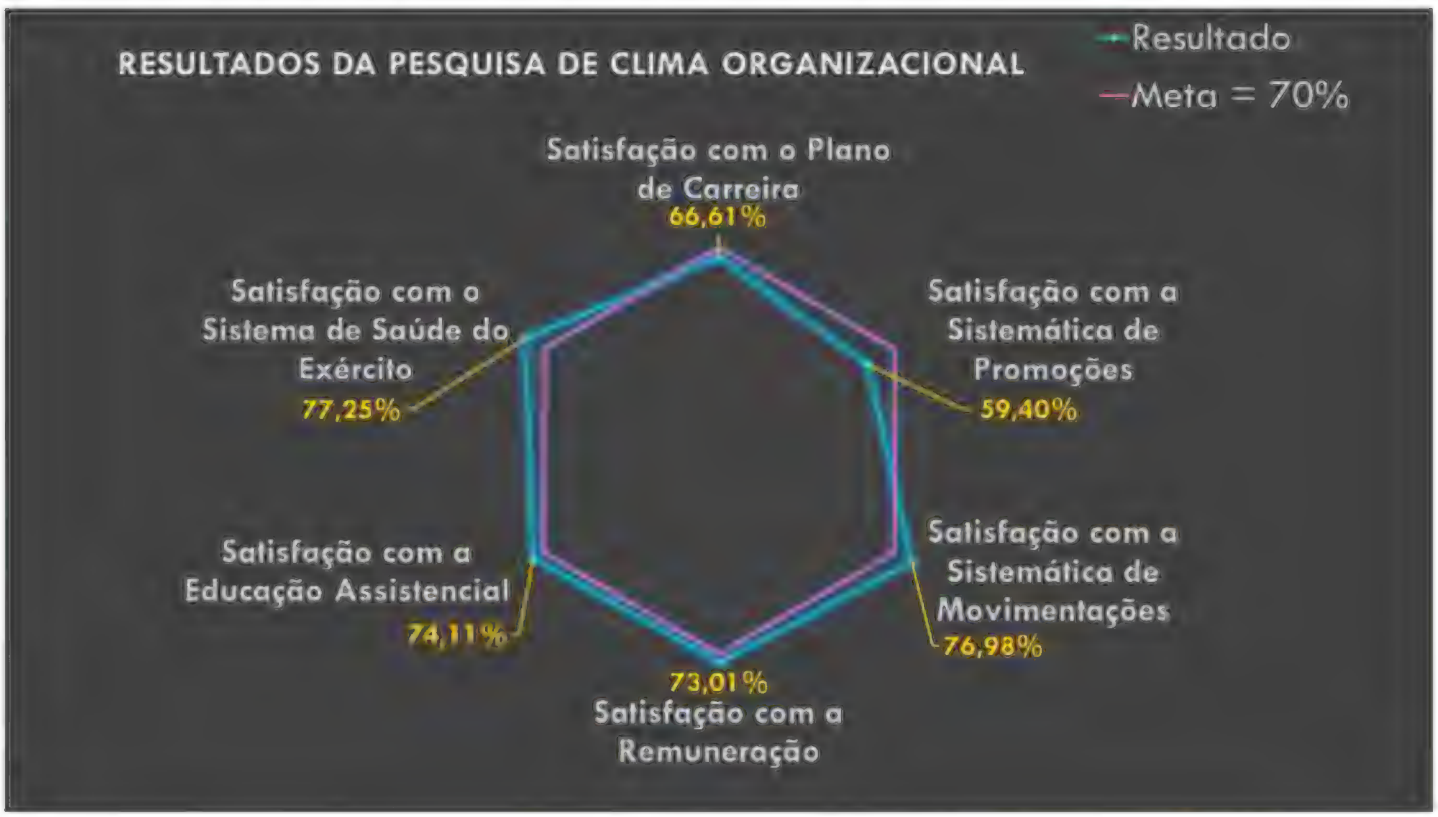
Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 70% do IR 13. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 73,97%, bastante satisfatório e superando a meta, apesar do período de pandemia conforme demonstrado a seguir.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 13

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 13.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	**= 23,12 %**	**25 % anualmente**
IT 13.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	**= 22,25 %**	**25 % anualmente**
IR -13 Índice de Fortalecimento da Dimensão Humana	= (Índice de Satisfação da Valorização da Força de Trabalho + Índice de Satisfação da Qualidade de Vida da Família Militar + Índice de Satisfação da Capacitação da Força de Trabalho + Índice de Satisfação da Infraestrutura de apoio à Dimensão Humana) / 4	**= 73,97%**	**70%**

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Nesse sentido, um instrumento de grande valia foi utilizado, a pesquisa de satisfação, a qual foi respondida, voluntariamente, e sem a necessidade de identificação, por 15.796 militares (19% do universo oficiais, subtenentes e sargentos de carreira e temporários).



Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

PROGRAMA FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de "Fortalecer sua Dimensão Humana", foi concebido o Programa "Força da Nossa Força" que busca atingir os seguintes benefícios: valorização da Força de Trabalho; modernização e sustentabilidade do sistema de saúde; melhoria da qualidade de vida da Família Militar; modernização da gestão de pessoal e contribuição para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre. Os Projetos integrantes do Programa Estratégico do Exército Força da Nossa Força estão inseridos no Objetivo Estratégico do Exército 13 - Fortalecer a Dimensão Humana.

Em 2020, o projeto apresentou os principais resultados de seus Indicadores de Desempenho, como se segue:

PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PRG FNF EM 2020

INDICADOR	METAS 2020	RESULTADO
Índice de execução física do Projeto Sistema Corporativo de Gestão de Pessoal (SisCoGeP)	57,97%	50,12%
Índice de execução física do Projeto Gestão por Competências (em processo de encerramento prematuro)	25,82%	13,07%
Índice de execução física do Projeto EBS@úde	53,4%	37,9%
Índice de execução física do Projeto MAP (concluído)	100%	100%
Índice de execução física do Projeto EBF@cil 4ª RM	45%	52%
Índice de execução física do Projeto EBF@cil 8ª RM	35%	35%
Índice de execução física do Projeto EBF@cil 9ª RM	40%	48%
Índice de execução física do Projeto EBF@cil 10ª RM	40%	41%

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

Os recursos financeiros para o Programa Força da Nossa Força têm origem no Plano de Descentralização de Recursos (PDR) assinado anualmente entre o EME e o DGP e apresentam variações em relação à previsão inicial, de acordo com o orçamento anual da Força Terrestre, e com o histórico anual de execução orçamentária do Programa.

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

3.4.4 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

AVALIAÇÃO DOS MILITARES

Atualmente, o Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) do Exército é um recurso totalmente informatizado. Disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma auto avaliação, o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

AVALIAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS

O Servidor Civil ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório, por 03 (três anos), durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observando fatores como: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme previsto no art. 41 da CF/88, com a redação dada pela EC nº 19, publicada no DOU, de 5 de junho de 1998, e os artigos 20 e 21 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Após a aprovação em estágio probatório, a efetivação da estabilidade é tornada pública através de ato do Diretor da DCIPAS, mediante publicação em Aditamento ao Boletim/DGP.

3.4.5 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

RECRUTAMENTO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O Serviço Militar Inicial consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas pela Força e compreende, na mobilização, todos os encargos com a Defesa Nacional. É realizado nas seguintes etapas: alistamento (presencial e on-line), seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação. A convocação para o Serviço Militar Inicial é feita por meio de divulgação em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível nacional como local (http://alistamento.eb.mil.br ou www.servicos.gov.br)

Serviço Militar Temporário tem caráter voluntário. É uma forma de entrada às fileiras do Exército por brasileiros de ambos os sexos, de todo o território nacional. Sua permanência na Força é de até 08 (oito) anos. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial as páginas de conteúdo das Regiões Militares.

Anualmente, existe a possibilidade de os cidadãos de todos os níveis de escolaridade (Fundamental, Médio e Superior) e das mais diversas áreas profissionais passarem a integrar o Exército Brasileiro como militares temporários.

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizado mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de Oficiais quanto para a de Graduados. Os candidatos são matriculados nas escolas de formação militar: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde do Exército (EsSEx), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Saúde e Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Em 2020, foram matriculados 2.061 alunos.

SERVIDORES CIVIS

A gestão do pessoal civil lotado no Exército Brasileiro é controlada pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), e todos esses servidores estão sob a égide da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Possuem uma vinculação às legislações militares do Exército por meio de Notas Técnicas.

Fonte: http://www.dcipas.eb.mil.br/index.php/normas-tecnicas. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

3.4.6 REMUNERAÇÃO

Em 2019, foi sancionada a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que estruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de Oficiais e Praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial. A tabela com os soldos dos militares pode ser consultada por meio do link:

https://cpex.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=119:nova-tabela-de-soldos-dos-militares&catid=17&Itemid=121

3.4.7 PROMOÇÕES NO EXÉRCITO

Os Planos de Carreira estão materializados em portarias cuja finalidade é estabelecer uma sistemática de promoções de militares de carreira das Armas, Quadros e Serviços baseados no mérito individual do militar e no seu tempo no posto ou graduação. Para todas as promoções dos militares, são organizados o Quadro de Acesso por Antiguidade (QAA), que é organizado mediante o relacionamento, em ordem decrescente de antiguidade dos militares habilitados e o Quadro de Acesso por Merecimento (QAM), que é organizado mediante o julgamento, pela Comissão de Promoções, do mérito, das qualidades e dos requisitos peculiares exigidos dos militares para a promoção.

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2020.

3.4.8 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica aos seus 723.200 (setecentos e vinte três mil e duzentos) beneficiários (militares, dependentes de militares, pensionistas de militares, bem como da assistência à saúde suplementar dos servidores Civis do Exército, pensionistas dos servidores Civis e seus respectivos dependentes) com a utilização dos Recursos da Ação 2004, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede de atendimento embasadas nas Organizações Militares de Saúde (OMS), articuladas em todo o território nacional.

3.4.9 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A INATIVOS E PENSIONISTAS

Voltados para os inativos e pensionistas, o Exército desenvolve programas que visam a melhoria do apoio social, tais como o "Programa de Inativos e Pensionistas do Exército" (PIPEX), o "Programa Irmãos de Arma" e o "Programa Pé na Estrada".

Outros detalhes poderão ser encontrados no seguinte endereço eletrônico da internet: http://www.dcipas.eb.mil.br/index.php/

3.4.10 DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBIL DE PESSOAL

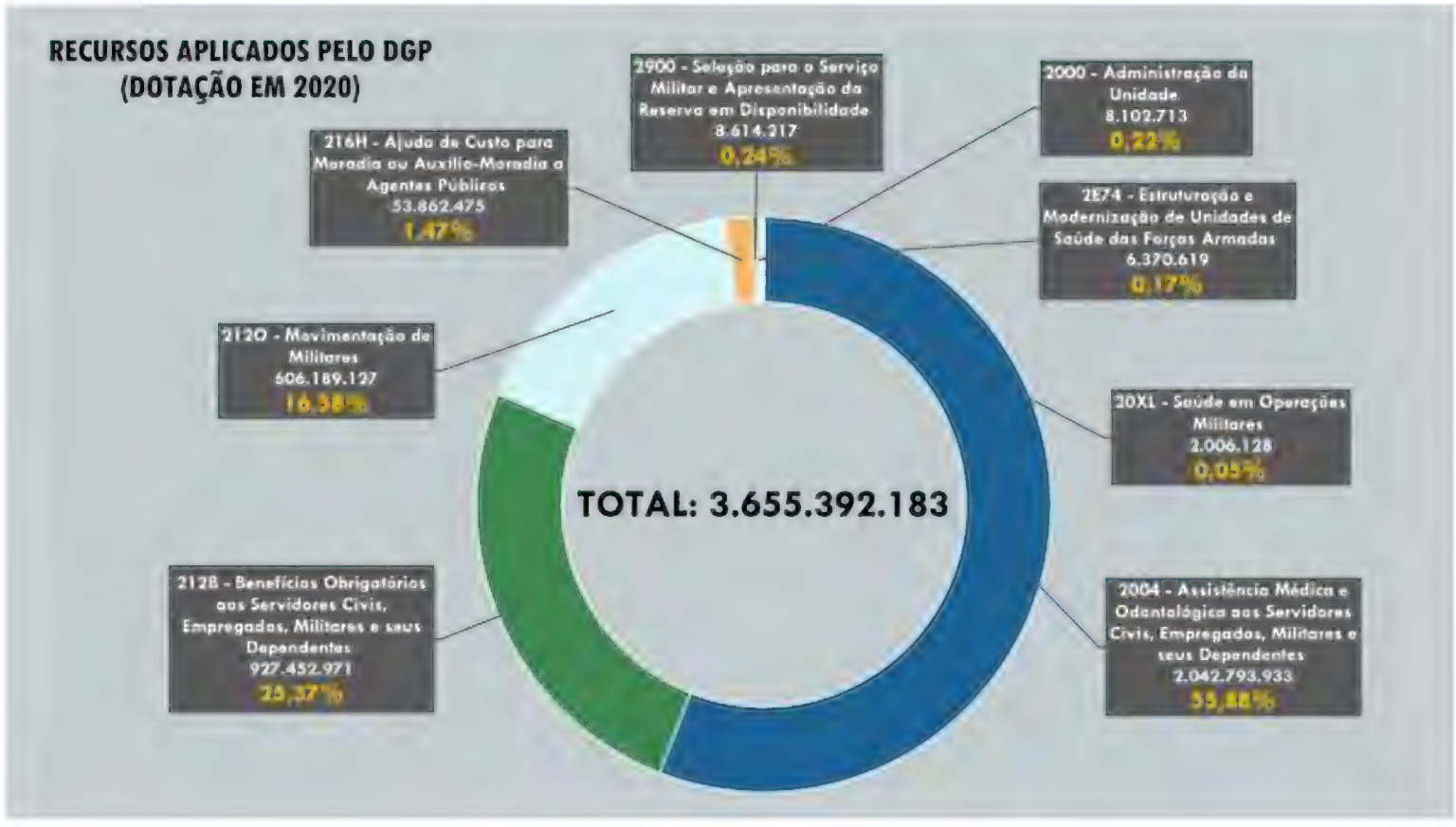
O orçamento na área de pessoal pouco variou nos últimos dois anos. As atividades de Movimentação de Militares (AO 212O) e Serviço Militar (AO 2900) foram as mais impactadas, com as consequências apresentadas mais adiante no presente relatório. A Assistência Médica e Odontológica (AO 2004) recebeu um incremento anual da ordem de R$ 100 milhões, por força do aumento de arrecadação do plano de saúde dos militares (FUSEx) e não de aumento de dotação do Tesouro Nacional.

Ex-combatente da 2ª Guerra de 99 anos é curado da Covid-19

DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE PESSOAL EM 2020

ANO	AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	% EMPENHADO 1	LIQUIDADO	% LIQUIDADO	PAGO	% PAGO
2020	**2E74** - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6.370.619	6.370.619	100%	6.320.854	99,2%	1.366.810	21,5%
	20XL - Saúde em Operações Militares	2.006.128	2.006.028	99,9%	1.532.770	76,4%	1.532.089	76,4%
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	927.452.971	927.172.439	99,9%	895.698.588	96,6%	808.240.441	87,2%
	212O - Movimentação de Militares	606.189.127	604.167.883	99,7%	602.027.837	99,7%	598.863.297	99,1%
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	53.862.475	53.862.475	100%	44.214.936	82%	44.214.936	82,1%
	2000 - Administração da Unidade	8.102.713	7.821.857	96,5%	6.034.919	77,2%	5.761.496	73,7%
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.042.793.993	2.042.413.955	99,9%	1.686.102.372	82,5%	1.668.492.990	81,7%
	2900 - Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	8.614.217	8.553.863	99,3%	7.235.334	84,6%	7.143.010	83,5%
	TOTAL:	3.655.392.243	3.652.369.119	99,9%	3.249.167.610	88,9%	3.135.615.069	85,9%

Fonte: SIOP, 2020.



Fonte: SIOP, 2020.

3.4.6 DESAFIOS, RISCOS, PERSPECTIVAS

O grande desafio da gestão de pessoal é desenvolver iniciativas, adequando-as às atuais restrições orçamentárias, decorrentes das dificuldades econômicas que o País enfrenta.

O fortalecimento da dimensão humana do Exército Brasileiro necessita de ações inovadoras que concorram para a existência de recursos humanos capazes de possibilitar à Instituição atingir os demais Objetivos Estratégicos Institucionais e a cumprir suas missões. Para tanto, faz-se necessário que o Exército possua profissionais altamente motivados, capazes de vencer as dificuldades e os desafios vindouros. Dentro desse contexto, avultam de importância os programas, projetos e outras ações direcionadas para proporcionar as melhores condições para nossos profissionais, bem como a infraestrutura para suas respectivas famílias.

Faz-se necessário, também, enfatizar a necessidade de ajustes às atuais restrições orçamentárias vigentes no Exército Brasileiro, fruto das dificuldades econômicas que enfrenta o País. Assim, há necessidade de readequar procedimentos, otimizar ações e reajustar as estruturas internas, a fim de minimizar possíveis impactos nas ações desenvolvidas em prol dos militares da ativa, inativos, pensionistas, servidores civis e seus respectivos dependentes.

No que diz respeito aos riscos relacionados à gestão de pessoal, o Exército identificou como prioritárias as seguintes vulnerabilidades:

- devido às limitações da estrutura física nas OMS e pela carência de recursos humanos destinados à área de saúde, poderão ocorrer dificuldades em atender adequadamente as demandas dos usuários do Sistema de Saúde do Exército (SSEx), o que poderá afetar a qualidade de vida da família militar;

- devido à desatualização da doutrina e da concepção do Sistema de Saúde Operacional no Exército, poderá acarretar um suporte de saúde inadequado aos militares empregados em operações, o que poderá comprometer a integridade física do combatente da Força Terrestre;

- devido à restrita disponibilidade de PNR e às limitações estruturais do Sistema de Assistência Social do Exército, poderão acarretar o declínio do bem estar da família militar, o que poderá levar à queda da qualidade de vida da dimensão humana;

- em função de planos de carreira que ainda se encontram em processo de aperfeiçoamento, poderá ocorrer uma desmotivação de alguns setores da Força de Trabalho, o qual poderá prejudicar o desempenho profissional de militares e servidores civis; e

- em razão de processos de gestão de pessoal desatualizados e pouco integrados, poderá ocasionar a vulnerabilidade e inadequação dos sistemas computacionais corporativos na área de pessoal do Exército, o que poderá comprometer a confiabilidade dos dados e das informações utilizadas nos processos relacionadas a Dimensão Humana da Força Terrestre.

Quanto às perspectivas de futuro, com vistas a fazer frente aos desafios impostos e aos riscos visualizados, o Exército entende ser fundamental:

1) desenvolver ações de apoio à família militar, com prioridade para as áreas de saúde – em tempo de paz e em operações – moradia, assistência social, assistência religiosa, lazer e ensino assistencial; e

2) aperfeiçoar a gestão de pessoal, militares e servidores civis, por suas competências e pelo seu desenvolvimento ao longo de toda a carreira, assim como melhoria da capacitação das pessoas e estruturação de planos de carreira capazes de atrair, reter, apoiar, motivar e comprometer todos os integrantes da Instituição.

Para isso, tornam-se imprescindíveis os investimentos na capacitação do pessoal, a utilização otimizada da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a promoção da melhoria contínua. Deve-se, ainda, buscar parcerias estratégicas, inclusive com o meio acadêmico, para a adoção das melhores práticas de gestão nessa área do conhecimento.

Tudo isso, portanto, permitirá que o Exército gerencie de forma mais eficaz, eficiente e efetiva a Dimensão Humana da Força, contribuindo para o aumento do nível de operacionalidade da Força Terrestre.

3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE

3.5.1 INTRODUÇÃO

A Logística Militar Terrestre é atividade que busca a obtenção de capacidades de materiais, seu respectivo recompletamento, atendendo os seus planejamentos, tendo como órgão de direção setorial o Comando Logístico (COLOG).

Neste contexto, busca-se implementar um efetivo sistema de gestão logística de forma a racionalizar, adequar e modernizar as estruturas e organizações logísticas, considerando as prioridades e peculiaridades das hipóteses de emprego; aproximar a estrutura logística de paz à de conflito/guerra e obter a capacidade de sustentar as mobilidades operacional e tática.

Para executar essas atividades, são utilizados recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) do COLOG, do Fundo do Exército (F Ex), da LOA do Estado-Maior do Exército (EME) e de Destaques, cuja execução em 2020 consta na tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO COLOG EM 2020

AO1	RECEBIDO	DISTRIBUÍDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
LOA COLOG	1.206.563.799,93	1.206.442.961,42	1.206.009.791,83	673.388.939,02	661.415.796,83
F Ex	26.500.739,55	26.480.380,01	26.364.451,83	16.089.840,94	15.976.198,06
LOA EME	633.448.006,13	633.342.290,16	633.340.050,71	484.454.983,08	439.368.560,69
DESTAQUES	240.341.283,95	240.088.887,23	238.246.015,35	93.396.633,67	82.952.576,47
TOTAL	**2.106.853.829,56**	**2.106.354.518,82**	**2.103.960.309,82**	**1.267.330.396,71**	**1.199.713.132,05**

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

A diferença referente aos saldos dos valores recebidos e empenhados, referem-se a saldos devolvidos ao MD (COVID-19, 610) e saldos residuais não aplicados além da diferença cambial.

3.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades estabelecidas pelo Objetivo Estratégico 08 (OEE) - Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar - consistem em basear o Sistema Logístico Militar Terrestre em Tecnologia da Informação (TIC) e em estruturas evolutivas na área de logística com foco no amplo espectro, de forma a ser efetivo na previsão, provisão, manutenção e reversão dos meios e serviços necessários à execução das funções logísticas nas diversas situações de emprego.

As características essenciais de flexibilidade e sustentabilidade devem ser evidenciadas nesse sistema, de modo a se obter a necessária prontidão logística que permita rápida adaptação da situação às diferentes mudanças nas condições das operações.

No Plano Estratégico do Exército (PEEx – OEE08) constam dois projetos estruturantes do Sistema de Logística Militar Terrestre (SLMT): Projeto Adequação da Infraestrutura de Transporte (PAIT) e Projeto Sistema de Gestão Logística (SIGELOG).

No ano de 2020, o Índice de aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre obteve os seguintes resultados, conforme tabela abaixo:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 08

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 8.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 21,12 %	25 % anualmente
IT 8.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 22,03 %	25 % anualmente
IR – 08: Índice de aperfeiçoamento do SLMT	= (Percentual de desenvolvimento do SIGELOG + Índice de Desempenho do PAIT e Prg EE SLMT (IDPT)) / 2	= 44,05 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 08. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 44,97%, que foi muito abaixo da meta. Os efeitos da pandemia prejudicaram muito os resultados do OEE 08.

3.5.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES E RESULTADOS

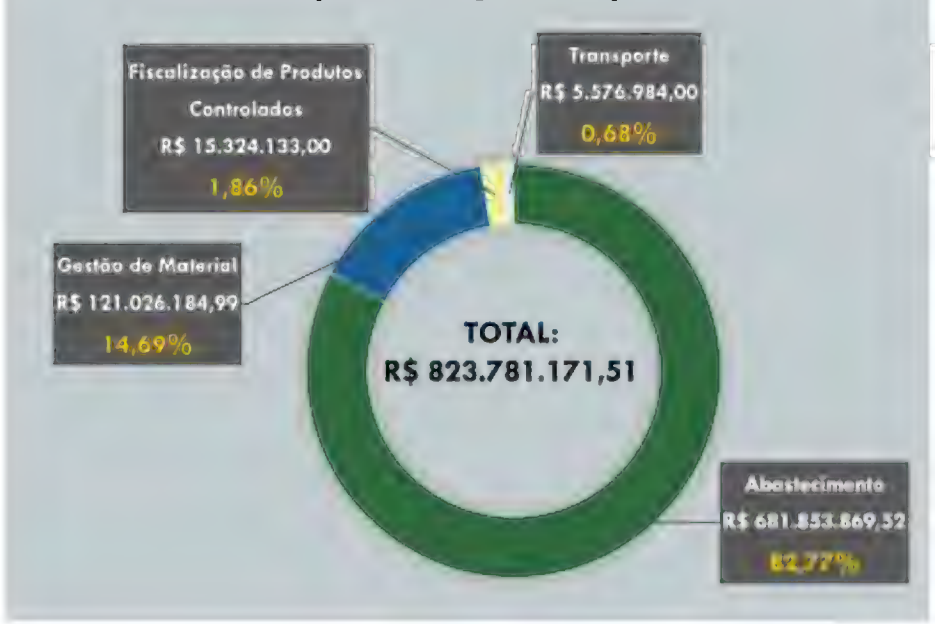
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS PARA PROVER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO EM 2020 (EM REAIS)

	AO	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	TAXA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Alimentação de pessoal	212B	734.755.886,00	734.660.854,00	502.387.730,00	496.598.171,00	100%
Munição	21A0	227.195.590,00	227.185.667,00	63.610.187,00	63.507.077,00	12 Regiões Militares
Fardamento	2865	215.018.030,00	214.966.850,72	43.773.703,00	38.881.996,00	169.693 militares atendidos
Programa de Auditoria em Segurança Alimentar (PASA)	212B	61.011.728,96	60.959.596,76	37.824.438,51	37.503.979,05	397 Organizações militares atendidas de 655 (60,61%)
Combustível automotivo	21A0	24.832.755,10	24.832.755,10	22.915.076,01	22.909.132,60	655 Organizações militares atendidas
Remonta e veterinária	21A0	14.728.637,00	14.726.254,00	11.342.735,00	11.141.779,00	97 Organizações militares atendidas
TOTAL	-	**1.277.592.627,06**	**1.277.331.977,58**	**681.853.869,52**	**670.542.134,65**	-

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

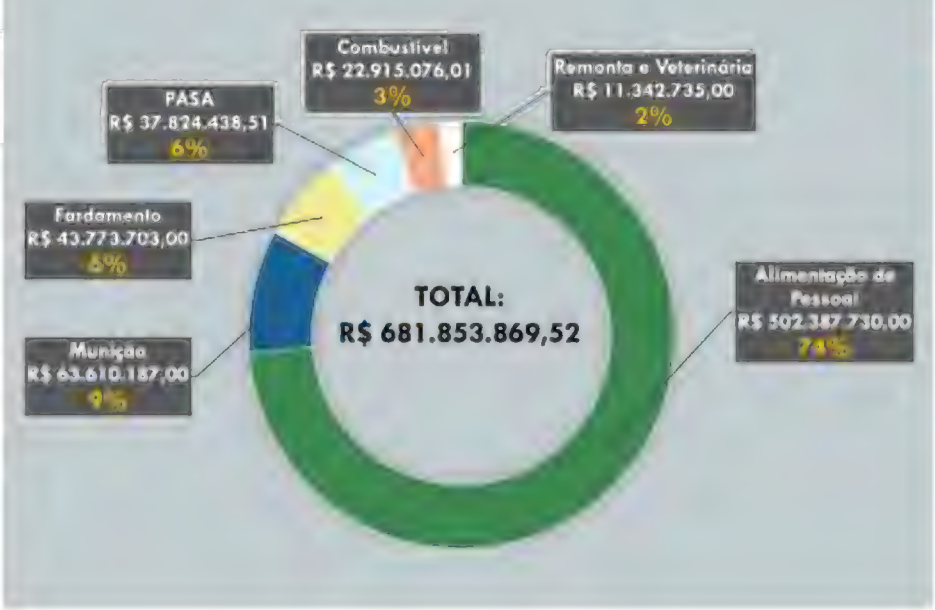
A diferença referente aos saldos dos valores recebidos e empenhados, referem-se a saldos residuais não aplicados além da diferença cambial.

RECURSOS APLICADOS NA GESTÃO LOGÍSTICA EM 2020 (VALOR LIQUIDADO)



Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

RECURSOS UTILIZADOS NA GESTÃO DE MATERIAL EM 2020 (VALOR LIQUIDADO)



Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

Meios logísticos da 16ª Bda Inf Sl (Tefé-AM) chega à Manaus-AM Operação Amazônia

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS NA GESTÃO DE MATERIAL EM 2020 (EM REAIS)

	AO	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	TAXA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Material e equipamentos militares	21A0	57.010.958,00	56.947.440,00	35.876.113,00	34.924.523,00	655 Organizações Militares atendidas
Blindados Leopard / Gepard	21A0	34.774.258,00	34.773.472,81	32.716.892,00	32.716.892,00	17 Organizações Militares atendidas em um total de 322 viaturas
Lubrificantes automotivo e armamento	21A0	6.517.708,90	6.176.982,29	3.932.742,99	3.927.596,40	655 Organizações Militares atendidas
Material de aviação	21A0	53.012.842,17	53.005.150,11	48.500.437,00	48.099.206,00	Taxa de disponibilidade de aeronaves de 50,56%
TOTAL	-	**151.315.767,07**	**150.903.045,21**	**121.026.184,99**	**119.668.217,40**	-

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

A diferença referente aos saldos dos valores recebidos e empenhados, referem-se a saldos residuais não aplicados além da diferença cambial.

RECURSOS UTILIZADOS NA GESTÃO DE MATERIAL EM 2020 (VALOR LIQUIDADO)

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS NA GESTÃO DE TRANSPORTE EM 2020 (EM REAIS)

AO	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
21A0	8.745.861,00	8.740.191,00	5.576.984,00	5.465.393,00

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

Transporte de Carga
1º Batalhão de Aviação do Exército (CMSE)

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS EM 2020

AO	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	OPERAÇÕES
2919	21.463.122,00	21.425.345,00	15.324.133,00	15.269.019,00	26 operações de fiscalização em 6.372 eventos 4.811 registros, controles e fiscalização (indústria e comércio) 48.183 ações realizadas

Fonte: SIOP (data da consulta: 12 de fevereiro de 2021).

A diferença referente aos saldos dos valores recebidos e empenhados, referem-se a saldos residuais não aplicados além da diferença cambial.

Link: http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/conteudo-do-menu-superior/31-dados-abertos/559-sisgcorp

3.5.4 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

A atual logística não está totalmente adequada às hipóteses de emprego. Está baseada no transporte rodoviário e na padronização das estruturas e organizações de apoio logístico que não consideram as peculiaridades e exigências das diferentes áreas estratégicas. É de se ressaltar, também, que a implantação do Sistema Integrado de Gestão Logística, em andamento, permitirá o conhecimento da situação real e oportuna das necessidades logísticas.

Neste contexto, caracterizam-se como desafios a expansão das estruturas de Governança e implementação dos seus processos gerenciais de direcionamento, monitoramento e controle, ampliando a capacidade do Exército de intervir com oportunidade para o aperfeiçoamento, racionalização e efetividade da gestão logística.

O fator de risco mais relevante é a não disponibilização dos recursos financeiros planejados. A medida de controle estabelecida como diretriz é priorizar todas as ações e executar as de maior prioridade no caso de redução dos recursos.

Ademais, essa não disponibilização dos recursos pode dificultar a aproximação da estrutura logística de paz à de conflito e a obtenção da capacidade de sustentar as mobilidades operacional e tática.

Como oportunidades de malhoria, foi identificado que uma maior interação com a Chefia de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa e com as demais Forças Singulares possibilitaria o intercâmbio de informações e a sinergia de esforços.

Vislumbra-se, também, a oferta pelas agências governamentais e setores da sociedade civil de oportunidades de negócio nas diversas áreas de atuação, incluindo o intercâmbio de conhecimento com o meio científico e a capacitação dos recursos humanos, principalmente no que diz respeito à obtenção de conhecimento sobre gestão do ciclo de vida de sistemas de defesa, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para divulgação à comunidade de aquisição de defesa.

A existência de bancos de dados públicos e privados com informações relevantes sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e atividades logísticas em geral e o alinhamento de projetos e ações no âmbito dos demais ministérios que possibilitem o aporte de novos recursos orçamentários são oportunidades que se apresentam no âmbito da Logística Militar Terrestre.

Como perspectivas e ações futuras destacam-se:

- aumentar a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre por meio do aperfeiçoamento dos processos de suprimento;

- ampliar a mobilidade e a capacidade de transporte da Força, por meio da reestruturação da Aviação do Exército;

- ampliar e desenvolver novas capacidades para atuar na fiscalização de produtos controlados e aperfeiçoar o apoio logístico ao Exército;

- estabelecer uma doutrina de logística militar atual e compatível com uma força transformada, observando a Estratégia Nacional de Defesa;

- aumentar a efetividade na gestão orçamentária e financeira;

- monitorar e coordenar a implementação de uma efetiva gestão logística por meio da capacitação profissional e utilização de sistemas de informação;

- aperfeiçoar o sistema informatizado de planejamento, de execução, de controle e de melhorias logísticas; e

- aperfeiçoar as estruturas físicas e tecnológicas existentes, com a aquisição e/ou modernização das instalações, das viaturas, das aeronaves, dos equipamentos e da infraestrutura para a TI.

Lançamento de Carga

3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.1 INTRODUÇÃO

A fim de prover a gestão patrimonial e da infraestrutura, o Exército Brasileiro (EB) dispõe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que tem sob sua subordinação a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA).

A DPIMA é responsável por superintender as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União jurisdicionados ao Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas.

Para cumprir a missão, utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

3.6.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA DE ENGENHARIA (Prg EE PENSE)

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Engenharia (Prg EE PENSE) integra o Subportfólio Estratégico do Exército Geração de Força e concorre para o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) 1 (Contribuir com a Dissuasão Extrarregional), 3 (Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social) e 12 (Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura), todos do Plano Estratégico do Exército.

Cabe ainda destacar que, o programa em tela busca ampliar a capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército para garantir o efetivo apoio de engenharia no emprego da Força Terrestre, em operações militares e nas atribuições subsidiárias, bem como para aperfeiçoar a gestão ambiental das atividades militares no âmbito do Exército.

No âmbito orçamentário, no ano de 2020, o Prg EE PENSE aplicou recursos da **Ação Orçamentária 156M** (Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro) **do Plano Orçamentário 05** (Reestruturação do Sistema de Engenharia do Exército)**, o total de R$ 2.717.481,88** (dois milhões, setecentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme o abaixo especificado:

OM	OEE	ATIVIDADE ESTRATÉGICA	PROJETO/AÇÃO COMPLEMENTAR	META FÍSICA	PLANEJADO (R$)	RECEBIDO (R$)
DEC*	1	1.1.7 Reestruturar o Sistema Engenharia	Gerenciamento do Programa	Pacote de trabalho de reuniões, inspeções e visitas técnicas	35.000,00	3.406,78
DOC/ 2º BFv*	12	12.2.1.3 Adequar as instalações e meios do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)	Projeto Centro de Instrução de Engenharia	Aquisição de material, mobiliário e adaptação de instalações	777.415,00	833.595,05
DOC/ 2º BFv*	12	12.2.1.3 Adequar as instalações e meios do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)	Projeto Centro de Instrução de Engenharia	Adequação de infraestrutura do 2º B Fv - inserido no Projeto Centro de Instrução de Engenharia (OBRAS)	800.000,00	800.000,00
DME*	1	1.1.7.2 Obter material (SMEM) de Engenharia.	Projeto Obtenção de Material de Engenharia	Aquisição de Material de Engenharia	900.000,00	922.519,78
DME*	3	3.2.4.1 Reestruturar o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB) (2020-2023)	Aquisição de Material e Capacitação de Pessoal do Sistema de Gestão de Material Cl VI e Catalogação	Capacitação de Pessoal	116.000,00	58.895,62
DPIMA*	1	1.1.7.2 Obter material (SMEM) de Engenharia	Projeto Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro	Capacitação de Pessoal	100.000,00	58.414,37
6ª Cia E CmbSl*	1	1.1.7.1 Implantar a 6ª Cia E CmbSl no Comando Militar do Norte	Ação Complementar Implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva	Aquisição de material em apoio à implantação da OM	0,00	40.650,28
SOMA	-	-	-	-	**2.728.415,00**	**2.717.481,88**

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

* LEGENDA:
- DEC: Departamento de Engenharia e Construção.
- DOC/ 2º BFv: Diretoria de Obras e Cooperação do 2º Batalhão Ferroviário.
- DME: Diretoria de Material de Engenharia.
- DPIMA: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.

Especial atenção deve ser dada às entregas realizadas, nos últimos três anos, conforme segue:

ANO	PRINCIPAIS ENTREGAS DO PRG EE PENSE
2017	- Implantação do Comando do 4º Grupamento de Engenharia no Comando Militar do Sul - Implantação do Comando do 5º Grupamento de Engenharia no Comando Militar do Leste - Implantação da Diretoria de Material de Engenharia - Proposta do Manual de Engenharia - "A Engenharia nas Operações" - Estudo de Viabilidade para implantação do Batalhão de Engenharia de Selva no Comando Militar da Amazônia - Aquisição de Material de Engenharia - Portada Ribbon
2018	- Conclusão da implantação da Diretoria de Material de Engenharia
2019	- 01 (um) componente do módulo de Portada Ribbon - 01 (um) lote de rede camuflagem multiespectral - Marcos regulatórios para transformação do Centro de Instrução Engenharia de Construção em Centro de Instrução Engenharia - Concepção organizacional e doutrina para implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

Na perspectiva socioeconômica, a aplicação de recursos nas instalações relativas ao Projeto Centro de Instrução de Engenharia proporcionará as melhores condições para a capacitação de recursos humanos na área funcional de engenharia, contribuindo para o aumento do grau de aptidão das OM que se valerão de pessoal mais qualificado para o cumprimento das missões.

Ainda no âmbito do Prg EE PENSE, o Projeto Obtenção de Material de Engenharia tem aplicado recursos para aquisição de material com vistas a aumentar o nível de operacionalidade das organizações militares.

Por outro lado, os recursos aplicados pelo Programa, em apoio à implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, permitem que a Força Terrestre eleve a sua presença na área estratégica da Amazônia Legal, aumentando seu poder dissuasório contra ameaças ao proporcionar que aquela área estratégica conte com meios mais adequados para a sua defesa.

3.6.3 RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

3.6.3.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Em atenção às atividades de patrimônio imobiliário e meio ambiente, durante o ano de 2020, a DPIMA apoiou Organizações Militares com recursos orçamentários da atividade de cercamento patrimonial, descentralizando a quantia de R$ 8.115.966,18 (oito milhões, cento e quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos) das ações 156M e 219D.

O supracitado montante atendeu aos Comandos Militares de Área (C Mil A), possibilitando o cercamento das áreas das OM, contribuindo para a demarcação e segurança dos bens jurisdicionados ao EB.

Em relação ao **desfazimento de ativos**, foram autorizados os processos abaixo que estão em fase de conclusão, nas Regiões Militares, Grupamentos ou na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para que sejam adotadas as medidas administrativas adequadas:

a. alienação de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Mato Grosso do Sul - NOCAD MS 09 -0224 com 600 m²) administrado pelo Comando do Exército, autorizada pela Portaria nº 508, de 21 de maio de 2020;

b. devolução de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Piauí - NOCAD PI 10-0001 com 138.629,25 m²)administrado pelo CmdoEx à Secretaria de Patrimônio da União, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 054, de 11 de maio de 2020;

c. devolução de Parcela de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Pernambuco - NOCAD PE 07-0137 com 4.179,47 m²) administrado pelo Comando do Exército à Secretaria de Patrimônio da União, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 055, de 11 de maio de 2020 e Apostilamento publicado em 30 de setembro de 2020; e

d. transferência de Jurisdição de fração de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Mato Grosso do Sul - NOCAD MS09-0126 com 1 050,00 m²) administrado pelo Comando do Exército à Secretaria de Patrimônio da União para posterior afetação ao Comando da Aeronáutica, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 134, de 30 de setembro de 2020.

Cabe destacar que não houve locação de imóveis e equipamentos relativos à administração predial, nem mudanças e desmobilizações relevantes.

3.6.3.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Em 2020, o Sistema de Obras Militares gerenciou obras e serviços de engenharia realizados em Organizações Militares e em Próprios Nacionais Residenciais (PNR) dos Comandos Militares de Área do Exército, que abrangem todo o território nacional.

Próprio Nacional Residencial
Belém-PA

Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército.

Os recursos empregados foram provenientes dos Programas Estratégicos do Exército e de ações orçamentárias destinadas à modernização e manutenção das benfeitorias da Força Terrestre.

O quadro a seguir mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2020:

3.6.3.3 MATERIAL DE ENGENHARIA

RECURSOS APLICADOS EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM 2020		
TIPO	**VALOR (R$)**	**QTD OBRAS/SVENG REALIZADOS**
Investimento	R$ 333.840.783,02	476
Custeio	R$ 83.169.064,50	1.116
TOTAL	**417.009.847,52**	**1.592**

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

O montante de recursos aplicados (liquidados) com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia, em 2020, foi de R$ 8.182.564,14 (oito milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e catorze centavos), conforme discriminação abaixo:

AO	DESCENTRALIZADO R$	LIQUIDADO R$
21A0 – Aprestamento das Forças	3. 081.722,18	1.338.856,54
2911 – Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	11.715.619,73	6.843.707,60
SOMA	**14.797.341,91**	**8.182.564,14**

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

3.6.4 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

A fim de incrementar as ações de proteção da área patrimonial e evitar invasões, a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente incentiva, por meio de descentralização de recursos orçamentários, a aquisição de máquinas de fabricação de telas em determinadas OM fabricantes, a fim de que as mesmas possam suprir outras organizações militares dos seus respectivos C Mil A, além de outros insumos que permitam o cercamento das áreas patrimoniais jurisdicionadas ao Exército Brasileiro.

As ações de vigilância e fiscalização das áreas patrimoniais devem ser intensificadas, por meio de patrulhas patrimoniais, sejam motorizadas ou por meio de drones, estes nos casos em que as organizações militares possuem extensas áreas de difícil acesso. Para isso, a DPIMA, deve analisar e atender, dentro das possibilidades orçamentárias, as demandas por drones das organizações militares; enquanto o DEC deve realizar gestões junto ao COLOG no sentido daquele ODS destinar cotas de combustíveis para atender a atividade de patrulha patrimonial motorizada.

No âmbito do patrimônio imobiliário, cabe salientar o desafio em estabelecer medidas de controle para mitigar os riscos de divergências entre o saldo lançado no SIAFI para o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET). Por isso, serão realizadas três reuniões com a DOM, no período de fevereiro a maio de 2021.

Cabe ainda realçar a necessidade de aperfeiçoamento do Plano de Gestão de Riscos referente à Gestão do Patrimônio Imobiliário da União. Desta maneira, as Subseções da Seção de Patrimônio Imobiliário da DPIMA deverão reavaliar os riscos inerentes aos processos de suas subseções até até julho de 2021.

Obras na BR 116 entre Guiba-RS e Tapes -RS (CMS)

3.7. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

3.7.1 INTRODUÇÃO

O arcabouço normativo que trata da informação no Exército Brasileiro (EB) parte de seu documento base, a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 856, de 12 de junho de 2019. Ela define a Governança da Informação como consistindo nos mecanismos de liderança, de estratégia e de controle colocados em prática para avaliar, para direcionar e para monitorar a gestão da informação para alcançar os objetivos nela definidos.

3.7.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Informação (IR 07) e obteve resultado de 88,28% em 2020.

No âmbito do EB, a gestão estratégica da informação está vinculada, no Planejamento Estratégico do Exército (PEEx), ao Objetivo Estratégico do Exército 7 (OEE 7) – Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação.

No que se refere a Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), a gestão estratégica da informação encontra-se vinculada, principalmente, aos seguintes macroprocessos da gestão interna: Tecnologia da Informação, Gestão da Informação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Ressalta-se, novamente, que devido à sua transversalidade, as atividades do OEE 7 também permeiam os demais macroprocessos do Exército.

O indicador de desempenho do OEE nº 7 é materializado por intermédio do Indicador de Aprimoramento da Gestão Estratégica da

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 07

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 7.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 16,12 %	25 % anualmente
IT 7.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 15,03 %	25 % anualmente
IR – 07 Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação	= (Índice de estruturação da gestão estratégica de TIC + Índice de reorganização do SINFOEx + Índice de aperfeiçoamento da infraestrutura do Sistema de Comando e Controle)/2	= 88,28 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 13. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 88,28%, bastante satisfatório, tendo em vista o período de pandemia.

3.7.3 GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação (TI) do EB é alinhado ao seu modelo de governança corporativa e tem como sua máxima instância o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx).

Para assessorar tecnicamente o CONTIEx, foi constituído o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI).

As orientações para a governança de Tecnologia da Informação estão especificadas na Concepção Estratégica de TI do Exército (CETI), que abrange a estrutura organizacional existente, o diagnóstico da situação atual, a visão de futuro e os objetivos estratégicos de TI, tudo alinhado aos objetivos estratégicos do EB.

Compete ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Órgão de Direção Setorial (ODS), a missão de entregar soluções científico-tecnológicas necessárias à implementação de capacidades da Força Terrestre (F Ter).

Em sua estrutura organizacional, o DCT dispõe da Chefia de Tecnologia da Informação e Comunicações (Ch TIC), a qual coordena a atuação de quatro Organizações Militares (OM) subordinadas, a saber:

- Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS);
- Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx);
- Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Cmdo Com GE Ex); e
- Diretoria do Serviço Geográfico (DSG).

Para executar as diversas atividades relacionadas à Gestão Estratégica da Informação, o DCT possui uma ação orçamentária (AO) específica, denominada AO 20XE, cuja execução orçamentária consta no gráfico abaixo:

A maior parcela do valor não empenhado corresponde ao saldo de créditos não aplicados na produção de geoinformação básica.

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

3.7.4 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS CORPORATIVOS

O CDS tem a missão de conceber, de analisar, de desenvolver, de integrar, de aperfeiçoar, de avaliar, de manter e de sustentar produtos de *software* e estruturas de dados de sistemas corporativos de interesse do EB, suportando cada ciclo de vida de *software* para o EB.

Para a execução das suas atividades, o CDS, em 2020, aplicou os recursos recebidos, conforme o gráfico abaixo:

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

Dentre os sistemas e produtos entregues pelo CDS em 2020, cita-se:

- aperfeiçoamento do Sistema de Protocolo Eletrônico do Exército (SPED);

- desenvolvimento do Painel da covid-19 para o Centro de Coordenação de Operações de Saúde (CCOpSau) do Departamento Geral do Pessoal (DGP);

- integração do alistamento on-line (serviço militar obrigatório) ao portal do governo federal "GOV.BR";

- disponibilização do Sistema de Identificação Biométrica do Exército (SIBEx);

- desenvolvimento de um aplicativo para o apoio na tomada de decisão nas movimentações de militares entre as diversas guarnições do EB no território nacional;

- Projeto EB-S@úde, que se destina a melhorar a gestão técnica e administrativa das organizações militares de saúde (OMS), das unidades gestoras do Fundo de Saúde do Exército (UG FUSEx) e demais unidades gestoras (UG) da F Ter, bem como dar suporte às decisões estratégicas, operacionais e táticas relativas à saúde assistencial, ao cadastro de beneficiários e à gestão dos recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais e humanos do Sistema de Saúde do Exército (SSEx);

- Projeto Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG), que atua na gestão do ciclo de vida dos materiais em uso na Força;

- Projeto EBCORP, que trata da gestão da principal base de dados corporativos do EB;

- Projeto SIGADEx, que trata do gerenciamento das atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos no âmbito do EB;

- Projeto GPEx, que se destina ao gerenciamento de projetos em geral pelo EB;

- Projeto SISFPC, que se destina ao apoio à gestão da fiscalização de produtos controlados pelo Exército;

- Projeto Integrador, que visa a integrar e compartilhar informações e conhecimentos entre o EB e órgãos parceiros da administração pública, de modo a aumentar a eficácia das ações na proteção da sociedade; e

- Projeto Interface de Tráfego em Contingência (ITC), uma aplicação de comunicações de dados para interoperar em ambientes de redes heterogêneas (ethernet/HF) e trafegar dados por longas distâncias por meio da Rede Rádio Fixa do EB, em um cenário de desastres naturais, calamidades públicas, situações extraordinárias da tropa ou grandes eventos.

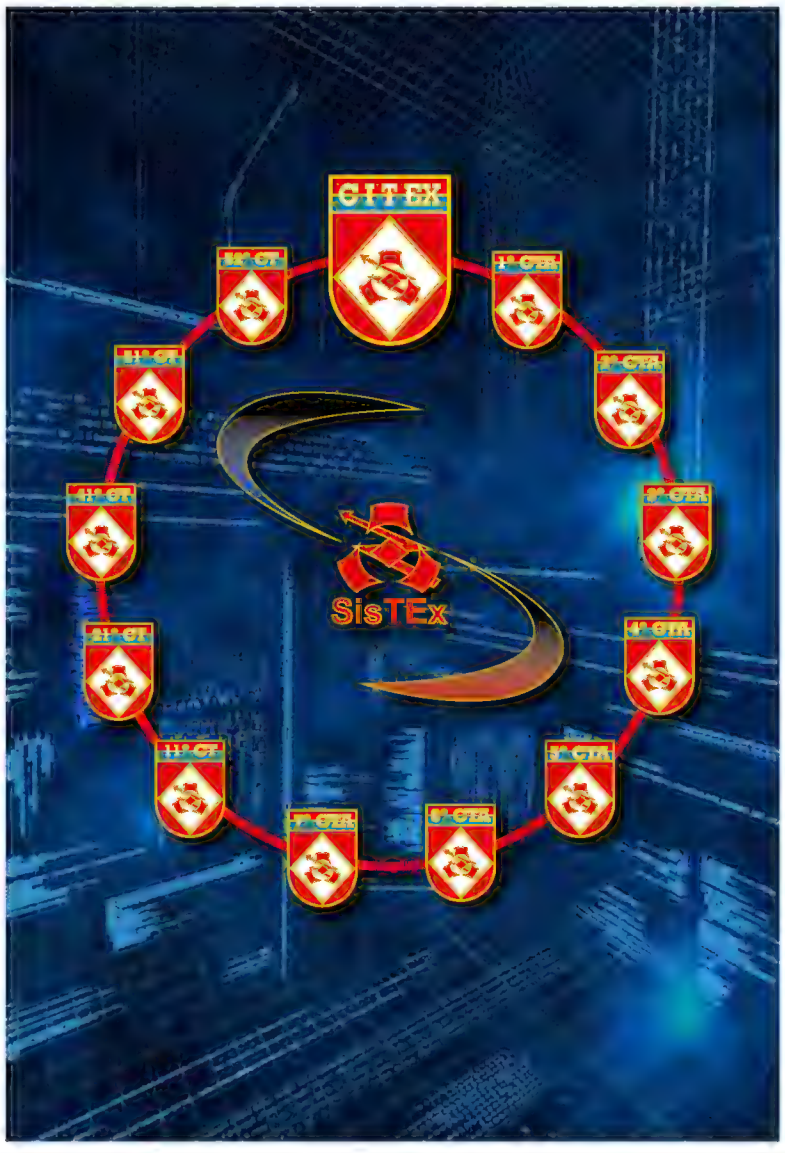
Alistamento Online

3.7.5 SISTEMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE

O Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) tem a missão de proporcionar as bases física e lógica para o funcionamento do SC²Ex, sua integração ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC²FTer) e ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²), bem como explorar, manter e realizar o gerenciamento técnico do Sistema Estratégico de Comunicações do Exército, com o adequado nível de segurança da informação.

Para o cumprimento de sua missão, o CITEx dispõe de doze organizações militares diretamente subordinadas (OMDS), denominadas Centros de Telemática de Área (CTA) e Centros de Telemática (CT), as quais se situam nas sedes dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares.

Em 2020, o CITEx aplicou um total de R$ 43.160.782,04



(AO 20XE), sendo R$ 11.791.377,18 na operação e hospedagem de serviços de TI, R$ 23.369.404,86 na operação das comunicações estratégicas e R$ 8.000.000,00 no Projeto Amazônia Conectada (PAC), conforme gráfico ao lado:

Fontes: SIOP (Acesso em 05 de janeiro de 2021)

O CITEx desenvolveu diversos projetos e processos, tais como a implantação, expansão, manutenção e reestruturação de redes nacionais e regionais; o aperfeiçoamento e a operação das redes metropolitanas e da rede corporativa do Exército (EBNet), bem como a hospedagem de todos sistemas corporativos do EB em Data Centers e a capacitação de pessoal em todos os sistemas informacionais do EB.

Entre todos os projetos e programas nos quais o CITEx está inserido, destaca-se o Programa Amazônia Conectada (PAC), que é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação para expandir a infraestrutura de comunicações e contribuir para as ações do Governo Federal no

âmbito do Programa Nacional de Banda Larga na Região Amazônica.

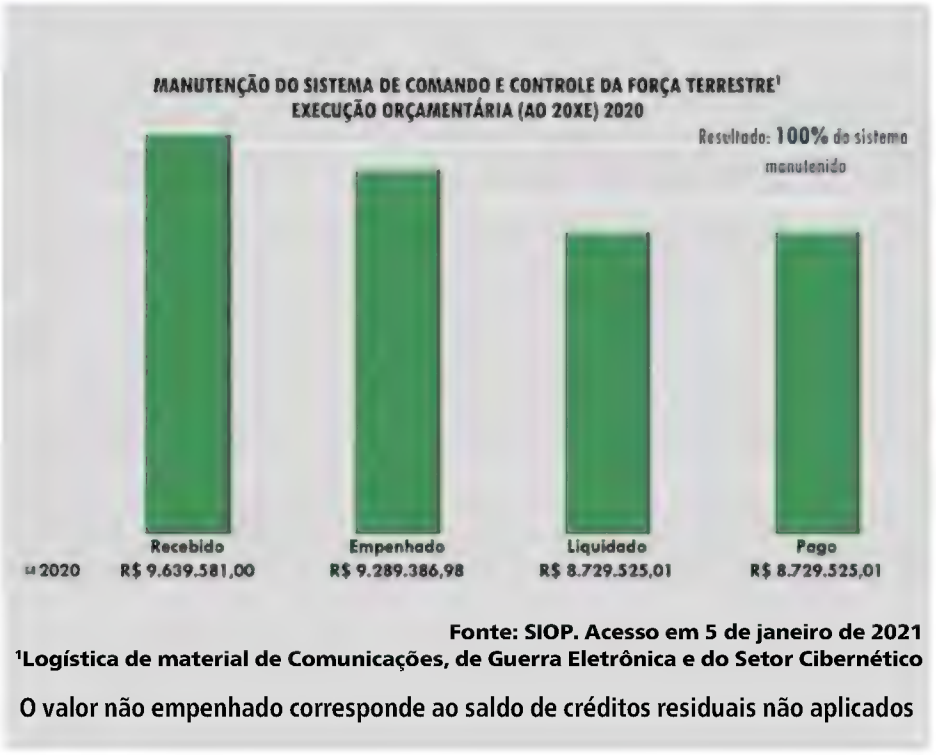
No contexto do PAC, coube ao EB implantar a infraestrutura óptica subfluvial nos leitos de rios da região, tendo sido executadas duas fases desse projeto até o momento. Em 2020, foram lançados mais de 330 km de cabos subfluviais nos trechos de Novo Airão (AM) a Barcelos (AM), passando por Vila de Moura (AM).

3.7.6 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DA FORÇA TERRESTRE

O Cmdo Com GE Ex tem por missão gerar e gerir as capacidades operativas de comunicações, de guerra eletrônica e de guerra cibernética em proveito da F Ter, cooperando, ainda, na capacitação de recursos humanos, na formulação doutrinária e em operações, além de realizar a gestão do material de comunicações (conjunto de sistemas e equipamentos de emprego militar que possibilitam a transmissão de dados e informações, conferindo a capacidade de coordenação e de operação aos Comandos Militares).

Além disso, também tem a seu encargo as atividades de coordenação e planejamento do projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Enquadra OMDS que são responsáveis pelos procedimentos de logística do material de comunicações (Centro Logístico), pelo ensino de Comunicações e de Guerra Eletrônica (Escola de Comunicações e Centro de Instrução de Guerra Eletrônica) e pelo emprego operacional (1º Batalhão de Guerra Eletrônica e Companhia de Comando e Controle).

Em 2020, foram disponibilizados os recursos constantes no gráfico abaixo abaixo:



Com os recursos da AO 20XE, foram realizados investimentos na aquisição e na manutenção de suprimentos e de equipamentos de comunicações, no transporte e no desembaraço aduaneiro dos suprimentos e dos equipamentos adquiridos pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), os quais foram distribuídos pelas OM situadas em todo o território nacional.

3.7.7 GEOINFORMAÇÃO

A Geoinformação de interesse do EB é produzida pela DSG, a quem compete administrar, obter e prover as atividades a ela relacionadas, bem como a elaboração de normas técnicas, a capacitação de recursos humanos e a gestão de materiais técnicos nas áreas de sua competência.

Para cumprir sua missão, a DSG dispõe de cinco OMDS, distribuídas no território nacional de acordo com a divisão político-administrativa do país, denominadas Centros de Geoinformação (CGeo). Assim, tem-se 1º CGeo em Porto Alegre-RS - Região Sul, o 2º CGeo em Brasília-DF - Região Centro-Oeste, o 3º CGeo em Olinda-PE - Região Nordeste - o 4º CGeo em Manaus-AM - Região Norte e o 5º CGeo no Rio de Janeiro-RJ - Região Sudeste.

Em 2020, a DSG aplicou R$ 3.142.908,10 (AO 20XE), sendo R$ 1.540.455,92 na produção de geoinformação básica e R$ 1.602.452,18 na cooperação para o desenvolvimento científico, conforme gráfico abaixo:

A maior parcela dos recursos recebidos pela DSG são executados através de Instrumentos de Parceria com Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais. O cenário da pandemia da COVID-19 nos estados do Amazonas e Amapá, impediram a execução de praticamente todos os trabalhos de campos previstos nessas regiões. Desta forma, os créditos previstos em 2019, para execução em 2020, ficaram superestimados.

Fonte: SIOP. Acesso em 5 de janeiro de 2021

As principais entregas da DSG, em 2020, foram as seguintes: produção de 342 cartas topográficas na escala 1:25.000, em apoio ao SISFRON; produção de 55 cartas topográficas na escala 1:50.000 do Estado do Acre; produção de 13 plantas topográficas na escala 1:10.000 dos pelotões especiais de Fronteira (PEF) da região amazônica; produção de 12 cartas topográficas na escala 1:25.000 da cidade de Resende (RJ), em apoio à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Também foram executados levantamentos topográficos e elaboradas peças técnicas em áreas patrimoniais do EB nas cidades de Araçoiaba (PE), de Marabá (PA), de Altamira (PA), de Rio de Janeiro (RJ), de Niterói (RJ) e de Petrópolis (RJ).

3.7.8 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

Entende-se que o grande desafio da gestão estratégica da informação para o EB é acompanhar a rápida e constante evolução das tecnologias. Para tanto, são necessários significativos investimentos, bem como recrutamento, formação e atualização de mão de obra especializada. Além disso, os processos internos devem evoluir e se adaptar ao novo cenário tecnológico, a fim de otimizar as possibilidades que a área de TI oferece, delas tirando o máximo proveito e aumentando sua eficácia.

O principal fator de risco estratégico da gestão da informação é o possível contingenciamento orçamentário do Governo Federal. Além disso, merecem menção, também, a insuficiência de recursos humanos qualificados em área de conhecimento tão crítica como é a TI, bem como a ocorrência de catástrofes naturais ou mesmo a atuação de elementos adversos com potencial para comprometer a operacionalidade e a administração da F Ter.

Ainda sobre os riscos, ante a possibilidade de existência de vulnerabilidades em sistemas de informação e o aumento de ataques cibernéticos, poderá acontecer o vazamento de informações sensíveis, o que poderá levar ao comprometimento dos subsistemas do sistema de C2 do EB e dos bancos de dados corporativos, impactando a segurança da informação no âmbito do EB. Além disso, poderá ocorrer a interrupção da operação de sistemas corporativos imprescindíveis à continuidade das atividades do EB, bem como outros prejuízos corporativos relacionados a ilícitos cibernéticos.

Considerados os riscos apontados, o surgimento de novas tecnologias poderá acarretar a necessidade de revisão e de redefinição dos processos que viabilizem a governança e a gestão de TI no Exército, dadas as suas especificidades e peculiaridades. Nesse sentido, a segurança da informação deverá ser preocupação constante ante as novas ameaças do mundo digital.

Nesse cenário, surge, como perspectiva, a possibilidade de aprimoramento da gestão da capacitação dos recursos humanos para fazer frente aos atuais e aos novos desafios, buscando-se ilhas de excelência no Brasil ou no exterior, bem como a absorção de novas tecnologias para o tratamento da informação, internalizando conhecimentos em prol do desenvolvimento nacional.

3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.8.1 INTRODUÇÃO

No Exército Brasileiro (EB) a atividade Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) é realizada pelo conjunto de pessoas e meios tangíveis e intangíveis organizados de modo a contribuir com as expressões militar e científica e tecnológica do Poder Nacional, por intermédio do aperfeiçoamento dos equipamentos em uso, pelo desenvolvimento de novos sistemas e produtos de defesa e pela obtenção de novas tecnologias de interesse do país.

Cabe ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) a missão de entregar soluções científico-tecnológicas necessárias à implementação de capacidades da Força Terrestre, em conformidade com as políticas, os planejamentos e as diretrizes estratégicas do EB.

3.8.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 9 - "aperfeiçoar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação", que visa implantar uma cultura de inovação, de pesquisa, de desenvolvimento, de produção, de modernização, de revitalização e de avaliação de Produtos de Defesa (PRODE), de forma a assegurar o domínio e obtenção de tecnologias críticas e/ou sensíveis de uso restrito.

No que se refere à Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), o aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx) encontra-se vinculado ao Macroprocesso da Gestão Interna CVA 3.13 (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O indicador de desempenho do OEE 9 – "indicador de aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx)" teve um resultado de 83,20% no ano de 2020.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 09

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 9.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 21,12 %	25 % anualmente
IT 9.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 20,03 %	25 % anualmente
IR – 09: Índice de aperfeiçoamento do SCTIEx I	= (Índice de contribuição para BID x 6) + (Índice de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE x 38) + (Índice de modernização laboratorial do SCTIEx x 16) + (Índice de capacitação do corpo técnico x 14) + (Índice de reestruturação do SCTIEx x 8) + (Índice de atualização da normatização do SCTIEx x 18) / 100	= 83,20 %	desempenho de 100% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 09. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 83,20%, bastante satisfatório, tendo em vista o período de pandemia.

3.8.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

Para executar as atividades relacionadas a PD&I, são utilizados recursos da Ação Orçamentária 20XJ-Desenvolvimento Tecnológico do Exército, cuja execução em 2020 consta no gráfico ao lado:

O valor não empenhado corresponde ao saldo de créditos residuais não aplicados

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

3.8.3.1 GESTÃO DA INOVAÇÃO

Para a atividade de Gestão de Inovação, o EB implementou o Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação (SisDIA de Inovação), de abrangência nacional, cujo principal objetivo é promover a inovação, assumindo como pilares os conceitos de tríplice hélice e de inovação aberta .

Por meio da inovação tecnológica, o SisDIA de Inovação procura contribuir com o desenvolvimento nacional, visando a busca das capacitações produtivas brasileiras de produtos e de sistemas de defesa duais.

Dentro do processo de transformação do EB visualizou-se a necessidade de uma estrutura que se responsabilizasse pelo processo de fomento e promoção da cultura de inovação, daí tendo como resultado a criação da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC).

Cabe à AGITEC apoiar a gestão da inovação no contexto do SCTIEx, realizar estudos de prospecção tecnológica, promover a gestão do conhecimento científico-tecnológico, gerir a propriedade intelectual do Exército, estimular o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação, apoiar o SisDIA de Inovação e realizar pesquisa científica básica e aplicada nas áreas finalísticas de gestão da inovação tecnológica.

Para execução das suas atividades finalísticas e de apoio, a AGITEC, em 2020, aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, conforme o gráfico abaixo:

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

As principais iniciativas e resultados alcançados, em termos de gestão da inovação, inerentes à gestão da propriedade intelectual, foram os depósitos de pedidos de patente e de registro de programas de computador e a redação da minuta da Política de Inovação do Exército, que incorporará sua correspondente Diretriz de Propriedade Intelectual.

As principais atividades desenvolvidas para fomentar o incentivo à cultura de inovação foram o Prêmio de Inovação da AGITEC/2020 e o Curso Executivo de Gestão da Inovação/2020.

Com relação às atividades de prospecção tecnológica, pode-se destacar o diagnóstico das necessidades de armamento leve do EB; o Estudo de Viabilidade do Subprograma Forças Blindadas; as orientações para a elaboração do Sumário de Informações Doutrinárias de Ciência e Tecnologia (SIDCT); a proposta de Modelo de Obtenção do Projeto Viatura Blindada Morteiro sobre Rodas; o parecer sobre capacidade de produção de simuladores de tiro de armas leves; a documentação para a elaboração de requisitos de viaturas blindadas do Programa Guarani; e a prospecção sobre armas LASER.

3.8.3.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

Para a atividade de pesquisa e desenvolvimento dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) o EB conta com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), responsável pela pesquisa científica, pelo desenvolvimento experimental, pelo assessoramento científico e tecnológico e pela aplicação do conhecimento, visando à obtenção de produtos de defesa (PRODE) de interesse do Exército.

Em 2020, o CTEx aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, conforme o gráfico abaixo:

Os recursos financeiros recebidos para as atividades do CTEx foram aplicados para aquisições de software

para ensaios de caracterização de antenas e de equipamentos e serviços para manter, modernizar e expandir a capacidade analítica da infraestrutura laboratorial existente (manutenção de reômetro rotacional, microscópio eletrônico de varredura, planta de nitrogênio líquido e compressor de gás hélio do gerador de nitrogênio líquido).

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

Também foi realizada a contratação para atualização e renovação de licença do software para execução de testes e ensaios estáticos de motores de mísseis e foguetes; a assinatura do contrato relativo à 2ª fase do serviço de P&D do monóculo de imagem térmica OLHAR; e o desenvolvimento e a integração de cabeças telemétricas no míssil superfície-superfície 1.2 AC.

3.8.3.3 TESTE E AVALIAÇÃO DE SMEM E PCE

Para a atividade de Teste & Avaliação (T&A) de SMEM e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), o EB possui o Centro de Avaliação do Exército (CAEx), que tem a missão de orientar, de planejar, de coordenar, de controlar e de executar a avaliação técnica e operacional de SMEM, a avaliação técnica de PCE, os exames de valor balístico de munição e as colaborações e apreciações técnicas autorizadas pelo DCT.

Em 2020, o CAEx aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, conforme o gráfico abaixo:

O CAEx vem realizando as seguintes tarefas: a execução do Plano de Avaliações de SMEM; o desenvolvimento do Projeto de Instrumentação de Campo de Instrução do CAEx e a melhoria contínua da infraestrutura de T&A de SMEM e de PCE.

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

As principais iniciativas foram as seguintes: modernização das instalações laboratoriais nas áreas de veículos militares, de balística e de optrônica; de capacitação dos recursos humanos em T&A; e de continuidade da implantação do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV).

3.8.3.4 FABRICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para as atividades de manutenção em seu nível mais elevado, o EB conta com a Diretoria de Fabricação (DF) , cuja missão é gerenciar as

atividades relativas à produção, à revitalização, à repotencialização, à manutenção no nível industrial, à modernização e à nacionalização de SMEM, em proveito da Força, promovendo o relacionamento do SCTIEx com a Base Industrial de Defesa (BID).

A DF possui 3 (três) Arsenais de Guerra subordinados, situados nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e General Câmara-RS, que constituem o Sistema de Fabricação do Exército (SisFab).

Em 2020, a DF aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ, conforme o gráfico abaixo:

Em 2020, o Sistema de Fabricação do Exército (SisFab), diante do cenário decorrente da covid-19, desenvolveu ações para a fabricação de equipamentos de proteção individual (EPI), em especial, de máscaras de

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

proteção respiratórias descartáveis não cirúrgicas, de protetores faciais do tipo face shield, bem como o apoio ao Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx) para a produção de álcool em gel, conforme tabela ao lado:

QUANTIDADE DE EPI PARA O COMBATE A COVID-19 FABRICADOS EM 2020

TIPO DE EPI	QUANTIDADE PRODUZIDA
máscaras de proteção respiratórias descartáveis não cirúrgicas	121.340 unidades
protetores faciais do tipo *"face shield"*	1.924 unidades

Fonte: SIOP (data do acesso: 05 de janeiro de 2021).

As principais iniciativas do Sistema de Fabricação do Exército (SisFab) foram:

- ampliação da integração do SCTIEx com a BID;

- fiscalização do Contrato de Desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) e do Foguete Guiado SS 40 G;

- desenvolvimento das capacidades industriais dos Arsenais de Guerra; o desenvolvimento da viatura blindada multitarefa leve sobre rodas (VBMT-LSR);

- mapeamento dos processos relativos à modernização, à revitalização, à repotencialização, à nacionalização e à manutenção modificadora de SMEM em geral;

- revitalização do SisFab;

- capacitação dos Arsenais de Guerra para a realização de manutenção de viaturas blindadas sobre rodas (Plataforma Automotiva, Sistemas de Armas e Sistema de Comando e Controle);

- capacitação nas áreas de certificação, de metrologia, dequalidade, de normalização, de inovação tecnológica e de engenharia de "sistemas de sistemas";

- implementação e a aplicação da metodologia da engenharia de "sistemas de sistemas" no SisFab e nos processos de aquisição;

- aquisição dos simuladores para a nova família de blindados sobre rodas Guarani; e

- apoio à especificação dos sistemas de comando e controle (C2) das viaturas blindadas.

3.8.4 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

Dentre os desafios para a atividade de PD&I, destacam-se a manutenção

da infraestrutura adequada às demandas atuais; a dificuldade de retenção de pessoal qualificado e de atração de talentos; e a pouca existência de um quadro técnico de apoio voltado às atividades de ciência e tecnologia.

A dependência tecnológica nacional é significativa, constituindo-se em óbice para maior inserção internacional do País. O Processo de Transformação do Exército deve acompanhar as mudanças no cenário tecnológico dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) demandadas pelo Exército Brasileiro.

Os principais riscos estão relacionados ao afluxo ao Brasil de ofertas de SMEM em geral, por parte de países mais desenvolvidos; a aquisição de empresas de defesa nacionais por empresas estrangeiras; a descontinuidade no fluxo de recursos orçamentários para a PD&I; os possíveis embargos de importação de equipamentos e itens essenciais; e o afastamento do setor acadêmico e de organizações de PD&I em relação às indústrias de defesa.

Por fim, o diagnóstico realizado apontou como oportunidades de PD&I o desenvolvimento de tecnologias passíveis de licenciamento ou cessão; o aprimoramento da metodologia para planejamento do domínio de tecnologias (roadmaps); e o fortalecimento de parcerias com institutos de ciência e tecnologia (ICT) e universidades nas áreas tecnológicas de interesse do Exército.

Assim, há necessidade premente de que o sistema atinja um alto nível de geração de inovação tecnológica, assim como buscar parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, com vistas a atingir uma capacidade tecnológica no País que possibilite a sustentabilidade dos projetos de SMEM e reconhecimento mútuo internacional.

3.9 GESTÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.9.1 INTRODUÇÃO

As competências individuais e profissionais necessárias aos exercícios dos cargos e à execução de operações militares estarão apoiadas na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e atitudes, na internalização de valores fundamentais para a Força e nas experiências adquiridas no desempenho dos cargos e funções ao longo da carreira.

A partir das escolas de formação, o integrante da Força é submetido a um processo de capacitação que impõe aos oficiais e graduados a realização mais frequente de cursos e estágios, na busca de melhor qualificação profissional. Enfatiza-se que o auto aperfeiçoamento também é estimulado e valorizado como instrumento de crescimento profissional.

A capacitação continuada é imperativa para o profissional militar ao longo de toda a carreira, como condição para serem desenvolvidas as competências necessárias à ocupação de cargos e desempenho de funções. Contribui, também, para capacitar o militar para fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam para o Exército Brasileiro.

A gestão de educação e cultura do Exército é feita por meio do Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx), coordenado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (www.decex.eb.mil.br).

O SECEx subdivide-se em Sistema de Ensino do Exército e Sistema Cultural do Exército. O primeiro engloba as linhas de ensino militar, o ensino preparatório e o assistencial, que é mantido por meio do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

3.9.2 RESULTADOS DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

As prioridades para o Sistema de Educação e Cultura do Exército estão estabelecidas nos objetivos estratégicos 11 e 12 (OEE 11 e OEE12) do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

O Plano Estratégico do Exército descreve que o Objetivo Estratégico do Exército 11 (OEE 11) "fortalecer os valores, os deveres e a ética militar" é um dos principais indutores do Processo de Transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

O OEE 11 visa aumentar o desempenho na preservação da memória e culto às tradições militares, enaltecendo a grandeza dos heróis antepassados, internalizando e desenvolvendo a cultura institucional e os valores morais e éticos dos integrantes do Exército Brasileiro, fortalecendo a coesão, o espírito de corpo e a moral como componentes do poder de combate, adotando medidas proativas, por intermédio da ação de comando e do exemplo para neutralizar atitudes negativas e nocivas à moral e aos bons costumes.

Pretende-se atingir os referidos objetivos por intermédio das seguintes estratégias:

- desenvolvimento de programas de gestão, preservação, pesquisa e divulgação da cultura institucional; e

- desenvolvimento de programas de preservação dos valores da instituição.

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 5% de incremento do IR 11. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de -47,77%, resultado bem abaixo da meta, afetado fortemente pela pandemia. Em 2020, foram alcançados os seguintes resultados:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 11

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 11.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 21,16 %	25 % anualmente
IT 11.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 20,23 %	25 % anualmente
IR -11 Índice de Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural	= (Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural A / Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural no ano A-1) X 100	= -15%	5% de incremento anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

A referida PMT, ainda, refere-se ao aperfeiçoamento do Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx) no OEE 12, que será um vetor para desenvolver as competências essenciais ao melhor desempenho de cargos, em consonância com o plano de carreira.

O OEE 12 busca aperfeiçoar o SECEx, mantendo-o atualizado, com modernas técnicas de ensino e com uma infraestrutura adequada, permitindo a qualificação dos militares, de ambos os sexos, para a superação dos desafios da era do conhecimento, assim como o desenvolvimento das diversas competências necessárias ao desempenho profissional, da cultura de inovação, do pensamento crítico, da liderança e da internalização de valores.

Pretende-se atingir os referidos objetivos por intermédio das seguintes estratégias:

- atualização do Sistema de Educação e Cultura;
- educação do militar profissional da era do conhecimento; e
- adequação da infraestrutura de educação e cultura.

Em 2020, foram alcançados os seguintes resultados:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 12

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 12.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 23,12 %	25 % anualmente
IT 12.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 22,25 %	25 % anualmente
IR -12 Índice de aperfeiçoamento do SECEx	= (Incremento do Desempenho da Educação Profissional Militar + Incremento do Desempenho da Capacitação Física e do Desporto + Incremento do Desempenho da Produção do Conhecimento) / 3	= 14,81%	aumento de 5% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

3.9.2.1 SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) é composto por treze colégios militares, sediados nas cidades conforme imagem abaixo, tendo a fundamentação que norteia a proposta pedagógica os princípios gerais e os preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (R-69), acessível em http://www.depa.eb.mil.br/legislacao.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL

Os colégios militares são organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender as vertentes da educação preparatória e assistencial. No decorrer do ano de 2020, os colégios militares contabilizaram o efetivo de 13.415 alunos.

Em 2020, com a aprovação do decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil em decorrência da pandemia do coronavírus e, em consequência, com o conjunto de medidas restritivas impostas pelos governos locais que acarretaram a suspensão das aulas presenciais nos Estados da Federação, o SCMB necessitou replanejar todas as atividades pedagógicas, que passaram a ser desenvolvidas à distância, pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Considera-se que a migração para o ambiente virtual atendeu a ordenamentos jurídicos decretados pelas instâncias governamentais, acompanhando as demais entidades de ensino públicas e privadas, diante da situação de insegurança sanitária para manutenção das atividades escolares.

Todos os colégios militares integrantes do Sistema conservaram o padrão de vanguarda e excelência e mantiveram as atividades e o calendário pedagógico, ainda que em situação de educação a distância.

Os recursos alocados no Sistema Colégio Militar do Brasil estão demonstrados na tabela a seguir:

GESTÃO FINANCEIRA DO SCMB 2020

FONTE ORÇAMENTÁRIA	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Comando do Exército	20.442.265,21	20.442.265,21	14.785.893,61	14.157.353,68
Fundo do Exército	17.475.788,96	17.475.788,96	13.704.839,03	13.681.331,43
TOTAL	**37.918.054,17**	**37.918.054,17**	**28.490.732,64**	**27.838.685,11**

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

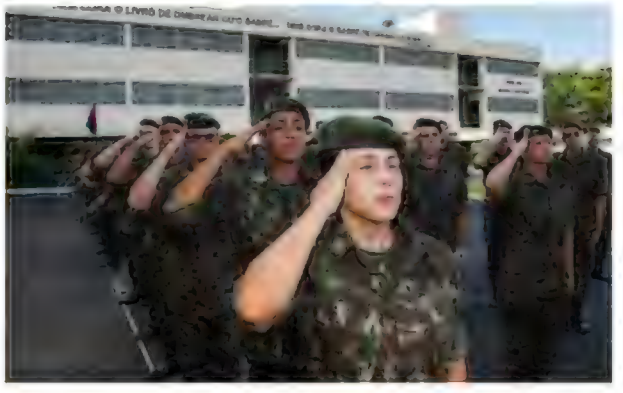
3.9.2.2 FORMAÇÃO MILITAR

A formação militar, tanto de oficiais, quanto de sargentos, assegura a qualificação inicial, básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade em cada segmento da carreira militar, e a prestação do serviço militar inicial e suas prorrogações.

Nos últimos 4 (quatro) concursos, vem ocorrendo um aumento significativo na quantidade de candidatos. Contribuem para esse aumento os fatores históricos, como as recessões econômicas e a redução no número de empregos formais.

[1]Custo Básico por Aluno (Média Anual)

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército e Departamento de Ciência e Tecnologia, 2020.



Recentemente, o Curso de Formação de Sargentos foi transformado em Curso de Formação e Graduação de Sargentos, passando a ser reconhecido como Curso Superior de Tecnologia, sendo a primeira turma diplomada em dezembro de 2020. Formação de Sargentos – Matriculados e Formados em 2020.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

3.9.2.3 APERFEIÇOAMENTO MILITAR

O aperfeiçoamento de oficiais e sargentos são cursos de pós-graduação do Sistema de Ensino do Exército com o objetivo de ampliar os conhecimentos iniciados nos cursos de graduação, em áreas de interesse da Força.

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

3.9.2.4 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Os cursos de especialização e os de extensão do Exército qualificam os militares para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas ou que ampliam os conhecimentos e as técnicas adquiridos em cursos anteriores, necessários para a ocupação de determinados cargos e para o desempenho de determinadas funções.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM 2020

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	OFICIAIS		SARGENTOS E SUBTENENTES	
	Matriculados	Aprovação	Matriculados	Aprovação
EsIE	428	99,53%	5150	99,53%
EsEFEx	129	96,90%	31	96,80%
EsEqEx	37	94,60%	96	98,96%
EsSLog	---	---	81	98,76%

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

3.9.2.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Sistema Cultural do Exército (SCEx) tem por finalidades a coordenação dos esforços na preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, de interesse do Exército Brasileiro.

O SCEx, tem como órgão central de coordenação a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) (http://www.dphcex.eb.mil.br/) e atua alinhado com o Sistema de Comunicação Social e com o Sistema de Ensino, prioritariamente no sentido de desenvolver os valores éticos e morais, aprimorar a vocação militar, cultuar os valores, tradições e de acentuar o compromisso do Exército com a Nação brasileira e pelo cumprimento de sua destinação constitucional.

O Comando do Exército vem recebendo ao longo dos anos recursos financeiros insuficientes para atender todo o Sistema Cultural do Exército, que a cada ano vem se expandindo consideravelmente, principalmente quanto à criação de Espaços Culturais.

Os recursos na Ação Orçamentária 2000 (PO 0005 - Preservação do Patrimônio Cultural) foram aplicados nas atividades de serviços de manutenção e conservação do patrimônio histórico e cultural do Exército (bens materiais e imateriais), na aquisição de bens e serviços visando à manutenção e conservação de bens culturais, na implantação e modernização dos Espaços Culturais e Centros de Cultura Militar de Área e na elaboração e execução de projetos de conservação e disponibilização de acervos e bens culturais.

HISTÓRICO ORÇAMENTÁRIO E EVOLUÇÃO NA QUANTIDADE DE ESPAÇOS CULTURAIS

	2018	2019	2020
Recurso solicitado	R$ 9.573.534,98	R$ 7.329.406,17	R$ 5.181.864,90
Recurso recebido	R$ 4.184.520,00	R$ 4.143.444,00	R$ 4.184.984,00
Quantidade de espaços culturais	112	132	143

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2020.

3.9.3 DESAFIOS, RISCOS, PERSPECTIVAS

O exercício de 2020 no Sistema de Educação e Cultura do Exército foi atípico e teve como grande desafio as restrições impostas pela pandemia da covid-19, que, em função da necessidade do afastamento social, restringiu, em parte, a velocidade de execução do planejamento estratégico do sistema. Estratégias como o estudo e o aprimoramento físico nos corpos docente e discente, o incentivo a mentalidade da inovação, o intercâmbio com o meio acadêmico, a implementação de programas para o desenvolvimento de liderança e de internalização de valores ficaram comprometidas por terem sofrido solução de continuidade das visitas de orientação escolar, das atividades de treinamento físico militar e da execução dos pedidos de cooperação de instrução entre estabelecimentos de ensino.

Em contrapartida, a necessidade de realização de atividades on-line, como forma de compensar a impossibilidade de realização de atividades em grupo presenciais, levou à prática e ao aprendizado da modalidade da educação híbrida, à distância e presencial de maneira simultânea, em especial no Sistema Colégio Militar do Brasil.

A redução das atividades de capacitação, como cursos e estágios para militares de outras Forças (Singulares e Auxiliares) no Exército e cursos e estágios para militares brasileiros no exterior, bem como adiamento e cancelamento de cursos e estágios para militares em estabelecimentos de ensino civil foram outros desafios enfrentados pelo sistema, fruto da restrição orçamentária e da pandemia, que comprometeram os objetivos de fortalecimento dos valores, deveres e ética militares e de aperfeiçoamento do Sistema de Ensino do Exército.

Nesse contexto, a restrição de recursos orçamentários, com o contingenciamento e/ou o corte orçamentário, constitui o principal fator de risco a que o Sistema de Educação e Cultura do Exército está submetido, uma vez que impacta o andamento de programas, projetos e ações estratégicas, sujeitando o sistema ao não cumprimento dos cronogramas e, consequentemente, prejudicando o alcance dos objetivos estratégicos do Exército 11, de fortalecer os valores, os deveres e a ética militar, e 12, de aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura. Dentre as ações para minimizar os eventos de riscos, destacam-se os controles para a execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército, o controle patrimonial e as atividades que integram a sistemática do pagamento de pessoal.

Considerando a atual conjuntura, a perspectiva para o próximo exercício financeiro é que o Sistema de Educação e Cultura do Exército retome as atividades de Supervisão Escolar, solidifique o ensino híbrido nos estabelecimentos de ensino, principalmente nos colégios militares, e desenvolva novos estudos para ampliar o conhecimento sobre o emprego das plataformas digitais na formação e na especialização do militar do Exército Brasileiro, em continuidade à sua missão de formar e capacitar os recursos humanos, nas linhas de ensino militar bélico, complementar e de saúde, assim como propiciar o ensino preparatório e assistencial e desenvolver e divulgar atividades culturais e desportivas no âmbito de toda a instituição.

3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.10.1 INTRODUÇÃO

No âmbito do Comando do Exército, cabe ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) a supervisão das ações básicas e de consultoria técnica para as questões ambientais do Exército, a fim de se buscar a otimização das ações ambientais tendo a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como órgão de apoio técnico-normativo-consultivo. (http://www.dec.eb.mil.br)

O Sistema de Gestão Ambiental do Exército (SIGAEB) é orientado por:

a. Política Nacional do Meio Ambiente;

b. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001);

c. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001), reeditada em 2010 e pela Diretriz de Conformidade Ambiental do SIGAEB (2018); e

d. Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no âmbito do Exército, IR 50-20 (2011).

Em 2020, o Comandante do Exército aprovou a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001), por intermédio da Portaria Nº 737, de 28 de julho de 2020, com a finalidade de direcionar as medidas necessárias para intensificar as ações e aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares no quadriênio 2020-2023.

As prioridades são estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) em seu Objetivo Estratégico 03 - Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social, Ação Estratégica 3.2.4- Aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares.

O sistema de gestão ambiental é integrado à estrutura organizacional do Exército, sendo que as Regiões Militares e os Grupamentos de Engenharia são atores fundamentais que dispõem de especialistas nas diversas áreas (engenheiro ambiental, florestal, agrônomo, biólogo, geólogo etc.).

Cada organização militar (OM) do Exército tem encargos referentes ao desenvolvimento de projetos que visem à prevenção de possíveis danos ao meio ambiente em suas áreas de responsabilidade; uso racional de água, energia elétrica e outros recursos e materiais; redução da geração de resíduos sólidos; diminuição e tratamento adequado de resíduos tóxicos, de poluentes atmosféricos e de outras substâncias; além da recuperação de áreas porventura degradadas.

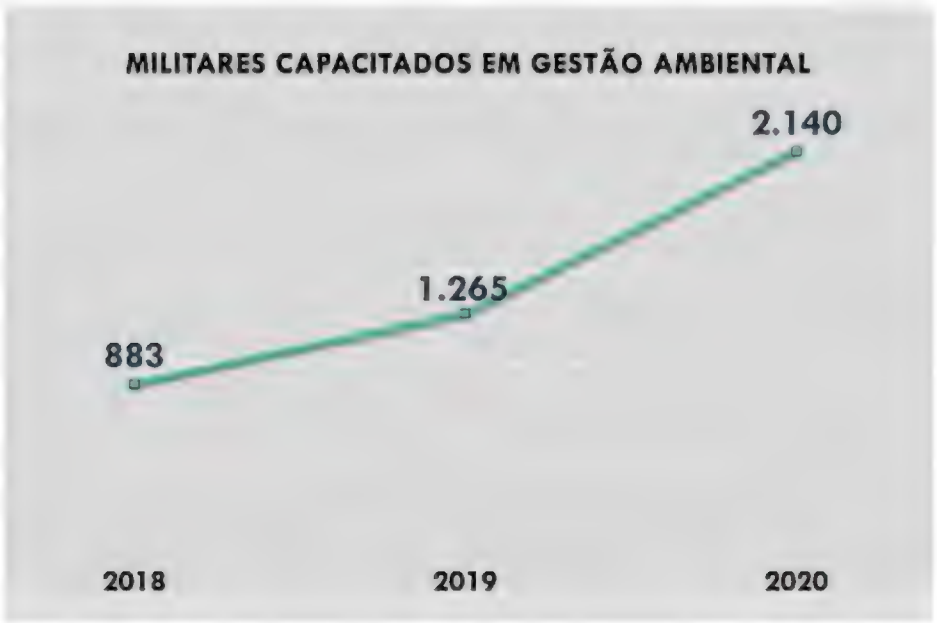
Em decorrência desses encargos, as OM são orientadas a confeccionar seus Planos de Gestão Ambiental (PGA), que inclui como anexo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e encaminhá-lo ao escalão superior para a aprovação e consolidação.

Anualmente, as OM respondem a um questionário de diagnóstico ambiental em suas áreas de jurisdição. Em 2020, para um total de 593 OM consideradas elegíveis, 525 finalizaram seu diagnóstico ambiental, uma percentagem de 89%, para uma meta anual de 100%.

3.10.2 RESULTADOS DA GESTÃO AMBIENTAL NO EXÉRCITO

O Exército promove educação ambiental para o seu pessoal visando atingir diversos objetivos: possibilitar o conhecimento da legislação ambiental; desenvolver mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente; contribuir para a formação do cidadão consciente do uso sustentável do meio ambiente; esclarecer os públicos interno e externo sobre o papel do Exército na questão ambiental; oferecer condições para a identificação e a classificação das atividades militares sob a ótica da legislação ambiental, elaborar o PGA e o PGRS , realizar a conformidade ambiental anual de sua OM e incluir a gestão ambiental no preparo e emprego da Força Terrestre.

A quantidade de pessoal capacitado em 2020 totalizou 2.140 militares, 70% a mais que em 2019, demonstrando o foco que o Comando do Exército vem dando ao assunto:



Fontes: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, 2020.

Entre as atividades realizadas em 2020, destaca-se o 1º Simpósio de Sustentabilidade, organizado pela DPIMA e com participação de diversos órgãos do Exército, que contou com palestrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério da Economia, da Universidade de Brasília (UNB), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da empresa Natura. O objetivo do simpósio foi estabelecer os parâmetros para a proposta da política de sustentabilidade do Exército Brasileiro.

Outra ação corrente em prol do gerenciamento de resíduos tem sido a análise técnica ambiental dos planos de gestão ambiental, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e das minutas de contrato das diversas OM do EB quando da contratação de empresas para coleta e destinação de resíduos que não de saúde, esses sob encargo do Departamento Geral do Pessoal (DGP).

Ainda em 2020, uma equipe da DPIMA realizou mais uma etapa da conformidade ambiental e concedeu para duas OM, o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército (LQFEx) e o 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BECmb), o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade, em reconhecimento à excelência da gestão ambiental nessas OM.

O Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade, criado pela Portaria Nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018, é concedido às organizações militares que atendam mais do que 90% dos requisitos de conformidade ambiental, em que são analisados procedimentos de prevenção e mitigação de impactos ambientais, previstos na legislação federal, estadual e municipal aplicáveis à produção de fármacos e à atividade militar. (http://www.dpima.eb.mil.br/index.php/en/ultimas-noticias/133-1-selo-de-sustentabilidade)

3.10.3 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

Quanto à sustentabilidade ambiental, o principal desafio é a consolidação e o aperfeiçoamento do Plano de Gestão Ambiental e de seu anexo, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Essas ferramentas permitirão a evolução do sistema de gestão ambiental do EB.

Para otimizar essas atividades há a necessidade de continuidade na capacitação ambiental, na elaboração das cartilhas ambientais, bem como de condução da conformidade ambiental nas OM e nas operações em andamento.

O principal risco visualizado tem como fator as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, o que poderá dificultar a capacitação de pessoal necessário à elaboração, implementação e fiscalização das ações previstas nos planos de gestão ambiental dos diversos órgãos e organizações militares subordinadas, impactando de forma negativa a sustentabilidade ambiental das áreas sob administração da Força.

Foi identificada a oportunidade de elaboração de uma política de desenvolvimento sustentável para o EB, que permitirá o alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentáveis estabelecidos por diversos países sob a orientação da ONU e que tiveram a adesão do Brasil.

Verifica-se que há uma tendência no emprego da Força Terrestre em ações subsidiárias de proteção ambiental e em apoio ao combate a incêndios florestais, com elevada repercussão internacional.

Para 2021, estão planejadas as seguintes atividades: estágios de educação ambiental; Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI); inserção de matérias eletivas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); conformidade ambiental nas OM; e visitas de orientação técnica a diversas guarnições militares, à Força de Ajuda Humanitária e à Operação Verde Brasil 2.

3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.11.1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, existe uma demanda cada vez maior da sociedade (público em geral, imprensa, entidades de classe, governos de outras esferas) por ações de transparência e publicidade, como forma de prestação de contas e justificativa do consumo de recursos dos cidadãos colocados à disposição do Estado (orçamento público).

Desta forma, o Exército, uma instituição pública com elevado índice de credibilidade, de forma a atender a Decreto Nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, tem cumprido as exigências no intuito de garantir a acessibilidade digital, por meio da plataforma conhecida como Vlibras (versão 5.1.0), uma ferramenta gratuita (de código aberto e distribuição livre) que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Internamente, as atividades de comunicação social (relações com a mídia, relações públicas e produção e divulgação) são realizadas pelo Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), tendo como órgão central o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), cujo trabalho atende diretamente ao princípio constitucional da publicidade, informando e esclarecendo a sociedade sobre as ações da instituição.

Link da página do CCOMSEx: https://www.eb.mil.br/

3.11.2 INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE

As atividades de comunicação social inserem-se na Cadeia de Valor Agregado do Exército no macroprocesso "Gestão Institucional" e as prioridades estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 14 – ampliar a integração do Exército à sociedade.

Esse objetivo estratégico visa intensificar ações que promovam maior integração do Exército Brasileiro com todos os segmentos da Nação, particularmente os formadores de opinião e os decisores, tornando a instituição mais conhecida pelos seus feitos em prol da sociedade. Caracteriza-se, também, pela implementação de medidas que façam com que a sociedade reconheça que o assunto Defesa é de interesse de todos os seus segmentos, fortalecendo a mentalidade sobre o assunto.

Destacam-se, no ano de 2020, as seguintes ações com a finalidade de cumprir o pretendido no OEE 14:

a. Instalação da Rádio Verde-Oliva na cidade de Três Corações, Minas Gerais;

b. Criação de peças publicitárias e divulgação da campanha "Ajudar está no nosso sangue";

c. Verde-Oliva FM – Sinal verde para a boa música;

d. Divulgação da Operação Atalaia do Norte; e

e. Inteligência artificial do Exército Brasileiro (Cb Max) alcança recorde de engajamentos junto à sociedade; e

f. Criação do Programa Conheça o Seu Exército, desenvolvido para estreitar os laços da instituição com o meio acadêmico e instituições civis e aprimorar o relacionamento com os órgãos de mídia em geral.

Link de acesso: www.eb.mil.br/web/interno/informex/2020

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 81% do IR 14. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 80,30%, bastante satisfatório, tendo em vista o período de pandemia, observando as seguintes medições no ano de 2020:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 14

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 14.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEx	=Σ das percentagens da execução física da i-ésima atividade / Total de atividades	= 18,12 %	25 % anualmente
IT 14.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEx	=Σ dos valores empenhados da i-ésima atividade / Σ dos valores planejados da i-ésima atividade x 100	= 19,03 %	25 % anualmente
IR – 14: Índice de Integração do Exército à sociedade	= [(% de credibilidade do EB junto aos formadores de opinião x 2) + (% de credibilidade do EB junto à população brasileira)] / 3	= 80,3 %	81% de credibilidade anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

3.11.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.11.3.1 MÍDIAS SOCIAIS

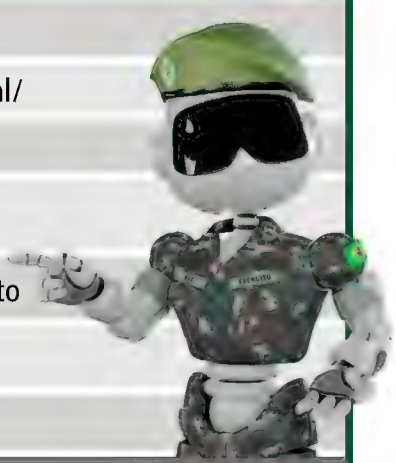
Após uma década de presença virtual nos principais canais de mídias sociais operadas no País, o Exército Brasileiro atingiu um nível de maturidade elevado, construído por meio de uma gestão baseada em objetivos estratégicos.

As campanhas institucionais planejadas geraram, ao longo dos anos, o aumento da credibilidade da instituição no ambiente on-line, assim como já ocorre no ambiente off-line. A credibilidade e o "capital de confiança" alcançados pelo EB perante a sociedade, diante de resultados obtidos nas mais diversas ações em que a Força Terrestre se faz presente, aumentaram, significativamente, a sua exposição na mídia.

A administração e a gestão dos perfis nas plataformas do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e LinkedIn estão baseadas nos critérios estabelecidos pela Portaria Nº 196 do EME, de 1º de julho de 2019.

MÍDIAS SOCIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

MÍDIA SOCIAL	NR SEGUIDORES/INSCRITOS	NR ACESSOS / MENSAGEM EM 2020	LINK
Facebook	3,9 milhões	11.342.684	www.facebook.com/exercito
Instagram	1,5 milhão	67.909.599	www.instagram.com/exercito_oficial/
Twitter	1,1 mil	1.894.498	twitter.com/exercitooficial
YouTube	792 mil	16.773.338	www.youtube.com/user/CCSE1982
LinkedIn	103 mil	61.431	www.linkedin.com/company/exercito
Site do EB	-	16.158.759	www.eb.mil.br
Telegram	-	-	-
TOTAL	**7.395,000**	**114.140,309**	-



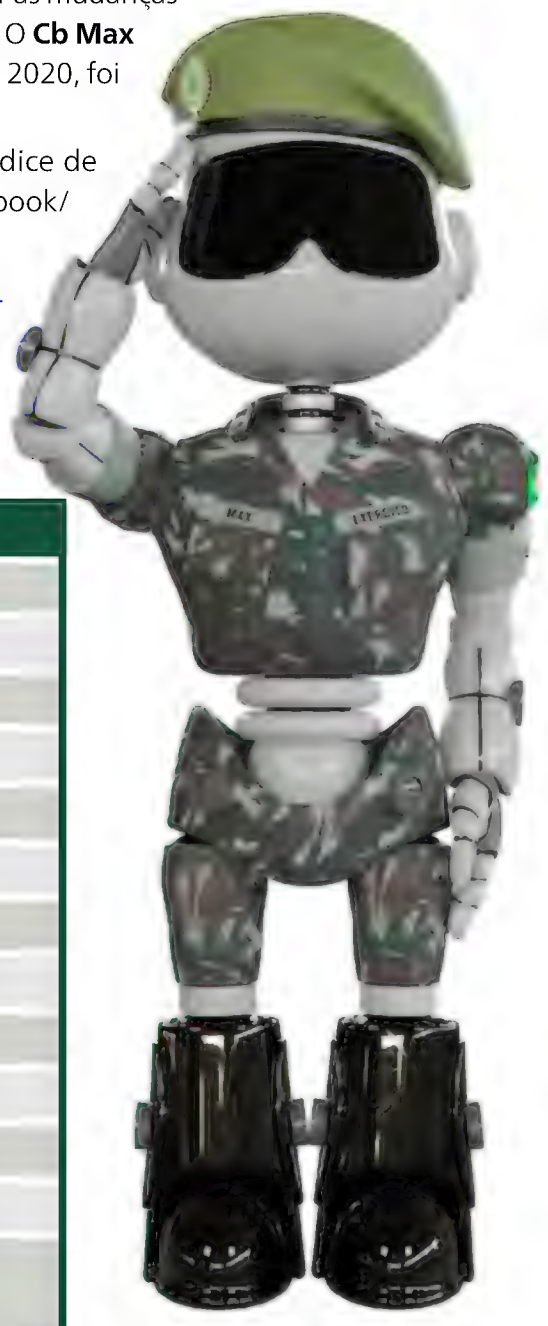
Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2020.

Neste ponto é essencial chamar a atenção para a Integência Artificial (IA) usada pelo EB para atender às mudanças de comportamento dos usuários nas mídias sociais, que demandam respostas imediatas, 24 horas/dia. O **Cb Max** (avatar criado que materializa o contato sistema/usuário) iniciou suas atividades como soldado e, em 2020, foi promovido a cabo em virtude dos excelentes resultados do seu atendimento.

O Cabo **Max** responde a todas as perguntas em um tempo inferior a 5 segundos, com um índice de assertividade de 81%, o que garantiu o selo "Responde Muito Rápido" na página do Exército no Facebook/ Messenger.

Link de acesso da página do EB que fala sobre o Cabo Max: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/11599634

Quanto aos principais assuntos que são demandados nas mídias sociais, destacaram-se, em 2020, os seguintes:



ATENDIMENTO POR ASSUNTO – 2020 (MÍDIAS SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL)

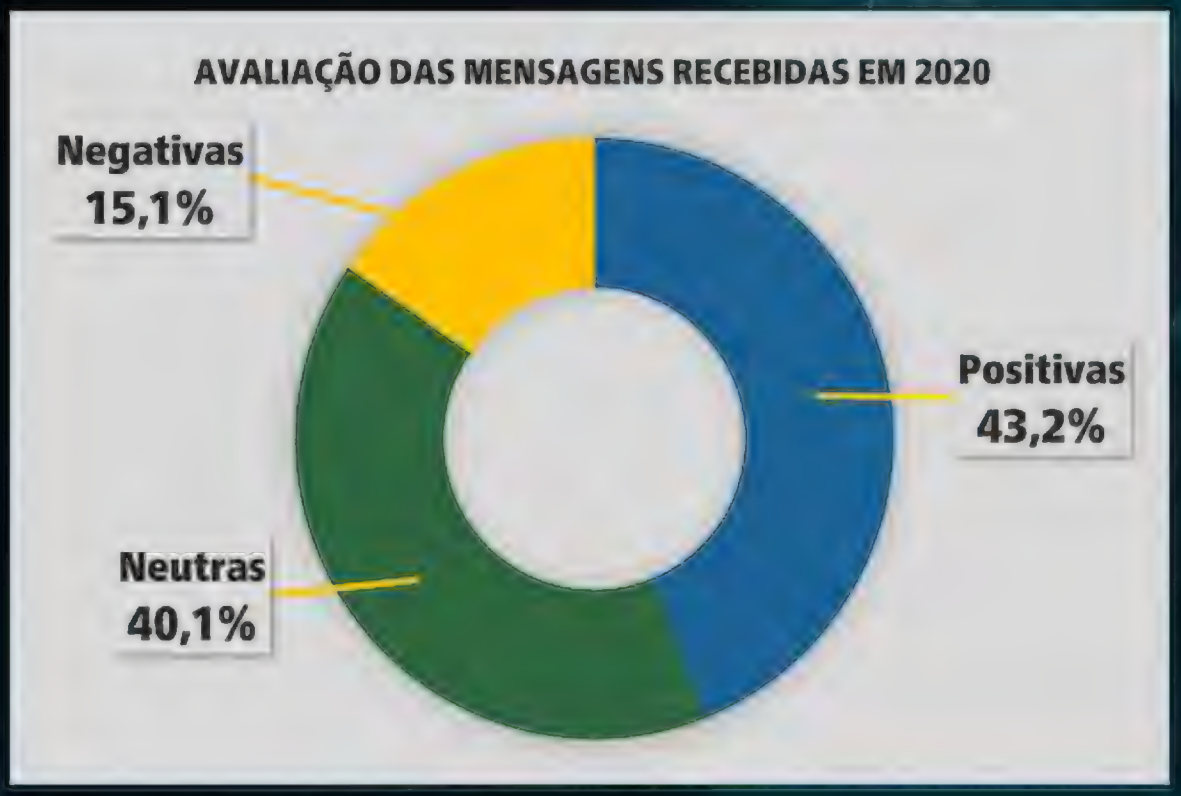
ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar no EB	3.139
Alistamento no EB (online)	2.952
Ingresso no EB	2.989
Carreira do militar temporário EB	688
Ingresso no Colégio Militar	59
Agradecimento/Elogio	967
Pedidos/Solicitações (reservista, porte de arma, LAI, etc)	845
Críticas diversas	985
Denúncias	294
Solicitação de informação (LAI)	1.291
Solicitação de Intervenção Militar	421
Uso de tatuagem no EB	96
Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (CAC, acompanhamento de pedidos de munição, processos, legislação, transferência de arma, compra de Airsoft, etc)	585
TOTAL	15.311

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2020.

OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

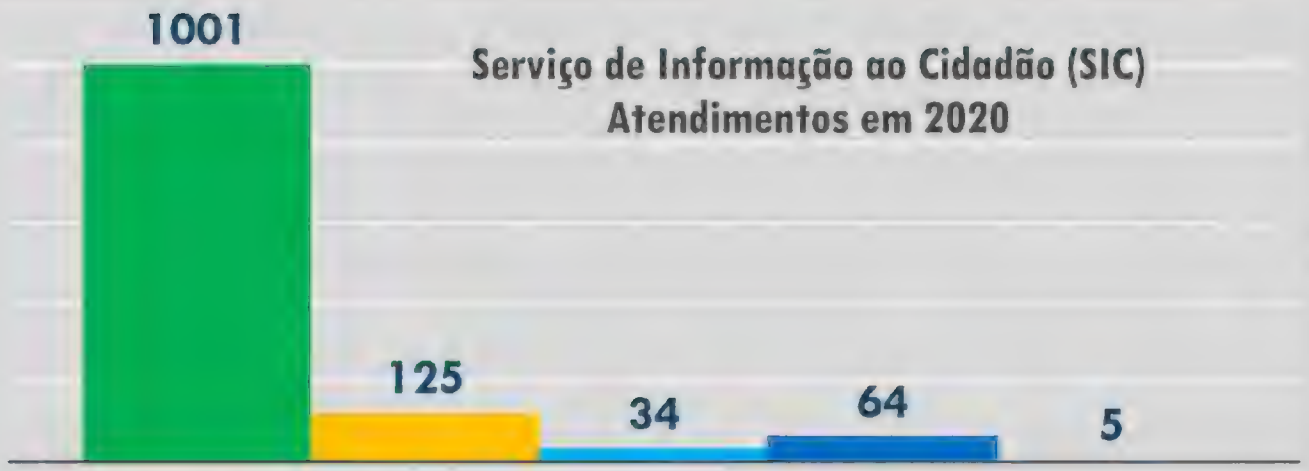
CANAL	LINK
Rádio Verde Oliva	http://www.eb.mil.br/web/radio-verde-oliva/radioverdeoliva
Carta de Serviços ao Cidadão	http://www.eb.mil.br/acesso-a-informacao
Canal FALA.BR	Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (ouvidorias.gov.br)
Dados abertos EB	http://www.eb.mil.br/dados-abertos
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-EB)	http://www.eb.mil.br/sic

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2020.



Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2020.
***Mensagens operadas por operadores humanos no Twitter e Instagram**

Abaixo segue o levantamento de atendimentos realizados no ano de 2020, relativo ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em atendimento ao artigo 5º da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso à Informação – LAI:



TOTAL DE PEDIDOS: 1.229

81,44% com resolubilidade imediata (sem recursos)

Legenda:

Controladoria-Geral da União (CGU)

Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão, 2020.

3.11.4 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

O Comando do Exército vem agindo firmemente para atuar junto a públicos específicos: formadores de opinião, crianças, adolescentes, estudantes, universitários, entidades de classe, órgãos da imprensa e mídias sociais, visando alinhar a opinião pública positiva para o Exército, hoje e no futuro.

Os principais riscos no campo do relacionamento com a sociedade estão relacionados a possíveis danos à imagem da instituição. Devido a questões de interesses e fatos conjunturais (sociais, políticos e econômicos), poderão surgir narrativas adversas nos diversos veículos de comunicação, o que pode provocar danos à imagem da instituição e impactar negativamente o atingimento do OEE 14.

As mídias sociais propiciam um ambiente de interação jovem e amigável, onde as estruturas burocráticas são contornadas por um acesso direto e instantâneo. O acompanhamento tecnológico é essencial nesse cenário.

Fruto dos dados apresentados, observa-se que as mídias sociais do Exército Brasileiro são um canal de fácil acesso para a solução de dúvidas corriqueiras, principalmente sobre as formas de ingresso e o serviço militar.

Oportunidades de melhoria no aprimoramento do atendimento à sociedade foram implementadas ao longo do ano de 2020, principalmente por meio do emprego de inteligência artificial Cb Max - Chatbot do Exército.

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

As informações sobre gestão de custos foram apresentadas no capítulo 3 deste relatório.

4.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os bens, os direitos e as obrigações da entidade. Para a análise, são comparados os saldos nas datas 31 de dezembro de 2019 e 2020 para evidenciar a evolução histórica.

4.2.1 ATIVO

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ATIVO			VARIAÇÃO %	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020		
ATIVO CIRCULANTE	7.696.292.989	8.299.256.644	7,83%	6,54%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	110.424.499.532	118.604.952.017	7,41%	93,46%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.929.852	13.460.442	4,10%	0,01%
IMOBILIZADO	110.325.359.732	118.499.819.892	7,41%	93,38%
BENS MÓVEIS	14.301.557.879	15.177.685.287	6,13%	11,96%
BENS IMÓVEIS	96.023.801.852	103.322.134.604	7,60%	81,42%
INTANGÍVEL	86.209.948	91.671.682	6,34%	0,07%
TOTAL DO ATIVO	118.120.792.522	126.904.208.661	7,44%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O Ativo compreende os direitos e bens tangíveis e intangíveis necessários para a entidade cumprir suas atribuições constitucionais.

No ano de 2020, o Ativo apresentou elevação de 7,44% em relação ao ano de 2019, tendo o saldo inicial de R$ 118.120.792.522 e alcançando R$ 126.904.208.661 no final, com concentração no Ativo Imobilizado. O Realizável a Longo Prazo e o Intangível somados foram inferiores a 1,00% do Ativo total.

4.2.1.1 ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante os grupos de contas com os valores mais significativos são os de Caixa/ Equivalentes Caixa e dos Estoques.

Com relação ao grupo Caixa/ Equivalentes Caixa, a Demonstração do Fluxo de Caixa evidenciou, em 2020, o ingresso nesse grupo do valor de R$ 111.622.863.455 e o desembolso de R$ 111.373.640.108, gerando aumento na disponibilidade financeira de R$ 249.223.346 que, somado ao saldo inicial de R$ 5.220.087.962, finalizou com R$ 5.469.311.309, representando 4,30% do Ativo Total.

Quanto ao grupo de Estoques no ano de 2020, foi incorporado ao estoque o saldo de R$ 2.135.894.896 (custeio), por aquisição oriunda da execução orçamentária e foi consumido nas atividades das organizações militares o saldo de R$ 1.717.791.414.

4.2.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante, o grupo de contas com os valores mais significativos são os do Imobilizado.

O Imobilizado representou 93,38% do Ativo Total no final do exercício financeiro de 2020, apresentando saldo final de R$ 118.499.819.892, com elevação de 7,41% em comparação com o ano de 2019, com destaque para os Bens Imóveis com saldo de R$ 103.322.134.604.

Dentro dos Bens Imóveis, a maior composição é para os bens de uso especial, neste caso, as instalações militares (aquartelamentos).

4.2.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo e pelo Patrimônio Líquido. Também constam no Passivo as provisões, que são obrigações de prazo ou valor incerto, calculados com base em projeções futuras.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

PASSIVO			VARIAÇÃO %	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020		
PASSIVO CIRCULANTE	7.636.498.977	8.400.643.904	10,01%	6,62%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	81.691.216.960	146.683.061.029	79,56%	115,59%
PASSIVO EXIGÍVEL TOTAL	89.327.715.937	155.083.704.933	73,61%	122,20%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.793.076.584	(28.179.496.272)	(197,87) %	(22,21) %
TOTAL DO PASSIVO	118.120.792.522	126.904.208.661	7,44%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

4.2.2.1 PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações de curto prazo totalizam 6,62% do Passivo Total e apresentaram acréscimo de 10,01%.

No período, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R$ 43.542.962.075 e pagou R$ 43.401.466.701.

As demais obrigações assumidas totalizaram R$ 8.754.662.165, sendo pagos 8.783.409.110. O pagamento efetuado foi superior ao assumido em 2020 em razão dos Restos a Pagar Processados, cujos fatos geradores da despesa pertencem ao exercício de 2019.

O subgrupo mais expressivo é o de Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa 69,34% das obrigações de curto prazo, constituídas principalmente de Transferências Financeiras a Comprovar – TED no valor de R$ 5.824.939.660, cuja função é registrar a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de termo de execução descentralizada/TED, pendente de comprovação.

4.2.2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2020, o Exército Brasileiro possuía o saldo de R$ 146.683.061.029 no Passivo Não Circulante, sendo a maior parte referente à apropriação das pensões militares a conceder.

O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 novembro de 2017, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas. Releva-se mencionar que o Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito da auditoria que verificou a precisão da provisão de pensões de militares registrada no Balanço Geral da União (BGU) de 2019 (TC 037.722/2019-0), discordou do lançamento apenas das pensões de militares concedidas em um horizonte temporal de 16 anos, considerando, assim, subestimado o valor da provisão registrada em 31 de dezembro de 2019 (R$ 81.690.572.031). Em razão disso, por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Ofício SEI nº 77838/2020/ME, da CCont/STN, de 5/03/2020, que considerou os cálculos do TCU realizados no âmbito do TC 037.722/2019-0, o Comando do Exército, em março de 2020, realizou o registro contábil adicional que totalizou a provisão de pensões de militares no montante R$ 140.696.165.985, refletindo, dessa forma, em 31 de março de 2020, o valor de pensões concedidas e a conceder do Comando do Exército. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo foi atualizado com a apropriação das despesas referentes ao exercício de 2020, e o saldo da provisão totalizou o montante de R$ 146.682.669.370.

4.2.2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este grupo representa 22,21% do Passivo Total e apresentou variação negativa de 197,87%, na maior parte devido a Ajustes de Exercícios Anteriores que resultaram em saldo negativo no valor de R$ 58.994.638.009.

Houve variação expressiva de Ajustes de Exercícios Anteriores motivada pela retificação de erro imputável ao passado, envolvendo reconhecimento de passivo sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos Processos de Pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Portaria nº 1.054, de 11 de dezembro de 1.997. Além disso, houve mudança de critério contábil no cálculo da provisão atuarial das pensionistas.

Apesar da diminuição no valor do Patrimônio Líquido em 2020, houve superávit no saldo do Resultado Patrimonial do Exercício, no valor de R$ 1.863.363.045.

4.2.2.4 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO DE 2020 (RESUMIDO)

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO
COMANDO DO EXÉRCITO	3.559.635.422	5.513.627.060	(1.953.991.638)
FUNDO DO EXÉRCITO	1.982.571.829	498.096.669	1.484.475.160
TOTAL	**5.542.207.251**	**6.011.723.729**	**(469.516.477)**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O Déficit/Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações de curto prazo assumidas.

O Comando do Exército apresentou déficit financeiro no ano de 2020 de R$ 1.953.991.638 que absorveu o superávit gerado pelo Fundo do Exército no mesmo ano de R$ 1.484.475.160, com resultado consolidado final negativo de R$ 469.516.477.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio (Bens, Direitos e Obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que foi incorporado ao Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RESUMIDO)

ESPECIFICAÇÕES	2019	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	110.666.817.703	126.106.953.858
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	122.324.874.627	124.244.774.112
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(11.658.056.924)	1.862.179.745

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O valor de maior expressão das Variações Patrimoniais Aumentativas foi o recebimento de recurso financeiro de R$ 118.560.555.411, referente à LOA, a destaques e a convênios celebrados com o Exército Brasileiro para fazer face às obrigações a pagar.

Já nas Variações Patrimoniais Diminutivas, foi a concessão de recurso financeiro de R$ 64.626.891.286.

A variação aumentativa e diminutiva do patrimônio resultou num superávit patrimonial de R$ 1.862.179.745, incorporado ao Patrimônio líquido, o qual contribuiu decisivamente para o saldo positivo do Resultado do Exercício de 2020.

4.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

4.4.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2020

RECEITA			
CATEGORIA	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**	**SALDO**
CORRENTE	1.971.447.366	1.805.900.118	(165.547.247)
CAPITAL	21.113.095.533	21.991.441	(21.091.104.091)
SUBTOTAL	23.084.542.899	1.827.891.560	(21.256.651.338)
DEFICIT	-	50.688.017.957	50.688.017.957
TOTAL	**23.084.542.899**	**52.515.909.517**	**29.431.366.618**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O Fundo do Exército é o principal agente arrecadador do Exército Brasileiro. No ano de 2020, a arrecadação foi de R$ 1.827.891.560.

4.4.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2020

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS CORRENTES	**49.548.077.335**	**50.590.931.782**	**49.031.218.278**	**46.183.749.183**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.664.364.503	43.543.399.320	43.542.682.605	40.847.275.650
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.883.712.832	7.047.532.462	5.488.535.672	5.336.473.532
DESPESAS DE CAPITAL	**1.622.125.612**	**1.924.977.735**	**1.095.250.128**	**1.018.217.583**
INVESTIMENTOS	1.622.125.612	1.924.977.735	1.095.250.128	1.018.217.583
TOTAL	**51.170.202.947**	**52.515.909.517**	**50.126.468.406**	**47.201.966.766**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O Comando do Exército, com o Fundo do Exército, executou (empenhado) R$ 52.515.909.517,94, dos quais R$ 1.633.771.938,17 corresponde aos orçamentos de outros órgãos executados pelo Exército mediante assinatura de instrumento de parcerias, razão pela qual o valor empenhado das Outras Despesas Correntes supera a Dotação Atualizada.

O Comando e o Fundo do Exército executaram juntos 97,28%, R$ 50.882.137.579,77, do próprio orçamento de R$ 52.304.406.097,03.

Das despesas empenhadas de R$ 52.515.909.517,94, 82,91%, R$ 43.543.399.320,33, estão relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais (pagamento a pessoal ativo, inativo e pensionista); 13,42% para o funcionamento das organizações militares e 3,67% para aquisição de bens e serviços incorporáveis ao patrimônio do Exército Brasileiro.

4.4.3 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

São inscritas em Restos a Pagar as despesas empenhadas no ano de 2020, as quais não foram pagas e serão liquidadas e/ou pagas a partir do ano de 2021.

A inscrição total em Restos a Pagar Processado (liquidada menos paga) totalizou R$ 2.924.501.639,80, e Restos a Pagar Não Processado (empenhada menos liquidada) o saldo de R$ 2.389.441.111,39.

Do saldo inscrito em Restos a Pagar Processado de R$ 2.924.501.639,80, R$ 2.695.406.955,26 destinam-se ao pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, ocorrido logo no início do mês de janeiro de 2021, restando ainda R$ 229.094.684,54 para pagamento de outras despesas orçamentárias, com destaque para os fornecedores.

4.4.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no ano de 2020 são os constantes das tabelas abaixo:

4.4.4.1 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	**1.547.502.583**	**1.235.247.739**	**1.213.818.308**	**57.710.078**
PESSOAL E ENCARGOS	432.473	279.469	279.469	153.003
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.547.070.109	1.234.968.270	1.213.538.838	57.557.075
CAPITAL	**1.311.620.085**	**935.908.094**	**917.102.895**	**51.344.273**
INVESTIMENTOS	1.311.620.085	935.908.094	917.102.895	51.344.273
TOTAL	**2.859.122.668**	**2.171.155.834**	**2.130.921.203**	**109.054.352**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O saldo de R$ 619.147.112 está pendente de execução ou cancelamento a partir do ano de 2021.

4.4.4.2 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS
DESPESAS CORRENTES	**3.017.304.001**	**2.785.510.186**	**294.026**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.553.911.581	2.553.911.581	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	463.392.420	231.598.605	294.026
DESPESAS DE CAPITAL	**66.477.655**	**66.477.655**	**-**
INVESTIMENTOS	66.477.655	66.477.655	-
TOTAL	**3.083.781.656**	**2.851.987.842**	**294.026**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI *WEB* 2020 (Data da consulta: janeiro de 2021).

O saldo de R$ 1.387.372,05 está pendente de execução ou cancelamento a partir do ano de 2021.

4.5 AMPARO LEGAL

A Execução Orçamentária, financeira e contábil segue normativos legais de abrangência federal e interna do Exército Brasileiro, destacando-se:

- Constituição Federal de 1988;

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas automaticamente pelo SIAFI *WEB*, observando a legislação disponível no sítio eletrônico a seguir: Portal da Transparência-EB

4.6 INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO COMANDO DO EXÉRCITO

A Diretoria de Contabilidade (D Cont) é um órgão de apoio técnico-normativo da Secretaria de Economia e Finanças (SEF) do Exército Brasileiro, que tem por finalidade realizar as atividades de contabilidade e da Programação e Execução Financeira dos recursos da Gestão Tesouro e Fundo do Exército.

A D Cont integra os Sistemas de Contabilidade e Administração Financeira Federal e realiza a coordenação e o acompanhamento da execução dos registros contábeis referentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e custos das unidades gestoras vinculadas ao Comando do Exército e Fundo do Exército.

A Diretoria de Contabilidade, no exercício das atividades afetas à contabilidade pública, conta com o auxílio de 12 Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), que a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a ser designadas como Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx). Estes são setores contábeis de unidade gestoras responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de um determinado número de unidades gestoras executoras e pelo registro da respectiva conformidade contábil.

Os Centros são responsáveis por acompanhar 403 unidades gestoras executoras do orçamento, abarcando 655 unidades militares em todo o Brasil e no exterior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Alto Comando do Exército
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AGGOp	Assessoria de Governança e Gestão Operacional
AGGSet	Assessoria de Governança e Gestão Setorial
AGITEC	Agência de Gestão e Inovação Tecnológica
AGRiC	Assessoria de Gestão de Riscos e Controles
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AO	Ação Orçamentária
AP	Autoridade Patrocinadora
ATH	Assessoria dos Tribunais de Honra
Av Ex	Aviação do Exército
Bda	Brigada
BGE	Batalhão de Guerra Eletrônica
BGU	Balanço Geral da União
BID	Base Industrial de Defesa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC	Balanced Scorecard
C Dout Ex	Centro de Doutrina do Exército
C Ex	Comando do Exército
C Mil A	Comando Militar de Área
CAEx	Centro de Avaliação do Exército
CBEM	Conferências Bilaterais de Estado-Maior
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética do Exército
CDS	Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEBW	Comissão do Exército Brasileiro em Washington
CETI	Concepção Estratégica de TI do Exército
CF	Constituição Federal
CGeo	Centros de Geoinformação
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGRiCEx	Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
Ch	Chefe
CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
CIGE	Centro de Instrução de Guerra Eletrônica
CITEx	Centro Integrado de Telemática do Exército
CMA	Comando Militar da Amazônia
Cmdo Com GE Ex	Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
CMN	Comando Militar do Norte
CML	Comando Militar do Leste
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMO	Comando Militar do Oeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Cmt	Comandante
Cmt Ex	Comandante do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRA	Combatente Brasileiro (Programa)
COLOG	Comando Logístico
Com D Ciber	Comando de Defesa Cibernética
COMTEC-TI	Comitê Técnico de Tecnologia da Informação
CONSEF	Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército
CONTIEx	Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
CopDCiber	Centro de Operações de Defesa Cibernética
COTER	Comando de Operações Terrestre
CSG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CT	Centros de Telemática
CTA	Centros de Telemática de Área
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
C&T	Ciência e Tecnologia
D Cont	Diretoria de Contabilidade
DAAE	Defesa Antiaérea do Exército
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DCIPAS	Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEA	Despesa de Exercícios Anteriores
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Diretoria de Fabricação
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DIPEC/MD	Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DOM	Diretoria de Obras Militares
DOU	Diário Oficial da União
DPHCEx	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
DSG	Diretoria do Serviço Geográfico
EB	Exército Brasileiro
EC	Emenda Constitucional
EGRiC	Equipes de Gestão de Riscos e Controles
EGRiCEx	Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMiD	Estratégia Militar de Defesa
EMT	Estratégia Militar Terrestre
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPEx	Escritório de Projetos Estratégicos do Exército
ESA	Escola de Sargentos das Armas
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESD	Estratégia Setorial de Defesa
EsFCEx	Escola de Formação Complementar do Exército
EsSEx	Escola de Saúde do Exército
EsSLog	Escola de Saúde e Logística
F Ex	Fundo do Exército
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNF	Força da Nossa Força
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
FUSEx	Fundo de Saúde do Exército
G Prep F Ter	Sistema Gestão do Preparo da Força Terrestre
GCALC	Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GVA	Garantia da Votação e Apuração
HE	Hipóteses de Emprego
IA	Inteligência Artificial
IC	Indicador de Composição
ICFEx	Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IFF	Indicador Físico-Financeiro
IME	Instituto Militar de Engenharia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IOFT	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre
IOPFA	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IR	Indicador de Resultado
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos
IT	Indicadores de Tendência
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
LQFEx	Laboratório Químico Farmacêutico do Exército
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MD	Ministério da Defesa
MEM	Materiais de Emprego Militar
MG2Ex	Modelo de Governança e Gestão do Exército
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MT	Manual Técnico
NGE	Necessidades Gerais do Exército
OADI	Órgão de Assessoramento Direto e Imediato do Comandante do Exército
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
ODG	Órgão de Direção Geral
ODOp	Órgão de Direção Operacional
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEE	Objetivos Estratégicos do Exército
OM	Organização Militar
OMDS	Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OMS	Organizações Militares de Saúde
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa
OSP	Órgãos de Segurança Pública
PAC	Projeto Amazônia Conectada
PAIT	Projeto Adequação da Infraestrutura de Transporte
PA3OA	Planejamento Anual do Adestramento Avançado e Outras Atividades
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PCE	Produtos Controlados pelo Exército
PDCDN	Programa Defesa Cibernética na Defesa Nacional
PDR	Plano de Descentralização de Recursos
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEEDCiber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGR-EB	Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PIM	Programa de Instrução Militar
PIPEx	Programa de Inativos e Pensionistas do Exército
PJP	Projeto João do Pulo
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMT	Política Militar Terrestre
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PPA	Plano Plurianual
Prg EE	Programa Estratégico do Exército
PRiSC	Proprietários de Riscos e Controles
PRODE	Produtos de Defesa
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PSC	Projeto Soldado Cidadão
PSD	Política Setorial de Defesa
PTTC	Prestador de Tarefa por Tempo Certo
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
QAA	Quadro de Acesso por Antiguidade
QAM	Quadro de Acesso por Merecimento
QGEx	Quartel General do Exército
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RGCE	Relatório de Gestão do Comando do Exército
RI	Resultado Intermediário
RM	Região Militar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RRIM	Reuniões Bilaterais de Intercâmbio Militar
SAC	Sistema de Artilharia de Campanha
SAD	Sensoriamento e Apoio à Decisão
SCEx	Sistema Cultural do Exército
SC2Ex	Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército

SC2FTer	Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SCTIEx	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército
SECEx	Sistema de Educação e Cultura do Exército
SEF	Secretaria de Economia e Finanças
SGD	Sistema de Gestão do Desempenho
SG2Ex	Sistema de Governança e Gestão do Exército
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPPES	Sistema Automático de Pagamento de Pessoal do Exército
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SiCaPEx	Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército
SIDCT	Sumário de Informações Doutrinárias de Ciência e Tecnologia
SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIGA	Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário
SIGAEB	Sistema de Gestão Ambiental do Exército
SIGELOG	Projeto Sistema Integrado de Gestão Logística
SIMATEX	Sistema de Material do Exército
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SIMOC	Simulador de Operações de Guerra Cibernética
SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército
SIPPES	Sistema de Pagamento de Pessoal do Exército Brasileiro
SESEMP	Sistema de Emprego
SIBEx	Sistema de Identificação Biométrica do Exército
SIGPIMA	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico
SISCOMSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SisDIA	Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação
SisFab	Sistema de Fabricação do Exército
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISMC2	Sistema Militar de Comando e Controle
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
SLMT	Sistema de Logística Militar Terrestre
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMEM	Sistemas e Materiais de Emprego Militar
SPED	Sistema de Protocolo Eletrônico do Exército
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSEB	Sistema de Simulação do Exército Brasileiro
SSEx	Sistema de Saúde do Exército
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STREV	Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
T&A	Teste e Avaliação
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

Etapas para elaboração do RGCE em 2020....11
Exército em números....12
Poder de combate do Exército Brasileiro....13
Resultados das Operações do EB em 2020....15
Ações subsidiárias em destaque no ano de 2020....16
Análise do ambiente externo....22
Estrutura organizacional do Exército....23
Estrutura do Sistema de Governança e Gestão do Exército....24
Estrutura da Governança do Portfólio Estratégico do Exército....26
Portfólio Estratégico do Exército....27
Modelo de Governança e Gestão do Exército....28
Princípios do Sistema de Governança e Gestão do Exército....29
Perfil de Governança e Gestão do Comando do Exército....30
Programas Estratégicos Prioritários....33
Metodologia do SIPLEx....34
Mapa estratégico do Exército Brasileiro....36
Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA - EB)....39
Modelo de Linhas de Defesa do EB....40
Classificação dos riscos do EB....40
Fontes de risco identificadas pelo EB....41
Processo de aplicação de punição disciplinar para militares....44
Estrutura e atividades de correição de servidores civis no âmbito do Comando do Exército....45
Programa Estratégico ASTROS....58
Aditâncias mobiliadas pelo EB em 2020....64
Efetivo de militares do Exército empregados em missões individuais em 2020....65
Missões de paz e de segurança de embaixada em 2020....66
Operação Culminating....69
Operação Panamax....69
Operação Arandu....70
Entregas do SISFRON em 2020....73
Entregas do Programa Amazônia Protegida em 2020....74
Ações complementares do Amazônia Protegida....75
Impactos socioeconômicos do Programa SISFRON....76
Resultados da Operação Pipa....81
Obras concluídas em 2020....87
Entregas do Prg EE SISOMT em 2020....97
Entregas do Prg EE Sentinela da Pátria em 2020....99
Organizações Militares Diretamente Subordinadas ao CITEx....133
Sistema Colégio Militar do Brasil....142

LISTA DE TABELAS

Participação do EB em Programas de Governo....31
Atuações correcionais produzidas e despachadas em 2020 pela ATH....44
Punições administrativas aplicadas em 2020....45
Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei Nº 8.112/90)....45
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 01....47
Principais Programas Estratégicos do OEE 01....47
Emprego da Aviação do Exército....60
Preparo da Aviação do Exército....61
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 02....63
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 03....72
Eleições 2020 - garantia da votação e apuração....82
Obras com maior quantidade de recursos investidos....88
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 04....91
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 05....95
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 06....96
Informação orçamentária do Prg EE SISOMT em 2020....98
Exercícios e operações conjuntas em 2020....102
Estágios realizados em 2020....102
Execução do orçamento por elemento da despesa....107
Despesas de custeio liquidadas em 2020....107
Despesas de investimento liquidadas em 2020....107
Execução do orçamento do EB em 2019 e 2020....108
Execução do Programa Defesa Nacional - por ação orçamentária....109
Despesas por modalidade de contratação....111
Gastos com o funcionamento administrativo em 2020....112
Contratações administrativas mais relevantes em 2020....113
Efetivo do EB por postos/graduações em 2020....116
Efetivo de militares do EB por grupos étnicos....117
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 13....118
Principais indicadores de desempenho do Prg FNF em 2020....119
Detalhamento das despesas de pessoal em 2020....122
Execução orçamentária do COLOG em 2020....124
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 08....124
Recursos orçamentários utilizados para prover as necessidades de abastecimento em 2020 (em reais)....125
Recursos orçamentários utilizados na gestão de material em 2020 (em reais)....126
Recursos orçamentários utilizados na gestão de transporte em 2020 (em reais)....126
Atividades de fiscalização de produtos controlados em 2020....127
Recursos aplicados no Prg EE PENSE em 2020....128
Recursos aplicados em obras e serviços de Engenharia em 2020....130
Recursos aplicados em material de Engenharia em 2020....130
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 07....131
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 09....136
Quantidade de EPI para o combate a COVID-19 fabricados em 2020....139
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 11....141
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 12....142
Gestão financeira do SCMB em 2020....143
Cursos de Especialização em 2020....144
Histórico orçamentário e evolução na quantidade de espaços culturais....145
Indicadores estratégicos vinculados ao OEE 14....149
Mídias sociais do Exército Brasileiro....150
Atendimento por assunto em 2020 (mídias sociais e inteligência artificial)....151
Ativo....155
Passivo....156
Ativo e passivo financeiro....157
Demonstração das variações patrimoniais....157
Balanço orçamentário....157
Receitas orçamentárias de 2020....158
Execução de restos a pagar....158
Restos a pagar não-processados....159

LISTA DE QUADROS

Vinculação do Plano estratégico com o PPA e PSD....37
Competências institucionais e objetivos estratégicos do EB....38
Principais riscos estratégicos do EB....41
Prg EE Guarani - entregas em 2020....48
Prg EE Astros - entregas em 2020....50
Prg EE Aviação do Exército - entregas em 2020....52
Prg EE Defesa Antiaérea - entregas em 2020....54
Prg EE OCOP - entregas em 2020....56
CBEM realizadas em 2020....63
RRIM realizada em 2020....64
Projeto João do Pulo 2020....86
Prg EE PROTEGER - referência / atividade PEEx 20-23....100
Centro de Doutrina do Exército – entregas em 2020....103
Outros canais de comunicação do Exército....150

LISTA DE GRÁFICOS

Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE Guarani....49
Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE Astros....51
Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE Aviação do Exército....53
Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE Defesa Antiaérea....55
Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE OCOP....57
Resultados da Operação Ágata....59
Resultados da Operação Acolhida....67
Resultados da Operação Regresso....68
Prg EE SISFRON - informações orçamentárias do ano de 2020 (em reais)....73
Prg EE Amazônia Protegida - informações orçamentárias do ano de 2020 (em reais)....74
Resultados da Operação Verde Brasil 2 em 2020....77
Resultados da Operação CÉRBERO em 2020....78
Resultados da Operação Mandacaru em 2020....79
Resultados da Operação Covid-19 em 2020....80
Resultados da Operação Eleições em 2020....82
Recursos anuais utilizados nas atividades do Projeto Soldado Cidadão (PSC)....85
Efetivo de militares profissionalizados....85
Prg EE Defesa Cibernética - informações orçamentárias do ano de 2020 (AO 14 7F/0001)....93
Prg EE Sentinela da Pátria - informações orçamentárias do ano de 2020 (AO 156M/004)....99
Prg EE Proteger - informações orçamentárias do ano de 2020 (AO 14T6)....100
Execução orçamentária acumulada por ano - Prg EE PROTEGER....100
Recursos utilizados em 2020 para instrução e adestramento militar....101
Orçamento total do Exército – 2020....105
Participação dos Programas Orçamentários no orçamento do Exército (Dotação atualizada)....105
Aportes orçamentários adicionais provenientes de outras fontes de financiamento (em 2020)....106
Execução orçamentária - 2019 e 2020....106
Execução do orçamento por elemento da despesa....107
Despesas de pessoal e encargos sociais liquidados em 2020....107
Despesas de custeio liquidadas em 2020....107
Despesas de investimentos liquidadas em 2020....107
Despesas por modalidade de contratação....111
Custos por área de atuação....114
Pessoal do EB - por situação de disponibilidade para o trabalho....116
Efetivo do Exército Brasileiro....116
Efetivo do EB por faixa etária (militares na ativa em 2020)....117
Efetivo do EB por gênero (militares na ativa em 2020)....117
Militares da ativa movimentados em 2020....117
Resultados da pesquisa de clima organizacional....118
Recursos utilizados pelo Programa FNF em 2020....119
Recrutamento de pessoal temporário em 2020....120
Quantidade de militares promovidos em 2020....121
Recursos aplicados pelo DGP (Dotação em 2020)....122
Recursos aplicados na gestão logística em 2020 (valor liquidado)....125
Recursos aplicados para prover necessidades de abastecimento em 2020 (valor liquidado)....125
Recursos utilizados na gestão de material em 2020....128
Manutenção do Sistema de Comando e Controle do Exército – execução orçamentária (AO 20XE) 2020....131
Recursos aplicados no CDS (AO 20XE) 2020....132
Manutenção do Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército - execução orçamentária (AO 20XE) 2020....133
Manutenção do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre - execução orçamentária (AO 20XE) 2020....134
Produção de geoinformação básica - execução orçamentária (AO 20XE) 2020....135
Desenvolvimento tecnológico do Exército - execução orçamentária (AO 20XJ) 20 20....136
Gestão da inovação - execução orçamentária (AO 20XJ) 2020....137
Pesquisa e desenvolvimento de Sistemas e Materiais de Emprego Militar - execução orçamentária (AO 20XJ) 2020....138
Teste e avaliação de Sistemas e Materiais de Emprego Militar e produtos controlados pelo Exército - execução orçamentária (AO 20XJ) 2020....138
Fabricação e desenvolvimento - execução orçamentária (AO 20XJ) 2020....139
Recrutamento de pessoal para a carreira militar em 2020 – Escolas de Formação de Oficiais....143
Recrutamento de pessoal para a carreira militar em 2020 – Escolas de Formação de Praças....144
Militares formados nos cursos de aperfeiçoamento do Exército em 2020....144
Militares capacitados em Gestão ambiental....147
Avaliação das mensagens recebidas em 2020....152
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - atendimentos em 2020....152

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jan. 2021.

_____. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1988**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 4 jan. 2021.

_____. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 4 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004**. Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5294.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.484%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 6 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5751.htm. Acesso em: 8 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 6.513, de 22 de junho de 2008**. Altera o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6513.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm. Acesso em: 7 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 6 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/661763813/decreto-9656-18. Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972].Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D71500.htm. Acesso em: 7 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 8 jan. 2021.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos

e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

_____. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em:22 jan. 2021.

_____. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 187, de 9 de setembro de 2020**. Divulga a relação das unidades prestadoras de contas (UPC), na forma do disposto no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal, nos termos do art. 5º, § 1º e art. 6º; art. 8º, inciso III e § 3º; e art. 9°, § 3º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-e-orientacoes-para-contas-do-exercicio-de-2020-e-seguintes.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795. Acesso em: 21 jan. 2021.

_____. Ministério da Defesa. **Operação Covid - 19**. Disponível em: http://operacaocovid19.defesa.gov.br/. Acesso em: 3 fev. 2021.

_____. Ministério da Defesa. **Operação Verde Brasil 2**. Disponível em:https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/operacao-verde-brasil-2-segue-atuando-contra-crimes-ambientais-na-amazonia. Acesso em: 2 fev. 2021.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020**. Cria o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2020]. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.781/gm-md-de-17-de-novembro-de-2020-289248860. Acesso em:5 fev. 2021.

_____. Exército. **Estrutura organizacional do Exército**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional. Acesso em: 12 jan. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 1-DEC, de 26 de setembro de 2011**. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 2 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019**. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB 10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 042-Cmt Ex, de 6 de fevereiro de 2008**. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 3 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018**. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04.007). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 5 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 071-Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013**. Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência social. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 9 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 de fevereiro de 2012**. Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB 10-IG-09.001) e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 8 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 147-COTER, de 13 de dezembro de 2019**. Aprova o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), Edição 2019 e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 7 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 192-DGP, de 1º de outubro de 2015**. Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em:5 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 196-EME, de 1º de julho de 2019.** Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no Âmbito do Exército Brasileiro. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 230-COTER, de 13 de dezembro de 2019**. Aprova o Programa de Instrução Militar para o ano de 2020/2021 (EB70-P-11.001) e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 3 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 278-DGP, de 3 de dezembro de 2013**. Aprova as Normas Técnicas nº 03 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 3 fev.

_____. Exército. **Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019**. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. Disponível em:.http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/.Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 325-EME, de 9 de dezembro de 2015**. Aprova a Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro 2016-2022 (EB20D-01.028). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 8 fev. 2021.

_____. Exército. **Portarianº 508-Cmt Ex, de 21 de maio de 2020.** Autoriza a alienação de bem imóvel próprio nacional administrado pelo Comando do Exércitomediante permuta por edificações a construir e delega competência para representação nos atos pertinentes. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 8 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 570-Cmt Ex, de 6 de novembro de 2001**. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 571-Cmt Ex, de 6 de novembro de 2001**. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 737-Cmt Ex, de 28 de julho de 2020**. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em:9 fev. 2021.

_____. Exército. **Portarianº 856-Cmt Ex, de 12 de junho de 2019**. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 9 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 914-COTER, de 24 de junho de 2019**. Aprova o Regulamento do Comando de Operações Terrestres (EB10-R-06.001), 6ª Edição, 2019 e dá outras providências. Disponível em:.http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 5 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 987-Cmt Ex, de 18 de setembro de 2020**. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em:5 fev. 2021.

_____. Exército. **Portarianº 1.054, de 11 de dezembro de 1997**. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Ministério do Exército. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 8 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 1.550-Cmt Ex, de 8 de novembro de 2017**. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 5ª Edição, 2017, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 8 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 1.968-Cmt Ex, de 3 de dezembro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 3 fev. 2021.

_____. Exército. **Portaria nº 1.986-Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019**. Aprova a Política Militar Terrestre 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletim_do_exercito/. Acesso em: 3 fev. 2021.

_____. Exército. **Programa Força da Nossa Força**. Disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/forca-da-nossa-forca. Acesso em: 4 fev. 2021.

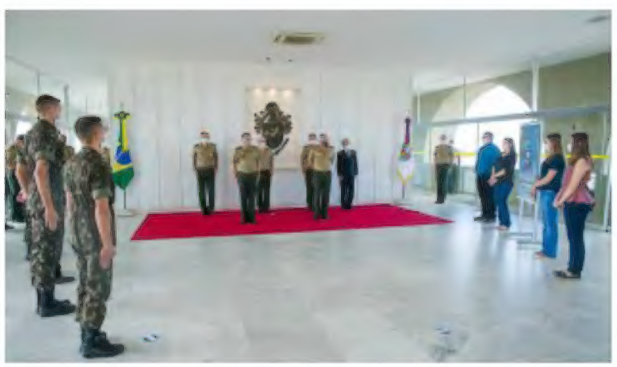
_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Preparo da Força Terrestre**: operacionalidade e prontidão.Disponível em: https://portaldopreparo.eb.mil.br/. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. Exército. Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social. **Normas Técnicas**. Disponível em: http://www.dcipas.eb.mil.br/index.php/normas-tecnicas. Acesso em: 4 fev. 2021

★ 21/06/2000
✝ 10/05/2020

Soldado DANIEL TRARBACH ENGELMANN, falecido durante patrulhamento no Rio Paraná.

Homenagem póstuma no Quartel-General do Exército em Brasília-DF



Soldados que doam sua vida por amor à Pátria querida.
Esse é o nosso Exército: Braço Forte - Mão Amiga!

EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte - Mão Amiga